



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 36

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 28 de setembro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Paulo Silveira e Deputado Tiago Branco (substituídos no decorrer da Sessão pelo Deputado Marco Costa e pelo Deputado José Gabriel Eduardo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com a **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS.

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Ana Luís (*PS*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Andreia Costa (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Rodolfo Franca (*PS*), João Vasco Costa (*PS*), Rui Espínola (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*) e o Sr. Secretário Regional da

Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Seguiu-se o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho”**, apresentada pelo Governo Regional.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), usaram da palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Dando continuidade à agenda, foi discutida a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2022 a 2025”**, apresentada pelo Governo Regional.

Feita a apresentação pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*), intervieram no debate os Srs. Deputados Sérgio Ávila (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*) apresentou a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Determina a extinção da Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A. e regula o processo de integração dos trabalhadores na Administração Pública Regional”**, apresentada pelo Governo Regional, tendo intervindo no debate os/as Srs./as Deputados/as José Pacheco (*CH*), Carlos Silva (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Sabrina Furtado (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 07 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos dar início aos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Marco Nuno Costa e Silva

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Desejo às Sras. e aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo uma boa semana de trabalho e um bom início de nova Sessão Legislativa.

Dou, em nome do Parlamento, as boas-vindas ao Sr. Deputado Marco Nuno Silva. Desejo-lhe um bom trabalho.

Conforme deliberado na Conferência de Líderes, nós vamos iniciar os nossos trabalhos desta manhã com o ponto n.º 1 da nossa agenda: **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Regem esta matéria os artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, esta Sessão de perguntas tem um período global de três horas. O proponente, neste caso o Partido Socialista, tem a oportunidade de fazer dez perguntas sobre orgânicas dos departamentos do XIII Governo Regional.

Também foi definido pela Conferência de Líderes que os outros Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares têm direito a fazer: o PSD, oito perguntas; o CDS-PP, cinco perguntas; o Bloco de Esquerda e o PPM, quatro perguntas; as Representações Parlamentares do Chega, Iniciativa Liberal e PAN, duas perguntas.

Também, como tem sido prática parlamentar, no uso desta figura regimental, apenas o proponente tem direito a réplica. Cada pergunta tem o máximo de três minutos. O Governo tem cinco minutos para responder. No caso da réplica, se for utilizada pelo Partido Socialista, neste caso o proponente, tem três minutos, e o Governo, querendo, tem mais três minutos.

Vamos então iniciar esta sessão de perguntas. Para a primeira pergunta, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Luís (PS)**: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Um cumprimento também ao nosso novo colega e votos de um bom trabalho.

A 01 de abril deste ano, o Sr. Presidente do Governo anunciou a aprovação, em reunião do Conselho do Governo, das orgânicas dos departamentos deste Executivo, ao que corresponderia uma poupança, e cito, “de mais de dois milhões de euros na legislatura”. É assim que consta no comunicado desta reunião.

A verdade é que estas orgânicas a que se referia o Sr. Presidente só começaram a ser publicadas em junho, ou seja, passados mais de sessenta dias desde a sua anunciada aprovação em Conselho do Governo, a última das quais foi a da Secretaria Regional das Finanças e Administração Pública. Já duas Secretarias, entretanto, tiveram retificações a essas mesmas orgânicas, publicadas no passado mês de setembro. E ainda não foi publicada a orgânica afeta à Presidência do Governo.

Ainda assim, é possível retirar da análise que fizemos às orgânicas publicadas três grandes conclusões: este é o maior Governo de sempre; este Governo aumentou os cargos de nomeação política por contrapartida, ou seja, por redução de cargos técnicos preenchidos por concurso público; e, ao contrário da redução de custos anunciada a 01 de abril, o que verificamos efetivamente é um impacto orçamental de mais de quatro milhões de euros nesta legislatura.

E uma breve comparação, por exemplo, em relação ao último Governo do Partido Socialista: quando avaliamos o grupo do Governo (Governo, Diretores Regionais e Subdiretores), estamos a falar do provimento de mais 59 lugares face ao XII Governo; e quando falamos de cargos de nomeação política, estamos a falar do provimento de mais 95 lugares.

Portanto, a pergunta que faço diretamente ao Governo é: como é que justifica este impacto de mais de quatro milhões de euros para esta legislatura, quando, efetivamente, tinha sido anunciada uma redução de dois milhões, correspondente à diminuição dos cargos de chefia, o que perfazia um valor anual de 500 mil euros?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Como primeira intervenção sobre esta matéria, eu começaria mesmo pela questão essencial, sobre os custos e também sobre os poderes do Governo nesta matéria. Pois, o XIII Governo Regional constituiu-se e tem todo o direito de organizar-se com as suas orgânicas, com as suas competências e com as suas nomeações.

Deputada Andreia Costa (PS): Eu diria mesmo que isso é uma evidência!

O Orador: E, portanto, fá-lo num timing que seja possível. Não se consegue, de facto, montar uma Administração adequada aos tempos novos e de acordo com uma orientação política diferente da que esteve em vigor nas últimas décadas, sem ter esse tempo. Mas o cuidado e os critérios com que o está a fazer são escrutináveis. E é sobre esse escrutínio que eu começo por falar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Porque não há, de facto, aumento de quatro milhões de euros nesta legislatura. Há, neste momento, uma contenção total dos custos, ao contrário do que se passava. E também lá iremos, apesar de nós não estarmos aqui a fazer o escrutínio do XII Governo, mas é necessário comparar. E, portanto, vamos comparar aqui, mas vamos começar pela verdade. A orgânica nova representa, anualmente, em cargos dirigentes, uma redução de 472 895,17 euros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em maio deste ano e já depois do Governo estar em posse e a exercer as suas funções, em maio de 2021, a despesa comparada dos serviços integrados, a despesa com pessoal comparada com maio de 2020 teve um decréscimo de 0,03% e não um aumento.

Deputado Carlos Silva (PS): Não está a responder à pergunta, Sr. Secretário! A pergunta não foi essa!

O Orador: A diferença entre agosto de 2020 e agosto de 2019, portanto, no XII Governo, na mesma data, as despesas com pessoal tinham crescido 8% e fechou o ano com um crescimento de 7%. Portanto, o problema, de facto, não está no presente, estava no passado. A dimensão da Administração é a dimensão que os senhores deixaram, não é a dimensão criada agora!

Portanto, há aqui também que introduzir uma certa justiça no diálogo, porque o que se passou é que nos últimos dois Governos, XI e XII, a Administração cresceu em 1830 trabalhadores.

Deputado Carlos Silva (PS): Trabalhadores não é nomeação!

Deputada Andreia Costa (PS): O que é que isso tem a ver com o que se está a falar?

O Orador: Tem, porque isto é como nós estamos agora. Nós estamos com a Administração que cresceu e estamos com a contenção das despesas.

Portanto, a primeira observação à pergunta de que as despesas vão crescer quatro milhões: não corresponde à verdade, as despesas estão contidas.

E tenho mais informações. Não vou dá-las já na primeira resposta. Mas, de facto, no final do ano, prevê-se, já com as regularizações, uma diferença de 0.5% nas despesas com pessoal.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor. Tem três minutos, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Secretário Regional, com todo o respeito que me merece, eu apresento-me neste debate com uma postura séria e de responsabilidade, na qualidade de Deputada da oposição, que tem como objetivo a fiscalização da ação do Governo. E, portanto, querer trazer para esta sessão de perguntas dados sobre algo que nós não estamos aqui a falar e que não é comparável, Sr. Secretário...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Não é?!

A Oradora: Mas vamos pelo caminho que o senhor quis traçar. Quando fala na redução de cerca de 400 mil euros de cargos dirigentes, pois esta é a primeira oposição política que nós temos à ação do Governo, porque diminuir 400 mil euros em cargos de chefia, providos a maior parte deles por concurso público, para preferencialmente prever esses cargos técnicos por nomeação política, nós não podemos concordar de forma alguma. E é esta redução que nós entendemos que não é feita de forma correta.

Depois, para além disso, o senhor sabe muito bem que, destes dirigentes cujos cargos foram extintos e que consta do requerimento que foi respondido ontem, a sua maior parte (apenas dois é que não faziam parte da Administração Regional), vão regressar ao seu lugar de origem e, portanto, vão continuar a receber um vencimento. E acrescerá a esse valor as indemnizações, que também não foram possíveis calcular, conforme disse o senhor, ainda, e muito bem.

E, portanto, taxativamente afirmar essa redução quando efetivamente todos os cálculos ainda não estão feitos, também me parece que não é, pelo menos, muito responsável da sua parte trazer aqui ao debate.

E por isso, na réplica, mantenho a questão que coloquei inicialmente. A verdade é que os custos com a orgânica dos departamentos do Governo e o recurso sistemático ao recrutamento para as Secretarias Regionais por via da nomeação política ao invés do recrutamento para estes cargos técnicos por recurso a concurso público, onde é possível aferir das competências dos que concorrem, onde é possível aferir da transparência do procedimento administrativo, claramente, para nós, não é uma opção. E, no nosso entender, colide, por exemplo, com os acordos de incidência parlamentar que foram negociados, quer com a Iniciativa Liberal, quer com o Chega, que tinha, por exemplo, como um dos seus pressupostos, que era, e cito, “essencial diminuir o peso do Estado e da Região na economia e na sociedade”. E que tinha também como princípio e orientação programática “um novo modelo de Governo, mais transparente nos procedimentos e que libertasse a sociedade de uma dependência excessiva do Estado e dos poderes públicos”.

Portanto, Sr. Secretário, a pergunta que lhe faço, na réplica da primeira pergunta, é: como é que este aumento de cargos por nomeação política vem ao encontro daquilo que foi acordado no início desta legislatura com estas duas forças políticas com assento neste Parlamento?

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Tem três minutos, Sr. Secretário. Faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Referiu-se aqui o problema da nossa discussão ser mais séria ou menos séria. Neste caso deduzi que se estaria a referir, no fundo, a Sra. Deputada, que eu estaria a ser menos sério. Pois, o que eu acho é que o que não é muito sério é começarmos uma conversa e não queremos ouvir os argumentos principais.

Vozes dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Não se pode é criar uma teoria e depois querer que os factos tenham que corroborar a teoria, porque a teoria das nomeações políticas é uma pura falácia! É uma teoria porque ela não tem expressão nos números!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Não se pode dizer que vai aumentar a despesa e ela não estar a aumentar, porque os números que estão aqui são números absolutamente técnicos, vindos dos departamentos, não há alteração absolutamente nenhuma, eles correspondem à verdade. E, portanto, se os números mostram que a despesa não está a crescer... Podemos dizer o que quisermos e é tudo legítimo, só que não corresponde à verdade. E, portanto, a seriedade ou a falta dela não está deste lado!

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: E já agora que estamos a falar de despesas, só o caso da administração da SDEA, 218 mil euros por ano! Repare que são números muito significativos! Isso não eram cargos políticos?! Basta olhar para o perfil das pessoas que lá estavam, não era de certeza pela competência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, eu trarei aqui, sempre com total transparência, aqui e no futuro, estes números, independentemente do efeito que eles têm. Os números são, nesse sentido, das despesas com pessoal, a verdade perfeita. Quer dizer, não é possível é substituí-los por palavras ou por argumentos preconcebidos que trazem vantagem política. Isso é que não corresponde a uma discussão com toda a seriedade.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta primeira pergunta.

Sr. Deputado António Lima, tem três minutos. Faz favor.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Publicadas que estão a vasta maioria das orgânicas do Governo, seria expectável que, antes de proceder às nomeações e aos recrutamentos para dirigentes da Administração Pública que já foram criados, o Governo cumprisse aquilo que define no seu Programa, porque o Programa do Governo prevê, e passo a citar, “instituir uma Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública dos Açores – CReSAPA (...)”, que é uma adaptação...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Calma! Ainda

faltam três anos para este Governo!

O Orador: ... de uma comissão que existe a nível nacional, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, “(...) para assegurar, com transparência, isenção, rigor e independência, as funções de recrutamento e seleção da Administração Pública”. E esta Comissão, a nível nacional, recruta dirigentes da Administração Pública.

No entanto, criadas as orgânicas, como eu já referi... E a criação da tal Comissão de Recrutamento, que, efetivamente, mesmo a nível nacional tem problemas, não é perfeita, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah!

O Orador: ... há aspetos, efetivamente, complicados e que têm que ser melhorados a nível nacional, mas que nos Açores nunca foi criada e é um avanço relativamente ao que nós temos.

No entanto, o que é que fez o Governo? Criou as orgânicas, nomeou os dirigentes de nomeação política, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É legítimo!

O Orador: ... recrutou alguns, poucos. E estamos a falar em muito mais de 400 cargos dirigentes, em que apenas 33 concursos foram lançados. Isso dá a ideia do pequeníssimo número de dirigentes que estão a ser recrutados por concurso, enquanto a maioria é por nomeação.

Primeiro, o que isto indica, claramente, é que o Governo está a nomear quem bem entende para os cargos que bem entende e, depois, então, vai criar uma Comissão de Recrutamento que afinal já não vai recrutar ninguém, porque já estão todos recrutados.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E a pergunta qual é?

O Orador: E a pergunta, Sr. Vice-Presidente, já que está com essa pressa, mas eu tenho três minutos: onde é que está a proposta do Governo, da criação da tal

Comissão de Recrutamento? Depois de criada essa Comissão de Recrutamento, vai recrutar novamente os dirigentes que nomeou, criando transparência, como diz o Programa do Governo, na nomeação e no recrutamento de dirigentes da Administração Pública.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Na transparência é o Robles!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pois, estamos, de facto, a trabalhar na CReSAPA. E seria estranho que o Governo estivesse sem governar e sem poder trabalhar porque teria que, nos primeiros três meses da sua atividade, criar a CReSAPA, que nos 24 anos anteriores não foi criada. Isso não é possível!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Três meses?! Já são dez meses!

O Orador: Portanto, este sistema de nomeação tem os seus problemas e, aliás, tem sido objeto de grandes críticas no caso da Administração Pública Nacional, da responsabilidade do Partido Socialista, exatamente porque criou a CReSAP e depois criou subterfúgios para não a respeitar. Pois, nós vamos respeitar. Vamos criar e vamos respeitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a primeira pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apetecia-me fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Assembleia, que era: quando é que a gente deixa de usar a máscara aqui dentro? Mas, enfim, essa é outra...

A Iniciativa Liberal foi a essas eleições e foi ao debate sobre o Programa do Governo dizer que não discute pessoas, discute políticas. E, portanto, custa-nos muito estar aqui hoje a discutir pessoas. Mas custa ainda mais estar a discutir pessoas quando, em 24 anos, o Partido Socialista enxameou a Administração Pública Regional de gente sua (e de gente que não era sua também), não deixando espaço para, quem vem depois governar, poder governar com os seus. O que mais faltava era que fôssemos obrigados a obrigar o Partido Social Democrata, o CDS e o PPM a governar com os nossos. Eles têm que governar com os seus.

Deputado António Lima (BE): Eu falei da Administração Pública!

O Orador: É um facto. Eles têm que governar com os seus. E espero que governem com os seus, em vez de fazerem apenas nomeações.

Eu já vou fazer a pergunta ao Governo, mas, em relação à CReSAPA, queria apenas dizer que eu já vi muitos incompetentes ganharem concursos públicos. Não se governa com os melhores por concurso público! Isto é verdade aqui como é verdade em qualquer parte do mundo democrático!

Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças, vamos continuar

a discutir pessoas ou vamos discutir políticas?

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Nuno Barata, penso que estamos de acordo, de facto, devíamos estar a discutir mais as políticas do que os pormenores que dizem respeito à autonomia própria do Governo.

Por exemplo, no caso da orgânica, há muitas matérias em que o Parlamento, na mesma, pode e deve fiscalizar, mas esta é uma autonomia própria do Governo, a autonomia que tem de se organizar e de fazer as suas nomeações, de acordo com a lei.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Até, neste caso, de querer que a lei, existindo uma CReSAPA, seja o mais independente possível. E esse é o compromisso que trago aqui. Temos feito sempre tudo com o máximo de transparência e procurando caminhar para melhorar os procedimentos, não para fazer o contrário, e para trazer redução de custos. Portanto, este esforço que tem estado presente vai ter os seus frutos. Para já, as despesas estão contidas. Eu penso que será possível mesmo com as regularizações em curso. E, com certeza, teremos a ocasião de discutir aqui o que é que se tem passado em matéria de regularizações desde 2017 e como é que tudo isto tem evoluído. Mas, apesar de tudo, o nosso compromisso é de conseguir conter os custos com as despesas de funcionamento da Administração Pública.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor. Tem três minutos.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer, relativamente a esta matéria, que muito se tem falado desde há uns meses a esta parte relativamente às orgânicas e a tudo aquilo que se pretende passar para a opinião pública relativamente aos custos e ao peso que este Governo terá.

A verdade é que, por diversas vezes, e acredito que se pretenda dizer isto muitas vezes na expectativa de que dizendo muitas vezes se torne verdade, mas a verdade, já várias vezes foi dito, é que efetivamente existe uma redução e tem existido essa premissa da redução dos custos quanto à Administração Pública. Já foi dito hoje aqui pelo Sr. Secretário. Foi esse o entendimento e o compromisso, também, no âmbito deste Governo. E tem sido isso que tem acontecido.

Mas vem, muitas vezes, a oposição querer dizer que não é assim, que é o maior Governo de sempre, os custos que estão inerentes a isto, que são só nomeações,

...

Deputado Francisco César (*PS*): É verdade!

A Oradora: ... quando todos nós temos conhecimento de como é que as coisas eram. Todos nós sabemos como é que funcionavam, muitas vezes, até os próprios concursos públicos para cargos dirigentes. E a verdade é que estamos todos aqui a fingir que ninguém sabia disto.

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo*)

Mas todos nós sabíamos como é que as coisas aconteciam. E a verdade é que este Governo tem feito diferente, existe este compromisso.

E, muitas vezes, também, o discurso é para tentar fragilizar os partidos que apoiam esta solução governativa e vêm-se fazer de advogados de defesa destes partidos.

Eu entendo que estes partidos não precisam de nenhum advogado de defesa.

E, como tal, a verdade é que existe uma nova orgânica, uma orgânica que, no nosso entender, é adaptada à nova realidade governativa. Quando vem falar que este Governo é maior do que o Governo anterior, pois, a solução governativa deste Governo é diferente da solução governativa do Governo anterior. E, anteriormente, tínhamos um Governo de um só partido. Agora, não existe. Existe, sim, um Governo que tinha determinadas políticas para a Região e determinadas prioridades. Temos outro Governo com outras prioridades, com outras políticas que quer implementar. E isso é completamente legítimo. E faz-se passar a imagem de que não é, de que tínhamos que manter a linha que vinha do Governo anterior.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E os dirigentes também!

A Oradora: Isso não é assim! Isso não é democracia!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E não é isso que os próprios açorianos também esperam de uma nova solução governativa. Não é estarmos no mesmo caminho que o caminho anterior.

E, portanto, o que acontece aqui é legítimo. E é legítimo que cada Governo que esteja a governar a nossa Região...

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: ... queira adaptar a sua orgânica àquilo que são as suas prioridades e àquilo que é o entendimento para a Região.

E a pergunta que queria fazer, até porque também ontem saiu a resposta ao requerimento apresentado pelo Partido Socialista, a verdade é que também existe aqui, porque muitas vezes quer-se fazer parecer a imagem de que o Governo quer-se desvincular de tudo o que vinha do passado, que não interessa, não eram bons e não tínhamos bons recursos humanos...

Presidente: Sra. Deputada, tem de formular a pergunta, faz favor.

A Oradora: Vou já fazer, Sr. Presidente.

Mas a verdade é que temos aqui várias situações em que as pessoas foram direcionadas para outros cargos, ou seja, reconhecendo, este Governo, as capacidades técnicas daquelas pessoas que foram reconduzidas para outros cargos.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, é este o espírito e tem sido esta a abertura por parte deste Governo.

E a questão que queria fazer, Sr. Secretário, era, efetivamente, relativamente às novas orgânicas das diferentes Secretarias, se cada Secretaria optou por fazer a orgânica de acordo com o entendimento e o objetivo daquela Secretaria. E se cada Secretário teve essa liberdade de fazer a sua orgânica, tendo sempre como princípio a questão dos custos, desse entendimento que tinha existido, de existir uma redução de custos. Mas se, efetivamente, cada Secretaria fez a orgânica que, no seu entendimento, era aquela que era necessária fazer para cumprir as suas funções.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra para responder o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, assim foi, cada Membro do Governo pôde desenhar a sua orgânica, sob a coordenação da Presidência do Governo e secundado também pelo Sr. Vice-Presidente. E foram feitos depois acertos de conjunto, de maneira a que todas as Secretarias tivessem a preocupação com a redução da sua estrutura. Há casos, a Secretaria, por exemplo, da Agricultura tem no seu gabinete mais de 200 mil euros a menos do que o Secretário João Ponte, por exemplo. É um bom exemplo. E fê-lo bem.

Deputada Andreia Costa (PS): Optou pelas prestações de serviço!

O Orador: Consoante as atribuições, houve, de facto, aqui uma explicação de cada Secretaria, uma coordenação central. E o resultado foi claramente bom.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Costa (PS): Olhe que exemplo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não ia falar e não vou entrar em preciosismos relativamente à orgânica, porque a orgânica, exatamente com a Sra. Deputada do CDS disse, e muito bem, é gerida pelo próprio Governo que foi eleito. Mas, para mim, o mais importante não é o tamanho da orgânica, é sim a capacitação e a produtividade que essa nova

orgânica dará às Secretarias. Para mim, isso é que é o mais importante. Se nós conseguirmos com o mesmo dinheiro, ou menos, ou um pouco mais, não interessa, desde que não seja, obviamente, algo completamente caótico, que seja produtivo.

Daí, o PAN espera que essa capacitação que é dada e transposta para Orçamentos Regionais todos os anos, que sejam os melhores Orçamentos para a Região. E espera também que essa taxa de sucesso desse Orçamento, a taxa de execução, seja implementada com a maior percentagem possível. Isso é o que o PAN pretende. Não pretendo estar aqui a esmiuçar entre diretores de serviço, entre dirigentes. Isso, para o PAN, não interessa. Interessa é que, com melhor valor dos contribuintes, é usado para melhor produtividade e melhor capacitação para a Região. Isso é que é o mais importante.

Só não gostei foi da comparação aqui do Sr. Secretário Regional das Finanças. E vou ter que usar. Você abriu a porta e escancarou, eu meti o pé e não deixei fechar. Deu o exemplo da Secretaria da Agricultura, tanto do passado, como agora. É o pior exemplo. Estava cheio de esteroides na legislatura passada e continua com esteroides nesta legislatura.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Quais são os esteroides?

O Orador: Aliás, basta olhar para os serviços do gabinete do Sr. Secretário da Agricultura, que é completamente pornográfico o valor dessa Secretaria para o gabinete. Isso, sem dúvida, comparativamente com os colegas Secretários, acho que até podiam pensar porque é que o Sr. Secretário da Agricultura tem um gabinete completamente cheio de esteroides, quando os outros estão simplesmente a comer Corn Flakes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não percebi qual era a pergunta, mas, naturalmente, o Governo... É o Sr.

Secretário da Agricultura para responder. Faça favor, Sr. Secretário. Tem a palavra por cinco minutos.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não percebi o adjetivo que foi usado, sinceramente. Mas, relativamente ao gabinete anterior e este gabinete, vamos lá à comparação para perceber onde é que está a redução de despesa: o anterior Secretário tinha duas secretárias, eu tenho uma; o anterior Secretário tinha dois adjuntos, eu tenho um; o anterior Secretário tinha três assessores, eu não tenho nenhum.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais questões.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto é divertido. Vir depois de umas autárquicas moer café é divertido. É muito divertido. E é muito divertido para os senhores que estão lá em casa que estão a pagar isso. Atinem! E depois votem neles outra vez.

A minha questão é tão simples quanto esta... Nós assinamos um acordo (nós, o Chega). Nós não fugimos às responsabilidades. A minha pergunta é simples, direta, para quem está em casa perceber: o Governo é maior ou não? É mais caro ou não? É mais eficiente ou não? Porque se é para sermos iguais àqueles senhores,

não estamos cá a fazer nada. E está mais do que provado com este debate.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, para responder, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pois, o Governo não é maior.

Deputado Miguel Costa (PS): Não é?! Isso é grave de se dizer, para quem está nas Finanças!

O Orador: E a prova disso é que vai fechar as contas deste ano com uma diferença para mais de 0,7%, mas que corresponde ainda à regularização de 2020. Porque, em 2020, a regularização foram 403 trabalhadores...

(Aparte inaudível)

Já vai. Às vezes, esperar um bocadinho também não fica mal. É só um bocadinho que falta.

Mas ainda foram feitas 521 ofertas de emprego o ano passado, para além dos 403 trabalhadores da regularização. E as ofertas só começaram a terminar no final do primeiro trimestre deste ano e segundo trimestre de 2021. E, portanto, ainda estamos a ter efeito das ofertas de emprego (521) feitas em 2020. Portanto, ainda estamos sobre o efeito que não é de decisão nossa, é de decisão anterior.

Portanto, a resposta é: como as despesas crescerão este ano entre 0,5 e 0,7%, o Governo é provavelmente menor que o anterior.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): O senhor como é que pode dizer uma coisa dessas?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições para questões.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para uma questão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário, o senhor já respondeu e já provou aqui que esta orgânica custa menos dinheiro aos açorianos.

Deputado Miguel Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: O senhor já respondeu aqui e já provou aqui que esta orgânica do Governo é mais funcional.

A perspetiva que tenho ao longo de todos estes anos acompanhando a ação do Governo é que as orgânicas dos anteriores Governos e, fundamentalmente, deste último, estavam absolutamente caóticas, ou seja, como não existia uma atualização sistemática das orgânicas e, entretanto, se alterava constantemente a estrutura do Governo, existia uma estrutura completamente desorganizada. Existia até quem se chefiasse a si próprio, também, no âmbito da orgânica do Governo.

Por isso, o que eu lhe pergunto é se o Sr. Secretário teve essa perceção, ou seja, uma estrutura orgânica que não era funcional e que era muito cara e que, muitas vezes, tinha atribuídas funções que não eram de facto desempenhadas por quem tem as competências para as poder exercer. A ideia é esta, portanto, era necessário alterar a orgânica, porque, em muitos casos, ela não era funcional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para responder o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor,

Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a perceção que tenho é de que o XII Governo, o anterior, governava com uma orgânica do XI, de 2013, e, portanto, havia aqui uma desadequação entre a realidade governativa e o diploma que suportava essa realidade. Pois, também demora o seu tempo. Foi, provavelmente, nesse espírito de continuidade entre Governos que o XII achou por bem não fazer a sua orgânica, mas isso causa uma desadequação grande.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma questão no âmbito desta primeira ronda.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata pretende propor a V. Exa. é no sentido de verificar e de nos informar se a organização deste XIII Governo Regional em termos de orgânica foi determinante ou não foi determinante para o sucesso da Tarifa Açores neste verão que se passou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Saber se esta orgânica foi ou não foi determinante para o sucesso do início do ano letivo que agora se iniciou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Saber se essa orgânica foi ou não foi essencial para a integração de trabalhadores precários na Administração Pública Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Saber se essa orgânica foi ou não foi essencial para a integração de quadro de professores no nosso Sistema Educativo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Saber se essa orgânica foi ou não foi essencial para corrigir a carreira profissional dos enfermeiros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E por aí fora, de factos públicos que são absolutamente notórios.

Por isso, Sr. Secretário, a pergunta é esta: com todo este sucesso a nível da Educação, a nível da Tarifa Açores, a nível da integração de trabalhadores nos quadros da Administração Pública Regional, saber se este sucesso é ou não é um resultado desta orgânica, com uma poupança que representa no fim de um ano meio milhão de euros.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Costa (PS): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, pois, o que quero dar garantias a V. Exa. é que o Governo está organizado e consegue desenvolver o Programa do Governo

com ordem e com controlo de custos, satisfazendo os anseios das populações nos diversos aspetos que estão traçados no seu Programa do Governo e que conduziram democraticamente a esta formulação.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Pois, é essa organização que se conseguiu obter, do meu ponto de vista, em curto espaço de tempo. Estamos a funcionar em pleno.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma segunda pergunta, tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Silva (*PS*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já aqui ficou demonstrado, e bem, pela Sra. Deputada Ana Luís, este é de facto o maior Governo de sempre. E nós, quando afirmamos isso, temos dados que o comprovam. É um Governo que engorda nos cargos de nomeação política e não poupa, como dizia antes, em detrimento de concursos públicos e de cargos com competência técnica. Isso são factos que podem ser verificados na análise das orgânicas que foram publicadas pelo Governo.

E, Sr. Deputado Nuno Barata, esta é uma questão política, não é uma questão pessoal. Nós estamos aqui a discutir opções políticas. Opções que, no passado, pelos partidos que suportam o atual Governo, eram criticadas. E agora fazem exatamente o contrário daquilo que criticavam e fazem pior. E é por isso que

estamos aqui hoje para discutir essas incoerências e os factos que já foram aqui demonstrados. Portanto, a questão é política e não é pessoal. E não se pode escudar agora em alguns slogans, quando há uns meses atrás o Sr. Deputado criticava exatamente isso que estamos aqui a discutir. E agora assobia para o lado e finge que nada acontece, apenas para garantir a manutenção no poder.

E é também importante realçar que foi preciso um debate, proporcionado pelo Partido Socialista, para que o Governo respondesse ao requerimento, após 115 dias, quando em junho nós aprovamos aqui nesta Assembleia a redução do prazo para 30 dias. E, portanto, mais uma vez se comprova que o Governo diz uma coisa e faz exatamente o contrário.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor sempre votou contra!

O Orador: Levou 115 dias para responder a um requerimento e responde de forma incompleta. Isso também é um facto que comprova que aquilo que é prometido no Programa do Governo não é cumprido depois na prática, porque o que nós vemos é um aumento dos cargos de nomeação política em detrimento da contratação de trabalhadores por concurso público. Isso são tudo factos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é falso! E a pergunta é?

O Orador: E quando nós analisamos a orgânica, verificamos que, no seu total, somando os encargos com salários e despesas de representação de secretários, subsecretários, diretores, subdiretores, coordenadores, tudo isso ascende a cerca de 15 milhões de euros. É factual. 15 milhões de euros. O que corresponde a um acréscimo superior a 1,1 milhões de euros anuais.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Sobretudo com os coordenadores!

O Orador: E nós lá chegaremos. No final da legislatura, verão que temos razão naquilo que dizemos. E, portanto, a esse respeito, não basta apregoar, é preciso

praticar.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Há uns coordenadores que nós vamos acabar!

O Orador: E, portanto, aquilo que disse o Sr. Secretário da Finanças também não é verdade. Se me permite, Sr. Secretário das Finanças, o Sr. Secretário veio aqui dizer que os gastos com as despesas com o pessoal tinham reduzido. Então, como é que o Sr. Secretário explica... Usando os dados do seu gabinete e que a Direção Regional do Orçamento e Tesouro publicou, no final de agosto de 2021, as despesas com o pessoal, do ponto de vista consolidado, atingiu um valor de 374 milhões de euros, arredondadamente.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Comparando com agosto de 2020, este valor era de 361 milhões de euros, despesas com o pessoal. Portanto, Sr. Secretário, como é que o senhor explica que haja um aumento de 13 milhões de euros nas despesas com o pessoal, ...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... contrariando assim aquilo que o senhor disse inicialmente, que havia uma redução? São factos.

O Sr. Secretário faltou à verdade quando disse que havia uma redução das despesas com o pessoal, quando os dados que o Sr. Secretário publica comprovam exatamente o contrário.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, a nossa preocupação com a opção do Governo pelos cargos de nomeação política em detrimento de concursos públicos também aqui está devidamente consubstanciada nos documentos apresentados, o que é mais um motivo de preocupação, porque, ao invés de poupar os tais 500 mil euros anuais, temos um Governo que gasta mais, gasta pior e que promove nomeações políticas

em detrimento de contratação pública, transparente e devidamente qualificada.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Nomeações políticas são pessoas do PS que continuam ainda em cargos de chefia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, podemos trocar informação, mas, olhe, vou-lhe dizer então quais são os números. Eu não sei quais são os seus, mas serão esclarecidos.

Deputada Andreia Costa (*PS*): São tirados dos seus relatórios, Sr. Secretário!

O Orador: Por acaso está cá o Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, mas eu vou-lhe dar os números. Estamos a falar dos serviços integrados. E, portanto, as despesas, em agosto de 2020, eram 80 805 459,97 euros. E são, em agosto de 2021, 80 962 683,23 euros. Um aumento de 0,19%. E eram, em agosto de 2019, 74 900 592,52 euros, que, para agosto de 2020, cresceram 7,9%. E contra factos não há argumentos, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça Favor. Três minutos.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o Sr. Secretário volta a faltar à verdade aqui no Parlamento.

(Aparte inaudível)

Não, não sou o dono da verdade, mas tenho dados que o comprovam.

E, portanto, Sr. Secretário, falta à verdade ou não tem conhecimento dos documentos que são publicados pela sua Secretaria, o que é grave, ou então sabe e insiste em algo que não é verdade.

E entregarei na Mesa os documentos, públicos, oficiais, que comprovam exatamente aquilo que disse. Há um aumento das despesas com o pessoal em mais de 13 milhões de euros no final de agosto de 2021, comparando com o período homólogo. Isso é factual, Sr. Secretário. E isso traduz bem a opção que este Governo tem tido: nomeia mais pessoas, em vez de contratar ao abrigo de concursos públicos. E essas opções saem caro aos açorianos. São mais 13 milhões de euros no final de agosto de 2021. E entregarei na Mesa, para distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados, os documentos que o comprovam. Saldo consolidado, Sr. Secretário, os dados estão aqui. Devia de se informar melhor em vez de acusar o Partido Socialista!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, tenho o gosto em esclarecê-lo por escrito relativamente aos números das despesas com pessoal. Mantenho integralmente o que disse. As despesas com pessoal dos serviços integrados, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Consolidados!

O Orador: ... é o que estamos aqui a discutir, eu vou responder-lhe com todo o gosto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a segunda pergunta, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na verdade, isto está a ser até bastante interessante, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras disse, e bem, que esta é uma nova solução governativa, que tem três partidos. Realmente, sustentar estes três partidos e arranjar lugares para meter todas as promessas que tinham feito, realmente, não deve ser muito fácil.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não julgue os outros por si, Sra. Deputada!

A Oradora: O Sr. Deputado Paulo Estêvão diz e afirma que este é um Governo mais eficiente. Não sei onde. Não provou. Não há nenhuma prova, ainda, aqui, factual de que é realmente um Governo mais eficiente.

O Sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural prefere falar no seu

gabinete, mas esquece-se de todas aquelas 12 pessoas a mais que entraram para cargos dirigentes. Devia também ter falado nessas 12 pessoas e não ter falado somente no seu gabinete. Afinal, estamos aqui para esclarecer todas as pessoas e não ainda confundir mais as pessoas que estão em casa.

No entanto, analisando a nova orgânica da Secretaria Regional da Cultura, verifica-se uma nova profunda alteração na estratégia deste Governo para a gestão da Cultura nos Açores.

O mesmo Governo que veio a público defender a redução de cargos de chefia, que realmente interessam na competência técnica, nomeou uma subdiretora que até então só serviu para fazer campanha eleitoral. Até agora foi o que aconteceu. E referir em debates, publicamente, que nada interessam os pareceres técnicos. Ou seja, até agora fez campanha política e desconsiderou o trabalho de todos os técnicos. O que interessa é a sua palavra e acabou.

Na verdade, esta nova orgânica é realmente o espelho deste Governo: retira o dinheiro dos seus especialistas, para quê? Para pagar quem lhes apoie incondicionalmente. Não interessa a Cultura, o que interessa é que apoie incondicionalmente as decisões deste Governo.

Agora, eu só queria era que explicasse a estas pessoas que estão aqui e a todas as pessoas que estão em casa como é que é possível justificar um cargo de subdiretora para fazer campanha eleitoral, para desconsiderar técnicos e com as competências somente da tauromaquia e da Diocese. Como é que se explica isso? É porque se o Sr. Diretor da Cultura tem incompatibilidades com a tauromaquia, isso não é problema das pessoas que estão em casa a querer saber isso. E também na Diocese parece-me que continua a haver conflitos pessoais mesmo com a nomeação da subdiretora.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E a pergunta é?

A Oradora: Exatamente aquela que eu perguntei! Como é que se explica a

nomeação de uma Subdiretora da Cultura simplesmente para fazer campanha eleitoral, para desconsiderar os técnicos e ainda para as competências somente da tauromaquia e da Diocese? Para que é que se paga uma pessoa simplesmente para ter a competência da tauromaquia e da Diocese? O Diretor da Cultura não era o suficiente? Tem ainda que se aumentar o despesismo?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Isso é uma pergunta?

A Oradora: É uma pergunta, é!

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: Eu bem sei que o Sr. Artur Lima, ainda enquanto Deputado, desconsiderava os técnicos de arqueologia. Aliás, eram empecilhos.

Presidente: Sra. Deputada, tem de terminar!

Muito obrigado, Sra. Deputada.

Eu apenas alerto... Eu sei que é a primeira vez que estamos a utilizar esta figura regimental, mas não podemos interpelar as outras bancadas e os outros Deputados, porque não podem participar e não se podem defender. E, portanto, alerto para essa situação, para evitarmos outros problemas.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, bom, eu, relativamente a alguns aspetos da sua pergunta sobre as questões ligadas à Cultura, não penso que seja eu, ou seja sequer o assunto que estamos aqui a discutir, mas tenho todo o gosto em dizer que, de facto, não confirmo as 11 nomeações que indicou. Não sei qual é a fonte que tem, mas, relativamente a isso, que seria, de facto, a matéria que nos tem aqui ocupado mais tempo, que é o problema de controlar as despesas, de manter a

Administração sem crescimento, mas ao mesmo tempo respeitando as pessoas e, portanto, fazendo as integrações, fazendo com que se trate da precariedade e não do seu agravamento, portanto, é neste ambiente de contenção, mas ao mesmo tempo de respeito pelos funcionários públicos que lhe respondo que é esta a preocupação do Governo. E, portanto, tudo o que fugir a isso, terei todo o gosto em ouvir, mas não é, de facto, aquilo que está nas nossas intenções e na nossa prática.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, há bocadinho, ao ouvir a pergunta do Partido Socialista, fez-me lembrar a casa da minha avó, na Ribeira Grande. E era por esta altura. A minha avó também tinha galinhas e tinha um burro. Nunca foi batizado. Ainda vamos a tempo. Mas fazia-me lembrar a casa da minha avó, porquê? Porque sentia-se o vento a passar na chaminé e ele fazia: veee, veee... E foi o que eu ouvi: veee, veee... Eu não ouvi nada! Eu não percebi a pergunta! Eu não sei o que é que querem perguntar! Vieram com azia? Eu tenho aqui na mala, tenho aqui uns comprimidos para a azia. É fácil!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Não batem palmas ao Chega, que o Chega fica envergonhado!

Deputado Francisco César (PS): É batam, não é batem!

O Orador: Eu tenho um corretor de português ali atrás. Muito obrigado. Isto é divertido, só porque estamos no Parlamento o senhor também me corrige. Muito

bem.

Presidente: Sr. Deputado, tem de fazer a sua pergunta, se faz favor.

O Orador: Sr. Presidente, eu gostava de perguntar ao Governo se num ano nós conseguimos fazer o que não se fez em 24.

(Aparte inaudível)

A senhora está a responder já? Mas a senhora já não é do Governo, é do Governo anterior! É as vozes do passado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Não era para responder Sra. Deputada! Não era! É este Governo que está aqui há um ano! Os senhores já se foram, passaram de validade! Levaram aquele rótulo cor de laranja... cor de laranja não, roxo, da validade.

Apesar das dificuldades, e peço desculpa pelas graças, eu gosto de ser sério. Eu não gosto deste vento na chaminé, veee, veee, veee, veee, que não dá em nada. Este veee, veee, veee, veee, com números, eu também arranjo aqui meia dúzia de números e digo um monte de mentiras. Isso é fácilimo. Qualquer tolo faz isto.

Nós temos que ser sérios. Num ano é capaz de se encaixar 24 anos de incompetência socialista? Eu acho que não, mas deixem-me perguntar ao Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, pede a palavra para...

Deputada Andreia Costa (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

Srs. Deputados, deixem-me ouvir a Sra. Deputada Andreia Cardoso, se faz favor!

(*) **Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente e Membros do Governo:

Eu, de facto, tive dúvidas sobre a figura regimental a utilizar, se interpelação à Mesa ou defesa da honra da bancada. Optei, nesta fase, pela interpelação, no sentido de interpelar a Mesa. Há pouco, colocou a questão à bancada do partido... penso que foi até do Bloco de Esquerda, sugeriu aos Srs. Deputados que não interpelassem as demais bancadas porque estamos a colocar questões ao Governo. A bancada do Partido Socialista, digamos, foi interpelada com palavras como burro, tolos, chaminé... E, portanto, não me parece que sejam palavras adequadas. Estamos a interpelar o Governo, não usamos nada disso.

E, portanto, Sr. Presidente, agradecia a sua atenção a esta questão.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Aproveito para reforçar aquele apelo que já fiz. Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a usar uma figura regimental muito específica, muito particular e não devemos, de facto, interpelar as outras bancadas, que não podem participar senão usando outras figuras regimentais. E para evitarmos a utilização de protestos e de defesas da honra, temos que ser cuidadosos na nossa linguagem, sempre e particularmente nesta figura regimental.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Pacheco, pois, de facto, a reestruturação, quer da Administração Pública, quer dos seus serviços e fundos autónomos das Empresas Públicas Regionais é um trabalho para uma legislatura, até pelo próprio ritmo institucional que é necessário. As três empresas públicas, por exemplo, que estamos a extinguir têm o seu próprio ritmo. Nós preparamos os dossiers e eles

vão avançando com um processo que também envolve pessoas e que envolve o Parlamento e que envolve as audições dos sindicatos... Existe, portanto, todo um cuidado institucional que faz com que este processo esteja a ser executado com muita determinação, mas também com muito respeito institucional, por todas as leis que nos regulam e relações entre nós, exatamente, porque envolve pessoas.

Mas, sim, vamos fazer uma reestruturação, quer na Administração Pública, quer no Setor Público Empresarial.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma pergunta, tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu começo, e peço autorização ao Sr. Presidente, por saudar todos os Deputados que foram candidatos a Câmaras Municipais e que venceram as suas eleições: a Sra. Deputada Bárbara Chaves, a Sra. Deputada Vânia Ferreira e o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(Aplausos da Câmara)

Eu, infelizmente, faço parte daquele conjunto que perdeu as eleições, tal como o Sr. Deputado José Ávila, o Sr. Deputado Berto Messias... o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral...

(Risos)

Portanto, deixo aqui uma saudação e muitas felicidades a todos aqueles que venceram as eleições e que irão deixar este Parlamento. Nós ficaremos cá: eu, o

Sr. Deputado Berto Messias, o Sr. Deputado Bruno Belo, o Sr. Deputado José Pacheco e o Sr. Deputado José Ávila.

Em relação à questão, e aqui era bom centrar o assunto, aquela que foi a menção que o Sr. Deputado Carlos Silva fez ao Boletim de Execução Orçamental, que é público, cometeu um erro. O erro é que nós estamos aqui a discutir o subsetor do Governo Regional. E, nesse sentido, o que recomendo ao Sr. Deputado Carlos Silva é que veja a página 7 do Boletim de Execução Orçamental – despesas com pessoal, que, em 2020, foram 82,47 milhões de euros e, em 2021, até agosto, estão 82,7. O resto que disse inclui a Educação, inclui a Saúde, sobretudo em ano de Covid. Faz sentido que nessa matéria houvesse rigor.

Aliás, nós estamos a discutir a orgânica do Governo Regional, não estamos a discutir aquilo que é a situação englobada, consolidada, de toda a Administração Pública, incluindo a Saúde e a Educação. E, portanto, nunca poderiam os valores de 82 milhões de euros passar para 300 e tal. É uma questão de rigor técnico. O Sr. Deputado Carlos Silva não teve, na ânsia de demonstrar aqui o que não é verdade.

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem de colocar a pergunta é ao Governo e não ao Sr. Deputado Carlos Silva.

O Orador: E a pergunta que faço, terminando, é: relativamente àquilo que são as poupanças mencionadas pelo Sr. Secretário em termos dos lugares de chefia, era importante também ter uma noção mais exata daquilo que são as poupanças. Já deu aqui uma ideia daquilo que é a redução do conselho de administração da SDEA, mas há também a precisão relativamente à Sinaga, à Azorina. Ou seja, qual é a estimativa da economia, anual, não só com a nomeação ou com a extinção de lugares de chefia, mas também com os próprios custos de funcionamento dessas empresas, que só a sua existência inclui, apesar das integrações, um conjunto de custos que são relevantes do ponto de vista do funcionamento dessas empresas. E, portanto, qual será esse impacto a adicionar àquilo que são as

economias nas próprias orgânicas do Governo?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para responder o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, no caso das três empresas públicas, de facto, as poupanças que se verificarão são bastante superiores às do conselho de administração. Ele tinha uma expressão absolutamente anormal no caso da SDEA, absolutamente excêntrica a solução da SDEA. Nas outras, na Azorina tinha só um cargo executivo e um não executivo. Também era bastante mais restrito no caso da Sinaga. A Sinaga era cara era pelos seus prejuízos, 35 milhões acumulados. Mas vamos ter ocasião de falar disto esta semana. No caso da Azorina, a poupança estará entre 60 e 80 mil euros por ano. No caso na Sinaga, uma quantia parecida com essa, mas eu posso dar depois com mais rigor quando tratarmos em concreto dos processos das respetivas extinções.

Mas o processo de poupança é, de facto, global. E no Setor Público Empresarial tem que haver, de facto, este cuidado, principalmente em empresas que realizavam algumas atividades mas não de natureza mercantil, por isso a sua integração dentro dos serviços da Administração Regional e a racionalização que for possível dentro da própria Administração Regional, que tem que ser feita através da mobilidade, que é uma das maneiras que estamos a procurar introduzir,

que as necessidades possam, na sua grande maioria, ser satisfeitas com um melhor aproveitamento dos recursos internos. E com isso, de facto, podemos estar a melhorar a Administração Pública sem aumentar as despesas.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais questões.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta figura regimental, de facto, permite colocar perguntas ao Governo para quem tem perguntas a fazer, mas existem outros, obviamente, que não respeitam a figura regimental e o que querem aqui vir fazer é chicana política. E isso está, evidentemente, errado e não prossegue aqueles que são os objetivos desta figura regimental, que é o esclarecimento dos Srs. Deputados e do povo açoriano.

A questão que eu considero que é bastante relevante é fazer uma referência de justiça, que é dizer: reconheço a este Governo o esforço para responder a requerimentos. A esta Assembleia também este esforço, uma vez que se reduziu para metade o prazo de resposta. E a situação anterior não era essa. Eu próprio fiz dezenas e dezenas e dezenas... transformei requerimentos não respondidos em perguntas orais.

E há aqui Srs. Deputados que transitaram das legislaturas anteriores e que sabem que isso é verdade. Essas respostas só eram dadas em cima da realização do Plenário.

Deputada Andreia Costa (*PS*): Exatamente como está!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Foi o que aconteceu ontem!

O Orador: Isso aconteceu dezenas e dezenas e dezenas de vezes.

Considero que é importante aqui referenciar, também, uma vez que foi aqui

referenciada a questão da Cultura, eu devo dizer que tenho muito orgulho em que da parte dos museus regionais tenha sido feito um concurso para o Museu do Pico. Até quem ganhou foi o anterior diretor. Houve um concurso e ganhou o anterior diretor, que continuou em funções. Tenho muito orgulho que tenha sido feito um concurso no Museu de Angra. E quem ganhou foi o diretor que estava anteriormente em funções. O Sr. Diretor do Museu da Horta continua em funções. E em relação ao Museu Carlos Machado, o anterior diretor não concorreu, não estava habituado a concorrer.

(Risos)

Deputado Francisco César (PS): Não era elegível!

O Orador: Por isso, o que aqui existe é uma continuidade do ponto de vista de aproveitar os recursos que nós temos. Este é o Governo dos Açores, não é o Governo do PSD, nem do PPM, nem do Partido Socialista. É o Governo dos Açores. E o Governo dos Açores aproveita aqueles que são os melhores recursos. E o que lhes pedimos sempre é que façam o melhor possível ao serviço dos Açores. E não interessa aquela que é a sua ideologia ou a sua filiação partidária.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Eu tenho muito orgulho nesta matéria. Acabei de dar aqui os exemplos dos museus regionais, em que é absolutamente exemplar este comportamento. Por isso, o que eu lhe peço, Sr. Secretário, é uma resposta em relação a esta matéria, que é a riqueza dos nossos quadros no âmbito da Administração Regional e a forma como este Governo está a aproveitar esses recursos, olhando para as suas efetivas qualificações.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão o que não diz é

que o antigo diretor de Ponta Delgada não podia concorrer. Por isso é que lhe fizeram a folha no concurso de diretor do Museu Carlos Machado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pois, a prática instituída e a orientação que é partilhada, mas que é trazida, quer pelo Programa do Governo, quer pelo próprio Presidente do Governo, é, de facto, do aproveitamento integral dos recursos sem estar a olhar às filiações, por isso a quantidade de gente que foi mantida nos seus cargos ou reaproveitada em posições até muito mais adequadas às suas competências. E, portanto, um esforço de integração, de despolitização da Administração Regional.

Hoje em dia, e queria dizer isto aqui com muita ênfase, a governação contemporânea é uma governação complexa, é preciso ir buscar os melhores, é preciso sabedoria técnica, isto não vive com amiguismos, com partidarite, vive de competência! E é isso que estamos a tentar trazer à Administração Pública Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais questões.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Como disse, e bem, há pouco, o Deputado Nuno Barata, eu gostaria muito mais de estar aqui a discutir políticas e não pessoas, mas é compreensível que o Partido Socialista esteja preocupado com orgânicas, até porque vai ter que repensar as suas orgânicas, dado aquilo que aconteceu no último fim de semana, em que o Partido Socialista encolheu. Então, vai ter que repensar essa mesma orgânica.

A realidade é que começamos este debate, aliás, estas perguntas ao Governo, pelo facto de não ter sido dada a resposta, no fundo, em tempo útil, a um requerimento do Partido Socialista. Aquilo que era o expediente do anterior Governo, e que agora o Partido Socialista recebeu essas respostas, não quis retirar este ponto da agenda, é legítimo, mas a realidade é que, anteriormente, há 24 anos de requerimentos por responder também. E isso é um facto.

Mas começamos esta sessão de perguntas falando sobre os supostos quatro milhões de gasto adicional na legislatura que este Governo teria, mas o Partido Socialista esqueceu de retirar a esse cálculo, logo, os 900 mil euros que a SDEA custaria e que, por sua vez, é uma poupança, logo, de um quarto do valor que propagandeiam como sendo um gasto adicional deste Governo.

Depois, também é um facto, é que a maior Administração Pública de sempre não foi este Governo que a criou, foi o anterior Governo que a criou com a entrada de 1800 funcionários, como foi bem dito pelo Sr. Secretário.

Depois, este Governo, também como disse a minha colega Catarina Cabeceiras, teve, efetivamente, outras prioridades e cresceu, porque, por exemplo, fez a promoção do Ambiente a Secretaria, que, para uma região como os Açores (e foi logo dito no início desta legislatura pelo Deputado do PAN, por exemplo), é, efetivamente, uma promoção daquilo que é a maior marca dos Açores, que é, efetivamente, o seu ambiente e a sua natureza. E é aquilo que nós temos que

promover, preservar e defender.

Mas sem dúvida que este Governo tem feito e tem dado mostras de que a questão dos concursos... é aquilo que nós sabemos e que também já foi referenciado anteriormente. O que era feito? Eram feitas nomeações e depois abriam concursos quando as pessoas que já estavam nomeadas há dez anos, obviamente, eram as únicas pessoas que poderiam ficar nesses lugares.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Mas a pergunta que faço, e termino já, Sr. Presidente, é: no fundo, falou-se muito em orgânicas, e a pergunta que faço ao Sr. Secretário é se, efetivamente, até agora, nas execuções trimestrais que tem sobre os gastos deste Governo, notou algum gasto significativo ou um aumento significativo do custo deste Governo e dos seus gabinetes. E se isso é, efetivamente, uma preocupação, porque, efetivamente, não é o que temos presenciado ou pelo menos percebido até agora. A pergunta que lhe deixo é exatamente essa: face ao anterior Governo, se, neste momento, as execuções trimestrais que têm refletem algum aumento significativo dos custos de gestão deste Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Rui Martins, o controlo que se tem feito, quer das despesas, quer das receitas, permite dizer aqui ao Parlamento que o ano tem decorrido praticamente sem desvios. E, portanto, sobre as despesas em concreto, que foi a questão que me perguntou, o ano está a correr de acordo com o previsto, sem desvios. E, portanto, é um sinal de satisfação, de que as coisas estão em ordem, de que a Administração Regional do XIII Governo funciona de forma

disciplinada.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais questões. Podemos avançar para a terceira questão.

(*Pausa*)

Peço desculpa, há ainda partidos que não se inscreveram no âmbito da segunda questão. Não sei se há... Não havendo, vamos então para a terceira questão.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Julgo que, em três minutos, importa, no entanto, começar por dizer que estou apreciando a fantástica habilidade com que os partidos que suportam o Governo procuram criar manobras de diversão, de maneira que fuja aqui o debate que queremos ter, mas, na verdade, os açorianos, do meu ponto de vista, merecem mais do que isso. Do meu ponto de vista, os açorianos merecem que as respostas que o Partido Socialista procura ouvir, os açorianos merecem ouvi-las e merecem entendê-las e merecem toda a seriedade de V. Exas.

É preciso deixar claro que, do ponto de vista do Partido Socialista, debater a orgânica do Governo não é, nem pouco mais ou menos, debater pessoas. Nós estamos a debater políticas. E isso leva-me a entender que V. Exas. entendem que falar da orgânica do Governo é, então, falar de pessoas. E é aqui que começa o erro, muito provavelmente. Para o Partido Socialista, estamos falando de políticas. Parece-me claro.

Em segundo lugar, usando a expressão do Sr. Secretário da Finanças, há aqui uma

falácia clara. E a falácia é uma só, não são várias, nada de confusões! A falácia é de que é este o Governo que promete aos açorianos diminuir o peso da sua orgânica e é, afinal, o maior de sempre em nomeações políticas! É esta a falácia, não há outra!

E vamos a factos concretos, apesar do Sr. Secretário Regional das Finanças entender que não é assunto, pois nós entendemos que é exatamente este o assunto. E, então, vamos a factos concretos. Para que não restem dúvidas, há disto um exemplo crasso: a nomeação, no início do ano, de três técnicos superiores especialistas, pertencentes à Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, qualquer um deles com remunerações superiores a 3300 euros mensais e em que, meses depois (não sei se o Sr. Secretário está anotando, porque é preciso, talvez... eu, pelo menos, sem ler não consigo), ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... um destes, primeiro, apresenta-se com o desconhecido cargo, até à data, de diretor de serviços de transformação e transição digital. Eu vou repetir: diretor de serviços de transformação e transição digital. E não chefe de divisão.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Aproveitando-se para relembrar que este é um cargo sujeito a regras de concurso público.

Outro surge como presidente do conselho de administração do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, o que lhe fará auferir um ordenado superior a oito mil euros mensais por acumulação, dado que se desconhece qualquer despacho de exoneração enquanto técnico superior especialista.

E a última, termino já, Sr. Presidente, para o cargo de subdiretor regional da Cultura, no mesmo período em que se desenvolvia a sua candidatura à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, muito provavelmente encontrando prévio caminho à expectável derrota autárquica.

Pergunta: como justifica o Governo Regional... Se me permitirem, eu faço a

pergunta. Estou a perder tempo. Acho que era preciso descontar um bocadinho aí.

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de terminar.

O Orador: Então, a pergunta é a seguinte: como justifica o Governo Regional estas situações, relembrando o surgimento espontâneo e sem concurso público do cargo de diretor de serviços de transformação e transição digital, os vencimentos acumulados de presidente da Nonagon e de técnico superior especialista, que corresponderão a uma quantia superior a oito mil euros mensais. E a nova nomeação de uma subdiretora regional da Cultura, praticamente sem competências...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ... que o justifiquem, e com caráter de urgência, engordando a despesa pública da orgânica governamental, é preciso dizê-lo, em mais de 52 mil euros anuais.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Está a falar de pessoas! E as competências?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rodolfo Franca, pois, não reconheço os factos que está a relatar, mas sempre que descubro factos errados, intervenho. Por exemplo, nessa mesma altura, em fevereiro, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já está a fugir para o lado!

O Orador: ... foi necessário interromper cinco nomeações, cinco concursos feitos

à medida de ex-governantes e diretores regionais. E o concurso era de tal maneira...

Deputado Carlos Silva (PS): Está a dizer que esses são feios à medida, é?

O Orador: Eram, completamente!

Deputado Carlos Silva (PS): Não, esses que foram aqui falados!

O Orador: Não, estou a falar que, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ah!...

O Orador: ... sempre que descubro casos que ferem a lei, intervenho. E neste caso, eu julgo, é só o problema de chamar à atenção da hipocrisia e da falta de moral, às vezes.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Rasga as vestes quem pratica o mal, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... porque o caso da EDA era um caso de tal maneira escandaloso, feito, de facto, para empregar pessoas que foram surpreendidas pelas eleições. Isso é perverso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E por isso registei com muito interesse os pretensos factos que o Sr. Deputado Rodolfo Franca trouxe, mas não há dúvida que o que é importante é ter o juízo moral que não seja seletivo. É preciso praticar sempre da mesma maneira. É o que eu tento fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, para a réplica, tem três minutos. Sr. Deputado, faça favor.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Caímos exatamente sempre no mesmo, por mais que tentemos recentrar o debate, a vontade é de desviar permanentemente todas as atenções para um qualquer *fait divers* que seja muito mais interessante. E, portanto, tudo será mais interessante do que responder exatamente àquilo que lhe é perguntado. Não houve resposta nenhuma àquilo que foi perguntado.

E, portanto, em três minutos será difícil apresentar-lhe os factos. Que me parece hipócrita não somos nós, é dizer o Sr. Secretário que, efetivamente, não conhece aquilo que aqui falamos. Então, vou-lhe dar o exemplo: portanto, seria no que toca ao surgimento espontâneo e sem concurso público do cargo de diretor de serviços de transformação e transição digital. Consultar, por exemplo, o suplemento Ideias & Negócios do Correios dos Açores, do dia 01 de agosto de 2021, uma entrevista do Sr. Eng.º Gonçalo Trindade (estamos falando da pessoa porque fui obrigado a isso), diretor de serviços de transformação e transição digital. É assim que se apresenta.

E, portanto, parece-me que seria ótimo ouvirmos as respostas e os açorianos ouvirem as respostas que o Partido Socialista procura aqui obter.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto ao Governo se quer usar o direito de réplica.

Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**
(*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rodolfo Franca, penso que a informação que tem não está correta, que não está nomeado diretor de serviços, que é técnico especialista e que, portanto, está numa posição muito diferente da que apresentou. Tentarei responder a tudo, mas considero isso uma pergunta verdadeiramente de algibeira, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Porquê?

O Orador: ... principalmente porque lhe é permitido, neste caso, trazer factos que não são factos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos às 11h55.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Vamos dar continuidade à sessão de perguntas. Estamos no âmbito da terceira pergunta. O Partido Socialista já efetuou a sua pergunta. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tem sido curioso assistir a este conjunto de perguntas e respostas acerca deste assunto, porque aquilo que tem sido dado como argumento a algumas perguntas mais incómodas, nomeadamente no que diz respeito a custos ou nomeações políticas, é que, vejam lá, o Governo anterior também fazia isto, ou do ponto de vista da transparência havia situações criticáveis. Ora, quem está agora no Governo, em vez de mudar as práticas, diz que também o faz porque anteriormente então já se fazia. É como aquelas crianças, quando são chamadas à atenção por fazerem uma qualquer traquinice, dizem, vejam lá, porque o colega, o amigo do lado também fez. E se calhar fez pior. Bem, isto não é desculpa. O que têm que fazer é não fazer aquilo que se fazia no passado e mudar. Mas este Governo, sobre esse aspeto, já percebemos que quer fazer igual e pior.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Que linguagem!

O Orador: E aqui vamos à questão da transparência. Foi perguntado, já, pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca acerca da nomeação de técnicos especialistas para a Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, duas pessoas que são administradores da Associação Nonagon, uma associação de direito privado, que tem dois sócios – Governo Regional e Município da Lagoa.

Há aqui duas dúvidas para além das questões do dever de isenção e prossecução do interesse público que esses nomeados técnicos especialistas têm que garantir, mas, antes de ir a estas, gostaria de perguntar, de fazer aqui um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário, que não esclareceu. Não sei se não sabia ou se fingiu que não sabia, mas é preciso esclarecer de uma vez por todas. Das duas, uma: tendo em conta que os administradores da Nonagon eram, até muito recentemente, e essa é a minha dúvida, remunerados (aliás, até através de

requerimento do Grupo Parlamentar do PSD soubemos exatamente quais são as remunerações, ou quais eram as remunerações até à data, mas já lá vamos), aquilo que é preciso esclarecer é se esses administradores acumulam salário acumulando funções, porque isso é claro, e se acumulam salários, estamos a falar de acumulações que atingem mais de oito mil euros por mês; ou então não acumulam e quem está a pagar os salários dos administradores da Associação Nonagon é o gabinete da Sra. Secretária da Ciência e Cultura. E eu pergunto porquê, se aquela é uma associação que tem dois sócios e que tem um orçamento e que tem, obviamente, como é evidente, responsabilidades e tem receitas. E são dessas receitas que devem ser pagos os salários dos seus administradores e não através do gabinete da...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... Sra. Secretária da Ciência e Cultura. E é esse esclarecimento que gostaria de pedir ao Sr. Secretário: ou acumulam e está aqui um caso bicudo, que o senhor tem que explicar; ou não acumulam e tem que explicar porque é que é o Governo que está a pagar o salário diretamente aos administradores da Nonagon. Fico a aguardar, Sr. Secretário.

Deputado Nuno Barata (IL): Esteve muito bem, Sr. Deputado!

Deputado José Pacheco (CH): Até o Chega concorda consigo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, relativamente à Nonagon, portanto, o conselho de administração já cessou funções e o seu presidente trabalha como funcionário na minha Secretaria. Por sinal, pessoa competente. Tinha, de facto, também, ali, no caso da Nonagon, mais uma situação excêntrica de salários elevadíssimos.

(Aparte inaudível)

Ouçá até ao fim, se não se importa. Eu não o interrompi e foi desagradabilíssimo na linguagem. E, mesmo assim, ouvi-o calado.

Relativamente à questão que pôs, portanto, as pessoas que deixaram os seus lugares não têm que ir para o desemprego, foram colocados de acordo com as suas competências. E eu não estou sequer a par, mas não estão a acumular salários. Portanto, eu estou-lhe a responder do ponto de vista substancial: não há acumulação de salários.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que o Governo é que paga?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições para perguntas. Não havendo, podemos avançar para a quarta pergunta do Partido Socialista.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os senhores têm a legitimidade e devem ter a autonomia para criarem a orgânica que assim bem entenderem. Não é essa a questão. E é perfeitamente legítimo que optem por fazê-la da forma como melhor entenderem. Factual é que os senhores têm recrutado muito menos e têm nomeado muito mais. Isso é um facto e não é desmentível.

E, portanto, quando nós perguntamos como é que se compatibiliza essa ação com aquilo que os senhores disseram, quer relativamente à transparência, quer também relativamente à menos presença do Estado ou do Governo na nossa Administração, o que se verifica é exatamente o oposto.

Existem inúmeros exemplos disso em várias Secretarias. Isso é transversal. E há

uma em especial, que eu refiro e que tem a ver com a nomeação política de uma unidade de apoio à inspeção na Secretaria Regional do Turismo. Esse é mais um cargo de nomeação política.

Portanto, para além do impacto financeiro desta medida, como é que justifica a necessidade de criar mais cargos de nomeação, o que é transversal a todas as Secretarias, tudo isto num Governo que bate todos os recordes em termos de nomeações políticas, em vez de as dotar de cargos técnicos, como supostamente deveria ser e apelando a uma maior transparência, a qual os senhores também se auguram de inverter, o que depois na prática não se verifica? Portanto, a pergunta é exatamente esta: como é que compatibilizam esta ação com aquilo que os senhores dizem que vão fazer?

E, portanto, quando se diz que são mais quatro milhões por legislatura, isso é consubstanciado na diferença que existe entre aquilo que se gastava anteriormente, que eram 13 826 442,50 euros, com aquilo que os senhores preveem agora gastar, que são 14 964 529,08 euros. E não estamos a falar, ainda, porque falta e é preciso perceber depois, qual é que é o impacto da orgânica da Presidência do Governo, que nós não conhecemos ainda. Existe, de facto, a publicação de como é que será, mas o impacto disso e a publicação dessa orgânica não existe, o que também não se compreende.

E, portanto, gostaria que Governo pudesse explicar essa questão, que é muito simples e concreta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco Costa, a sua pergunta, tal e qual como muitas anteriores,

partem de uma realidade suposta, não existe.

Vamos então por partes, mais um número que é importante: entre assessores de gabinete, colaboradores, adjuntos, secretários pessoais, chefes de gabinete, secretários regionais, vice-presidente e presidente do Governo, em setembro de 2020, havia 69 membros nomeados. Em setembro de 2021, há 64. Há menos cinco.

A despesa, em período homologado, de janeiro a setembro, são menos 187 120 euros.

Deputado Carlos Silva (PS): E coordenadores?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Talvez não estejam a compreender que estão a escorregar no óleo que puseram no chão, porque não cola! Quer dizer, estão a afirmar uma realidade que não tem nada a ver com os factos! E os factos desmentem! Cada facto, cada desmentido!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: E, portanto, podem insistir 10 vezes, 15 vezes, mas a verdade é comprovável. Da mesma forma que não pode dizer que as despesas estão a subir quando estão a descer!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Nos sítios onde há mais despesa, eu sei onde está e, digo, tem sempre uma justificação, mas não é neste caso que estamos aqui a discutir, nas despesas dos serviços integrados e dos gabinetes, que é isso que está aqui em cima da mesa. Não corresponde à verdade!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu acho que seria perfeitamente normal, perante um facto que os senhores não podem desmentir, embora queiram fazê-lo, sem se perceber muito bem porquê... Os senhores têm o maior Governo de sempre. Isso é um facto, não há que escondê-lo. É uma opção vossa. Não há problema nenhum nisso. Normal seria que, em função disso, o senhor pudesse dizer: se o Governo é maior, obviamente, gastaremos mais, mas, se calhar, vamos ter maior eficiência. Isso era normal fazer.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): O senhor lá sabe dos seus números!

O Orador: Não é normal fazer é o senhor querer enfiar a cabeça na areia como a avestruz e negar aquilo que é uma evidência! Portanto, isso não fica bem, não é isso que nós esperamos.

E, portanto, eu perguntava-lhe, então: podem, os senhores, informar qual é o número de cargos que deixaram de ser por concurso público e passaram a ser por nomeação?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não alteramos a lei!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, não quer usar o seu direito de réplica?

Muito bem. Vamos avançar. Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta quarta questão. Não havendo, avançamos para a quinta questão.

Sra. Deputada Ana Luísa Luís, faz favor.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Eu gostaria de voltar a referir aqui um aspeto que tem sido, por vários intervenientes, neste debate, reiterado e que o meu colega João Vasco Costa também já o referiu: não está aqui em causa, nem nunca esteve, a questão da legitimidade nas nomeações políticas. O que está aqui em causa é um procedimento que este Governo Regional tem vindo a adotar ao longo de quase um ano de mandato, que provém cargos técnicos com recurso a nomeações políticas, quando poderiam ser providos por recurso a concurso público, onde se conheceria as competências dos que se opõem aos concursos, onde seria reconhecida a transparência do procedimento administrativo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A senhora agora quer dizer como é que a gente governa!

A Oradora: E é esta a questão que está aqui.

Dizer que se vai reduzir na orgânica deste Governo cerca de 500 mil euros, aliás, anúncio que foi feito pelo Sr. Presidente do Governo logo no dia 01 de abril, por uma diminuição dos cargos dirigentes, também o Partido Socialista aqui já o afirmou e reitera que é uma opção política. E refiro que nós aqui estamos a debater, efetivamente, uma opção política, pelo que temos legitimidade para concordar com ela ou não. E, como estava a dizer, esta redução que o Sr. Presidente do Governo anunciou no dia 01 de abril foi por redução destes cargos dirigentes. E é a isto que nós nos opomos, porque, efetivamente, quando se faz a avaliação das orgânicas já publicadas, verifica-se o aumento de cargos de nomeação política. E a redução, que também ainda não foi concretizada, é por

diminuição de cargos dirigentes.

Terceiro aspeto: este valor a que se refere o Sr. Secretário Regional, dos cerca de 500 mil euros, e que o Sr. Presidente também já tinha anunciado, correspondem a essa vossa diminuição, mas, efetivamente, não está comprovado pelos números o impacto real. Em primeiro lugar, porque, como no próprio requerimento é descrito, o cálculo das indemnizações ainda não foi feito e porque muitos desses dirigentes regressam ao seu local de origem, logo, também, vão receber vencimento.

E, portanto, o que o senhor não conseguiu demonstrar foi, efetivamente, como é que chega a este valor de dois milhões. Nós quando apresentamos o valor dos mais de 14 900 000 do global desta orgânica, é porque são os valores que estão afetos às orgânicas dos departamentos, não são valores que nós inventamos.

O impacto orçamental destas orgânicas ainda não está verificado, porque as orgânicas foram todas publicadas a partir de junho deste ano, apesar de ter sido anunciada a sua aprovação no dia 01 de abril (curiosa data). A verdade é esta. Nenhuma destas orgânicas foi publicada no primeiro semestre, portanto, o seu impacto orçamental ainda não é possível de calcular.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: E, portanto, aquilo que gostaria, efetivamente, de questionar e que reiteramos é que esta política de nomeações, de eliminação de cargos de chefia e que também é inerente ao próprio SPER, é uma ação política de assalto à Administração Pública Regional, com a qual não nos reconhecemos.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Assalto?! Foram 24 anos!

A Oradora: Por isso, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional: como é que justifica, pergunta que reitero, este aumento de mais de 4,4 milhões de euros no final da legislatura com os valores que estão afetos às orgânicas já publicadas? E relembro que a orgânica afeta à Presidência do Governo, apesar de constar no requerimento que nos foi remetido ontem como estando já definida desde o dia

01 de abril, a verdade é que hoje, dia 28 de setembro, ainda não foi publicada.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Ana Luísa Luís, bom, relativamente à ideia de que há mais nomeações políticas, eu vou repetir só porque eu penso que a Sra. Deputada, por qualquer razão, não ouviu a minha intervenção anterior. Portanto, em setembro de 2020, havia nos gabinetes 69 nomeações políticas e, agora, há 64.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E a despesa dos gabinetes diminuiu, de janeiro a setembro, 187 120 euros.

Deputado Carlos Silva (PS): E os coordenadores?

O Orador: Estão aqui. Portanto, é só porque não cola. O problema aqui... É terrível estar numa discussão com as ideias já definidas. Vieram com uma ideia definida que não cola e quer-se fazer com que a realidade caiba ou enquadre as ideias. É, de facto, a quadratura do círculo.

Relativamente ao fim da legislatura e aos gastos, pois, é evidente que é preciso esperar. A cada ano vamos apresentando as contas do pessoal e vai ver que não tem nada a ver com as contas de quatro milhões de euros ou outro número

qualquer a que some a data. E, portanto, isso são contas que não têm correspondência a nenhuma realidade prática. As contas da Administração Pública são publicadas regularmente e são sujeitas a escrutínio. As contas que serão feitas no fim desta legislatura não corresponderão de forma nenhuma aos números que apresentou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sra. Deputada Ana Luís, para a réplica, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Secretário Regional das Finanças, pois, obviamente, cada um vai ficar com os seus números, porque, de facto, aqueles de que dispomos e que muitos deles são confirmados pelo requerimento que nos foi entregue ontem, por acaso remetido a esta Assembleia às 8h da noite, na véspera deste debate e após 115 dias sem resposta. Se o velho Paulo Estêvão aqui estivesse neste Parlamento teria muita coisa para dizer a este Governo, porque, efetivamente, era sempre uma questão pela qual se batia, mas, efetivamente, era só quando os outros o faziam. Quando é o próprio, obviamente, já nada tem a dizer.

Mas, Sr. Secretário Regional, os dados de que dispomos e que estão publicados nas orgânicas não são, efetivamente, estes que diz. O que nós temos, efetivamente, é que ao nível do elenco governativo há um aumento de 59 lugares e ao nível dos cargos de nomeação política há um aumento de 95 lugares, perfazendo um valor, que já aqui também foi afirmado, de cerca de 1 100 000 euros a mais por ano, pelos valores que estão agora definidos nas orgânicas. Não somos nós que os inventamos, os cargos estão lá, é uma questão de os irem contabilizar e verificar os seus vencimentos.

E, portanto, Sr. Secretário Regional, penso que não responde cabalmente, mas há

uma coisa, também, que desta sessão de perguntas se consegue retirar claramente: é que aquilo que este Governo apregoa, aquilo que este Governo escreve, aquilo que este Governo defende não é de facto aquilo que este Governo faz, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque aquilo que está escrito no Programa do Governo, na sua página 39, e que também já estava no programa eleitoral que foi a sufrágio, era um objetivo muito claro e concreto para a Administração Pública Regional e dizia assim: “O Governo concretizará, entre outros, os seguintes objetivos: reduzir o número de cargos políticos e de nomeação (...)”. Como bem disse a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a verdade é que para a prática, para poder acolher e agradar a todos, este objetivo não se concretizou agora nem se vai concretizar.

Por isso, Sr. Secretário, perguntava-lhe como é que acha que o procedimento do Governo em relação à composição de gabinetes e às nomeações políticas vai cumprir com o objetivo que os senhores próprios definiram para a vossa ação governativa.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Ana Luísa Luís, pois, estamos a cumprir e vamos continuar. Neste momento, já temos menos do que havia. A redução dos gabinetes e das orgânicas é efetiva. Estamos a controlá-la. Está a acontecer. De janeiro a setembro, houve redução, não houve aumento.

E vamos nesta senda com muito respeito pelos contribuintes, com um respeito que não havia no passado, mas que vamos praticar. É, de facto, um compromisso. E que estenderemos também à medida que formos concretizando o que já está anunciado. Também faremos as reestruturações das empresas públicas, que, por sinal, estão todas a ser auditadas. E dessas auditorias tiraremos as devidas conclusões.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma pergunta, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes** (*BE*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De acordo com o Despacho n.º 1731/2021, de 10 de agosto, foi nomeada uma pessoa para o cargo de delegado do Serviço de ilha da Terceira da Secretaria Regional do Mar e das Pescas. Embora o nome da pessoa seja público no Jornal Oficial, eu vou optar por não o referir aqui.

No mesmo Despacho lê-se, e passo a citar: “Considerando que (...) corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço e que o mesmo reúne as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de delegado do Serviço de ilha da Terceira da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, de acordo com o *curriculum vitae* em anexo.” Fim de citação.

Consultado o currículo, lemos que a sua formação académica é o 11.º ano, no agrupamento de ciência e tecnologias, e a sua experiência profissional é de técnico de turismo.

Seria bom que o Governo Regional nos explicasse, a nós aqui e também a todas as açorianas e açorianos, qual é a relação do currículo com as funções a

desempenhar. Trata-se de alguma formação de turismo aos peixes?

(Risos)

O que nós mesmo queremos saber é qual é a relação do currículo com as funções a desempenhar. E como é que asseguram o correto funcionamento, tendo em conta que o currículo da pessoa não tem nada a ver com aquele que é o cargo que vai desempenhar?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional das Finanças, para responder, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, é possível que este técnico seja um ótimo delegado. Não o conheço, não faço essa apreciação.

Não me diga que é a primeira vez que viu uma pessoa a estar num cargo de natureza política que não corresponda, digamos, à sua formação profissional.

Deputada Alexandra Manes (BE): É a primeira vez que eu sou Deputada, Sr. Secretário.

O Orador: Portanto, significa que foram encontradas características próprias. Trata-se de um cargo que também envolve confiança. E não vejo nenhuma estranheza. É possível que fosse melhor e muito mais agradável se fosse doutorado em pescas, mas não é o caso.

Deputado António Lima (BE): Pelo menos em pescas!

O Orador: A questão que pôs não me suscita uma resposta concreta nenhuma. Ele próprio está sujeito ao escrutínio da competência do exercício do cargo. Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Eu até lhe respondia, mas, pronto...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.
Faça favor, Sr. Deputado.

Sr. Deputado... Rui Espínola? Sr. Deputado Rui Espínola, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós já percebemos que esta sessão de perguntas tem como objeto fundamental, não discutir a orgânica do Governo, mas, pelos vistos, passar uma cortina de fumo, perante os açorianos, para, enfim, escamotear ou esconder dois aspetos essenciais: por um lado, a boa ação governativa realizada pelo Governo Regional ao longo destes meses, aliás, estamos a sair do verão e o turismo nos Açores foi um sucesso, os dados do turismo confirmam o sucesso que foi o turismo nos Açores, tudo isso fruto da Tarifa Açores e do empenho e do trabalho que tem havido por parte do Governo Regional; mas também para passar uma cortina de fumo, já todos percebemos o incómodo cá dentro de alguns Srs. e Sras. Deputadas, sobre a questão dos resultados eleitorais do último domingo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A verdade é que o povo já escolheu e a verdade é que a coligação se confirmou perante os eleitores. E, portanto, fica este dado.

Mas há sempre aqui uma tentativa de dizer aquilo que não é factual. E o que é factual é que na orgânica do Governo Regional há, efetivamente, uma redução de meio milhão de euros em gastos com pessoal!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Isso é que é fundamental.

Deputado Carlos Silva (PS): Mostre-me onde é que está essa redução!

O Orador: E, portanto, a questão que eu colocava ao Sr. Secretário Regional das finanças é se essa redução de meio milhão de euros tem, efetivamente, resultado em ganhos de eficiência para a resolução dos problemas dos açorianos, que é isso que verdadeiramente interessa a quem nos ouve.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Espínola, pois, a redução que se verifica... É uma condição necessária da governação não desperdiçar recursos. Os resultados da governação vão-se medindo pelo cumprimento do Programa do Governo. E é o que está a ser feito. E está a correr bem. E é exatamente essa confiança que nós sentimos, não por autoconvencimento, mas porque o sentimos na população dos Açores, na sociedade, nos inúmeros contactos, que na verdade são a nossa vida. Portanto, isto que estamos a conversar é muito importante. Mas é uma condição necessária. Não é suficiente, a condição principal vai ser medida pelos resultados. É exatamente

pela falta de resultados que nós estamos aqui. Faltam resultados dos outros.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente permita-me esta resposta. A nova Deputada Ana Luís... Eu sou o velho Paulo Estêvão, ...

Deputada Ana Luís (PS): Não é não!

O Orador: ... a Sra. Deputada é a nova. Faça-lhe essa cortesia. Devo dizer que velho só aos seus olhos.

Mas eu devo dizer-lhe o seguinte: a nova Deputada Ana Luís sabe perfeitamente que não pode fazer referências aos outros Deputados. Se tivesse ali sentada, estaria a fazer isso. Eu só lhe estou a responder em legítima defesa. A Sra. Deputada sabe perfeitamente que nesta figura regimental não pode, não deve fazer referências nas suas intervenções aos outros Deputados.

Mas já que o fez, vou ter que lhe responder. O velho Paulo Estêvão apresentou, aqui, juntamente com os outros partidos da coligação, uma proposta que reduziu o tempo de resposta do Regimento de 60 para 30 dias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Essa é que é a verdade. Agora, em relação ao tempo de resposta, não há nenhum termo de comparação. Os senhores, sistematicamente, semana após semana, mês após mês, não respondiam aos requerimentos.

Deputada Andreia Costa (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Isso é fácil de ver na estatística. E eu apresentei dezenas de pedidos para transformar os requerimentos que não foram respondidos em perguntas orais. E o que é que acontecia? Apresentava sete ou oito perguntas orais, e o Governo respondia com menos de 24 horas de antecedência. Foi isso que aconteceu de forma sistemática! Portanto, Sra. Deputada, utilizar esse argumento, devo-lhe dizer que é um tiro no pé... não, vários tiros nos pés.

Deputada Ana Luís (PS): Não foi um argumento, foi uma constatação!

O Orador: A pergunta é esta, Sr. Secretário... A Sra. Deputada Ana Luís o que refere é: bom, ainda não se podem fazer as contas. O Governo está a dizer que há uma redução efetiva, que corresponde àquilo que foi prometido e àquilo que foi anunciado, nas despesas que nós temos com as novas orgânicas. Isto é um facto! E, agora, a Sra. Deputada diz: não, não é possível calcular porque ainda não sabemos a execução... portanto, não é possível calcular.

O que eu lhe pergunto é: sabendo perfeitamente quais são as remunerações, os vencimentos dos respetivos funcionários, é ou não é possível calcular quanto é que custam as novas orgânicas, uma vez que nós sabemos quanto é que vamos pagar, tendo em conta que isso é do conhecimento da Administração Regional?

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Não pode ser de outra forma. E, portanto, não faz sentido este argumento. Os números não correspondem ao que a Sra. Deputada quer? Pois, está a martelar, a martelar: bom, então, se esses são os números, ainda não foram concretizados. Não, estes foram os números planeados e esses serão os números concretizados, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Joaquim Bastos e Silva): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pois, as contas que tenho aqui estado a transmitir são contas que correspondem, não a estimativas, mas ao cálculo efetivo por Secretaria. E, portanto, a redução de 472 895,17 euros corresponde exatamente à aplicação a cada cargo, de acordo com os salários, em que aparece, Secretaria por Secretaria, a poupança efetiva. E eu posso responder para qualquer uma. O valor que está aqui, portanto, é uma matéria objetiva, sujeita a escrutínio.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas dos coordenadores não!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. O Chega já esgotou o seu número de perguntas, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Vamos para a sexta pergunta do Partido Socialista.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito já aqui foi dito, mas é importante realçar que os dados que aqui trazemos são dados que constam das orgânicas publicadas em Jornal Oficial, do Boletim de Execução Orçamental da Secretaria do Sr. Secretário Regional das Finanças. E, portanto, são factos, não são meras opiniões. São factos e traduzem aquela que tem sido a opção deste Governo em privilegiar a nomeação política em detrimento de programas concursais para a contratação de trabalhadores para a Administração Pública, objeto de concurso, de transparência, de divulgação. E isso também é um facto que aqui importa realçar.

E nós estranhámos, uma vez mais, que se fale aqui de uns pseudo 500 mil euros de poupança, quando nós não encontramos expressão nos documentos oficiais.

Já aqui realçamos que ao nível de despesa com o pessoal, consolidada, há um aumento de 13 milhões de euros. E se quisermos ir apenas para a Administração Pública, para o Governo Regional, há um aumento de 400 mil euros e não a poupança que foi aqui elencada e apregoada por alguns Deputados que suportam o Governo. Mas uma vez, aquilo que se diz não corresponde àquilo que está nos documentos oficiais.

E também estranhámos que o Sr. Secretário das Finanças tenha apresentado alguns números, mas tenha omitido deliberadamente, presumo eu, a figura do coordenador. A figura do coordenador é designado através de despacho sem qualquer procedimento concursal. E, portanto, é um cargo de nomeação política. E a esse respeito, Sr. Secretário Regional das Finanças, importa saber quantos coordenadores foram já nomeados por este Governo. E porquê o recurso abusivo a esta figura de nomeação política, nomeados através de despacho sem qualquer processo de contratação pública, em alguns casos, como aqui já se viu, com qualificações que aparentemente não são até adequadas para o cargo, em detrimento de procedimentos concursais transparentes, objeto de análise, objeto de recurso? E, portanto, porquê, Sr. Secretário? Quantos coordenadores é que existem e porque é que não os mencionou na informação que referiu

anteriormente?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, continuo a insistir nos mesmos temas e aceito que V. Exa. também queira meter aqui, por exemplo, os gastos com a Saúde, mas não tem sentido, não é isso que nós estamos aqui a discutir.

Deputado Carlos Silva (PS): Já separei.

O Orador: Não, não separou. Ou que meta as empresas públicas aqui... Então, para isso até tinha que pôr as extintas, ou ponha aqui também as escolas e a abertura do ano escolar e os acertos dos professores. Não, eu responder-lhe-ei com todo o gosto às explicações. E serão disponíveis a todos os Srs. Deputados e com o rigor que falta a V. Exa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Agora, relativamente aos cargos de nomeação, insisto pela terceira vez: ...

Deputado Carlos Silva (PS): E os coordenadores?

O Orador: ... 69 o ano passado, 64 agora.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A pergunta não é essa!

Deputado Carlos Silva (PS): E os coordenadores?

O Orador: Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, o senhor, reiteradamente, falta ao respeito a este Parlamento. Fiz-lhe uma pergunta muito concreta: quantos coordenadores foram já nomeados por este Governo? O Sr. Secretário omite informação, esconde informação aos açorianos para daí obter dividendos políticos. Quem falta aqui à verdade e quem não é rigoroso é o Sr. Secretário das Finanças! E não é apenas hoje, é de forma reiterada! E isso é algo que o devia de preocupar, porque não basta apregoar a humildade e a centralidade do Parlamento, quando depois se faz exatamente o contrário. É um desrespeito diário constante pelos Deputados da oposição e pelas informações que são requeridas. E isso nós não aceitamos hoje, nem aceitaremos no futuro!

E, mais uma vez, o Sr. Secretário omite informação, esconde porque lhe dá jeito. E os números que eu apresentei sobre o aumento da despesa com o pessoal são públicos, é da sua Secretaria. Por isso, o Sr. Secretário devia ter mais cuidado com a informação que publica, pelo menos tenha o cuidado de a ler antes de fazer afirmações que não correspondem à verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é uma descortesia!

O Orador: A informação que eu referi, eu pedi em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para distribuir, através de requerimento, a todas as Sras. e Srs. Deputados. Os números estão no Boletim de Execução Orçamental. Portanto, não tenho nada a esconder. Aparentemente, ao contrário de si, Sr. Secretário.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): O senhor está maldisposto hoje! Compreendo, há dias assim.

O Orador: Não estou. Não estou.

Relativamente aos coordenadores, já que o Sr. Secretário não quis mencionar, pela informação que nós conseguimos consultar das orgânicas, atualmente, existem 67 coordenadores, cargos de nomeação política através de despacho, sem qualquer verificação das qualificações, sem qualquer concurso. Isso corresponde a quê? A um aumento de 41 cargos de nomeação. Há mais 41 coordenadores do que existia no anterior Governo. Isso é um facto e o Sr. Secretário esconde essa informação apenas com o intuito de enganar os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Aproveito para o informar que o documento que o Partido Socialista entregou já foi distribuído aos Srs. Deputados.

Sr. Secretário Regional, quer usar da palavra para a réplica? Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que informarei a Câmara e o Sr. Deputado Carlos Silva relativamente à questão dos coordenadores, que correspondem a um suplemento e a tarefas específicas. Mas eu prestarei a informação completa.

Mantenho, todavia, a questão essencial que nos traz aqui, que não é do direito de organização dos serviços, mas é relativo à despesa. E a despesa não cresceu, por mais que grite o Sr. Deputado Carlos Silva!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Quantos coordenadores?

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais pedidos de intervenção para efetuarem perguntas. Não havendo, podemos avançar para a sétima pergunta do Partido Socialista.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, tem a palavra. Faz favor.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência daquilo que a bancada do Partido Social Democrata disse, fica aqui no ar a interpretação de que ao povo açoriano não interessará minimamente se o Governo efetivamente cumpre ou não a palavra dada, nomeadamente no seu Programa do Governo, nomeadamente nos seus acordos de incidência parlamentar. Está aqui em causa não só a eficiência do Governo, o que nós estamos reiteradamente dizendo aqui é que aumentaram nomeações políticas, contrariamente àquilo que foi a promessa do Governo, sublinho, contrariamente àquilo que foi a promessa do Governo, e é isso que não querem ouvir, é isso ao qual não querem responder. E há aqui uma promessa de despolitizar a Administração Pública, que, efetivamente, não é minimamente cumprida. E não sei como é que conseguem, com tanto malabarismo, irem dizendo o contrário. É fantástico! Isso é fantástico!

Passando à questão, ainda que o Sr. Secretário Regional das Finanças o que tenha feito não é responder às questões. O que tem feito reiteradamente é ir dizendo

aquilo que lhe apetece, não é dizendo aquilo que deve dizer, que é respondendo às questões colocadas. E é isto que não está correto. Portanto, parece-me que os açorianos, uma vez mais, o que querem ouvir é a resposta às questões que são colocadas.

Apesar disto, coloco uma nova questão, ainda no que toca à nomeação urgente de uma Subdiretora Regional da Cultura, com apenas duas competências, esvaziadas de qualquer propósito. Pergunta: que jogada política é afinal esta, senão uma tentativa de driblar os mais atentos, publicando um despacho de nomeação para um novo cargo a 03 de agosto, sem quaisquer referências às competências que lhe eram cometidas e apenas um mês após, a 01 de setembro, ser publicado novo despacho com as duas competências já referidas? aguardo resposta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado Rodolfo Franca, não lhe posso responder. Não está aqui a Sra. Secretária Regional da Cultura. Mas com certeza que será respondido logo que tenha a informação disponível sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, para a réplica, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que se confirma aquilo que eu gastei aqui dois minutinhos a dizer. Reitero, o Sr. Secretário Regional das Finanças não responde. E, pelos vistos, por coincidência, a Sra. Secretária Regional da Cultura também não vai poder responder por não estar cá.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Que eficiência nas perguntas do Governo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não sei se o Governo quer usar o direito de réplica. Vamos continuar. Estão abertas as inscrições para mais perguntas de outros Grupos e Representações Parlamentares.

Não havendo, vamos avançar para a oitava pergunta do Partido Socialista.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta é simples: qual é que é o destino que vai ser dado às Centrais de Serviços? Santa Maria e Graciosa estão sem dirigente há dois meses. O concurso para coordenador da Central de Santa Maria foi cancelado, ao contrário do que aconteceu na Graciosa. Pergunto porquê.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

As Centrais de Serviço vão ser mantidas. O concurso de Santa Maria será de novo

aberto e o da Graciosa já foi concluído. Portanto, trata-se de gestão corrente. Não vejo qual é o interesse da pergunta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta foi simples: porque é que foi cancelado o concurso para Santa Maria. E essa pergunta não obteve resposta. Eu não quero acreditar que a resposta não é dada porque se calhar não ficaram muito contentes com a única pessoa que concorreu a esse concurso e que, por sinal, veio a ser cancelado.

De qualquer das formas, eu reitero a pergunta: porque é que foi cancelado esse concurso de Santa Maria?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para a réplica, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Porque me foi proposto que, do ponto de vista técnico, devia ser encerrado. Tinha qualquer problema de natureza administrativa.

Deputado Carlos Silva (PS): Qualquer problema?

O Orador: Sim. Não sei... Repare que a pergunta é feita aqui. São perguntas orais, não têm preparação. Com certeza que se tivesse preparação lhe responderia em concreto à pergunta. Mas não há razão nenhuma. Será aberto de novo concurso público de Centrais, que são estruturas herdadas e que serão mantidas enquanto

forem úteis, que é o caso neste momento.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições para a realização de mais questões. Não havendo, avançamos para a nona pergunta do Partido Socialista.

Sra. Deputada Ana Luís, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Secretário Regional, pois, continuamos aqui nas nossas questões e no rigor dos números, que é sempre muito importante.

E gostava que ficasse claro, iniciei esta sessão de perguntas com três conclusões que achávamos que este debate iria permitir fazer e continuo convicta daquilo que afirmei no início: este é de facto o maior Governo de sempre, não só ao nível da sua composição direta, mas também ao nível das orgânicas que compõem os departamentos governamentais; este Governo tem como procedimento e tem sido e é facilmente verificável nas orgânicas dos departamentos, a opção reiterada de preferir suprir cargos técnicos por recurso à nomeação política, ao invés de abrir os devidos procedimentos concursais; e a redução de valores anunciada pelo Sr. Sr. Presidente do Governo, no dia 01 de abril, não é efetivamente comprovada pelos valores que se calculam através das orgânicas já publicadas, nem através do requerimento que foi solicitado.

E para dar apenas alguns exemplos, gostaria de dizer o seguinte, conforme definido pelo requerimento entregue ontem à noite: os cargos de chefia extintos nesta orgânica foram 117 lugares. No entanto, por opção do Governo, nomearam-se mais 41 coordenadores do que aqueles que existiam, por exemplo, no anterior Governo. E é contra isto com que nós nos batemos. Definir a diminuição de 500 mil euros por diminuição de chefias, a maior parte delas providas com recurso a concurso público, não nos parece correto, não se coaduna com aquilo que foi

definido pelos partidos que formam a coligação e o partido Chega e o acordo feito entre o PSD e a Iniciativa Liberal, não se coaduna com os vossos programas eleitorais, nem tão pouco com o Programa do Governo.

E isto não sou eu que estou a dizer, foram os senhores que escreveram, que definiram e que ainda hoje aqui nesta sessão de perguntas criticaram em relação ao passado. Quem criticou, hoje não faz igual, faz muito pior!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Porque preferiram extinguir 117 cargos de dirigentes, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... a maior parte deles providos por concurso público, a favor de nomeações políticas.

E, portanto, Sr. Secretário Regional, gostaria que me pudesse reafirmar se os valores anunciados pelo Sr. Presidente do Governo, que ronda cerca de 500 mil euros/ano, que se relacionam com a extinção de chefias (foi o Sr. Presidente do Governo que o disse, não sou eu que estou a dizer), se tem a ver com a extinção desses 117 cargos.

Muito obrigada, Sr. Secretário.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Ana Luís, também, nesta fase já final deste debate, é preciso concluir da parte de V. Exa. que mantém as posições iniciais como nada se tivesse

dito aqui. E eu respeito. É uma posição.

O facto de poder dizer que não houve aumento de despesa, que a despesa está controlada, que a verificação de aumentos de despesa verificava-se era o ano passado, que fechou com 7% de aumento da despesa de pessoal, nada disso é interessante. Apenas uma ideia fixa, um argumentário, uma combinação repetida à exaustão.

Eu não posso, de facto, resolver este problema, que é desmentir o já desmentido pela enésima vez. Na verdade, a poupança que é feita é estrutural, está aqui calculada e dá 473 mil euros por ano de poupança. E quanto a isto... contra factos não há argumentos, mas eu aceito democraticamente as posições diferentes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Penso que atingimos a nossa hora regimental, mas pedia autorização à Câmara para o Partido Socialista utilizar o direito de réplica a esta questão e depois o Governo, se entender, responder. Não há oposição.

Sra. Deputada Ana Luis, tem a palavra para a réplica.

(*) Deputada Ana Luís (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Secretário Regional, naturalmente, retribuo as questões do respeito que nos deve merecer o debate parlamentar nesta Casa, mas, efetivamente, o senhor já utilizou aqui a expressão de teimosia, de quererem fazer valer a vossa posição. O debate político não se trata de uns serem mais teimosos do que outros, trata-se, efetivamente, de defendermos aquilo em que acreditamos e defendermos a nossa posição política, que é aquilo que acho que temos feito ao longo deste debate.

E, efetivamente, Sr. Secretário, não somos nós que estamos a insistir, o problema é que o senhor não responde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: É verdade!

A Oradora: E como não responde, nós temos que insistir até à exaustão, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): Até à exaustão, lá isso é!

A Oradora: ... porque, precisamente, quem anunciou no dia 01 de abril, e volto a dizer e basta consultarem, os colegas Deputados, o portal do Governo, se verificarem, o comunicado do dia 01 de abril é o único que não se afigura como comunicado, é uma notícia, claramente. Todos os outros que estão aqui publicados são efetivamente comunicados, onde se afirma e se diz aquilo que se decidiu e autorizou. Esta é uma notícia.

E, de facto, quem, e vou citar, falou de 500 mil euros de diminuição da despesa foi o Sr. Presidente do Governo, que disse: “Foi nosso objetivo reduzir despesa de funcionamento destas orgânicas de cada um dos departamentos do Governo.”

E avançou com um valor de 500 mil euros referindo-se a um quadro de racionalização e poupança na orgânica, que nós estaríamos completamente de acordo e apoiaríamos se estes 500 mil euros não fossem depois... Em notícias posteriores e aqui já referido pelo Sr. Secretário Regional, esta redução da despesa é exclusivamente alocada à extinção dos cargos dirigentes. E é com isso que nós não podemos concordar.

E mais, também não conseguiram demonstrar como é que fazem a diminuição desta despesa, porque dos 117 cargos extintos, dois não pertenciam à Administração Pública Regional, por isso não regressam ao local de origem, todos os outros regressam ao local de origem. Aliás, estão os valores dos vencimentos mencionados no próprio requerimento. Portanto, essa redução entre aquilo que as pessoas vão receber na origem e aquilo que recebiam na chefia, mais as indemnizações compensatórias, que nem sequer estão calculadas, é que faz os 500

mil euros/ano?

Isso o senhor não conseguiu demonstrar. Mas nós conseguimos comprovar, efetivamente, com base nas orgânicas publicadas, o aumento substancial que este Governo vai custar em mais de quatro milhões de euros no final desta legislatura, a maioria dos casos por recurso a nomeações políticas e ainda sem contar com os valores... Aliás, o senhor quis fazer aquele malabarismo de falar dos cargos coordenadores do ano passado e deste ano, mas este ano falta publicar uma orgânica, que, pelos vistos, foi aprovada no dia 01 de abril...

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: ... e hoje, 28 de setembro, ainda não foi publicada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Ana Luís, eu, entretanto, já tenho até informação sobre os coordenadores. Quando se quer construir um argumento a partir de uma ideia feita, agora era os coordenadores... Eu já tenho o número. O número, de facto, mostra como o argumento também era falacioso: em setembro de 2020, havia 60; agora, há 70! E estes números são oficiais, são os da DROAP. Acabei de recebê-los.

Deputada Andreia Costa (PS): Não é nada falacioso! Só vem confirmar aquilo

que havíamos dito!

O Orador: E estamos a falar, de facto, de um Governo, em que as 1800 pessoas que entraram durante os últimos oito anos custam nove milhões de euros por ano! E isso não interessa para a discussão. Essa é que é, de facto, a grande despesa que está na Administração!

Deputado Carlos Silva (PS): Corta os funcionários e aumenta os nomeados! Isso é que é!

O Orador: E, portanto, aquela hipocrisia política, que eu tive que referir de início e que é sempre muito interessante referir, é: o Governo que esteve 24 anos, mas eu só estou a falar de oito, que desde que há estatísticas entraram 1870 pessoas e que isso custa a preços médios nove milhões de euros por ano, ...

Deputada Ana Luís (PS): Essas pessoas são funcionários públicos!

Deputada Andreia Costa (PS): Estamos a falar de pessoas afetas às orgânicas!

O Orador: ... vem perguntar, com o ar de que se cometeu o maior crime do mundo, porque é que tínhamos mais dez coordenadores, quando em cargos de nomeação foram reduzidos e que em despesa não houve.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais 41!

O Orador: E, portanto, uma discussão vazia, que eu tenho todo o gosto em esclarecer, mas os argumentos não existem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço, mas eu preciso reunir a Conferência de Líderes. Agradecia que se abeirassem aqui da Mesa. O Sr. Subsecretário também.

Muito obrigado.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos e vamos continuar com a sessão de perguntas orais ao Governo, promovida pelo Partido Socialista.

Eram 15 horas e 09 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Marco Costa substituiu o Deputado Paulo Silveira na Mesa)

O Partido Socialista tinha feito a sua nona pergunta. Pergunto se há inscrições para efetuarem alguma pergunta ao Governo Regional, de outro Grupo ou Representação Parlamentar. Não havendo, Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra para a décima pergunta. Faz favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate que iniciamos hoje de manhã permite-nos, desde já, concluir que este é, de facto, um Governo poupado, mas poupado nos esclarecimentos e nas respostas e, de facto, é um mãos-largas nos cargos de nomeação política.

Nós dissemos desde o início que este é o maior Governo de sempre. Dissemos e comprovamos com dados concretos, com números, portanto, públicos. E as premissas com que iniciamos este debate estão claramente comprovadas...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Olhe que não!

O Orador: ... e permite-nos concluir que os sinais que existem até agora são preocupantes, porque este é um Governo que gasta mal, que gasta mais, que aumenta a despesa pública, que aumenta as despesas com o pessoal. E tudo isso são sinais preocupantes.

Espero que o Sr. Secretário esteja mais calmo da parte da tarde e que esteja, de facto, aberto ao diálogo e aos esclarecimentos...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Até parece o Fernando Medina!

(Risos)

O Orador: O Sr. Secretário está muito excitado, agora da parte da tarde. Não há razões para isso. Eu sei que o debate está a terminar. Eu tenho aqui apenas mais uma pergunta para si e, portanto, agradeço a sua preciosa atenção.

Sr. Secretário, para concluir, quantos mais cargos de nomeação política vai o Governo criar até ao final da legislatura? Porque eu acredito que o Sr. Secretário é um homem prevenido e já fez as contas aos cargos que irão ser criados. Portanto, agradecemos o esclarecimento e que nos possa elucidar dos cargos de nomeação política, e não técnica, que vão ser criados até ao final da legislatura.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Certamente menos do que os que o XII Governo Regional criou!

Deputado Carlos Silva (PS): Inscreve-te, Rui! Inscreve-te!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para a resposta.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À pergunta do Sr. Deputado Carlos Silva: neste momento, não estão previstos mais cargos de nomeação política, senão seriam conhecidos. Mas também não está previsto prescindir de nenhum direito...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... que possa existir no âmbito da governação. Por isso, vamos todos ter que aguardar os tempos.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para a réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (*PS*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, este é um debate sobre coerência política também. E no seu caso sobre ausência de coerência. Portanto, não basta prometer, é preciso cumprir, é preciso praticar. E o que aqui ficou demonstrado foi exatamente o contrário, o Governo prometeu no Programa do Governo reduzir os cargos de nomeação política e o que fez foi exatamente o contrário, aumentou. E isso vai implicar, naturalmente, um aumento da despesa pública, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não! Menos meio milhão!

O Orador: ... conforme foi claramente noticiado, claramente divulgado e claramente comprovado pelos documentos que divulgamos nesta Assembleia. E os números são o que são. Interpretações, todos podemos fazê-las, mas estes são factuais.

E o que reiteramos uma vez mais é que esperamos da parte do Governo que haja maior transparência na informação que presta a este Parlamento, que não responda aos requerimentos na véspera de um debate, ...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Os senhores fizeram isso dezenas de vezes!

O Orador: ... que não demore 115 dias para responder a um requerimento e que, de facto, dê as respostas às perguntas que são colocadas e não remeta para esclarecimentos posteriores por escrito, quando tem a informação ao seu dispor e omite de forma deliberada com o objetivo de obter ganhos políticos.

Em jeito de conclusão, para terminar, o debate que aqui tivemos comprovou aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem vindo a dizer, que este é, de facto, o maior Governo de sempre da história dos Açores, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É verdade. Tanto o maior como o melhor!

O Orador: ... que privilegia cargos de nomeação política em detrimento de cargos técnicos que são providos de concurso público e de formas procedimentais transparentes, que foi o que alguns partidos que aqui hoje sustentam o Governo defendiam, como o Chega e a Iniciativa Liberal, que hoje assobiam para o lado como se nada acontecesse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma réplica o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, só também para reiterar que, passadas estas horas, é

como se não se tivesse dito nada. Como se começou, acabou-se.

O maior Governo de sempre tem menos despesa. As despesas estão controladas.

O Governo que aumentou o número de funcionários, em oito anos, em 1830 pessoas, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: ... vem agora dizer que está preocupado com a despesa de pessoal. E isso é o cúmulo da hipocrisia política! E é sobre hipocrisia política que estivemos em grande parte, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Fale por si!

O Orador: ... porque se nos ouvíssemos, não havia hipocrisia. Mas como não há audição... Os números são absolutamente indiferentes. Como se começou, assim se quis acabar. Bom, o debate é um pormenor, é um artifício, afinal, porque não nos ouvimos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu, de facto, não podia ter feito mais intervenções nem mais perguntas ao longo deste debate porque o Regimento não me permite, só posso fazer duas. Portanto, eu não assobio para o lado, Sr. Deputado. Única e simplesmente cumpro aquilo

que tenho que cumprir. E até já fui um bocadinho mais além porque já fiz aqui uns apartes que não devia ter feito, porque, de facto, como não tenho tempo para falar, os apartes vão-me servido para algumas dessas intervenções.

Mas vamos ao que de facto interessa. Não interessa a nomenclatura. Não interessa se são mais coordenadores, menos diretores de serviço, mais diretores de serviço, menos diretores regionais. O que interessa, no fim de contas, é saber, Sr. Secretário, e é essa a pergunta que lhe faço: reduziu ou não reduziu a despesa com os órgãos dirigentes da Administração Pública Regional? E está o Sr. Secretário em condições de garantir a esta Câmara que no Orçamento de 2022 vai reduzir ou não vai reduzir o custo com os dirigentes da Administração Pública Regional?

É isto que interessa aos eleitores que estão lá em casa a ouvir-nos e aos contribuintes que, em 31 de agosto, liquidaram o IRS e que todos os meses veem retidas as verbas dos seus vencimentos em impostos que vão pagar este funcionamento.

O que interessa é saber se reduziu ou não reduziu o custo com os dirigentes na Administração Pública Regional, já que o Sr. Secretário, em resposta aqui a uma pergunta anterior, me deu um imenso desgosto, é que vai manter os vice-reinados de Santa Maria e Graciosa – as Centrais de Serviços. Acho que o Governo podia começar a reduzir por aí, em Centrais de Serviços que foram criadas *ad hominem*, isso sim, foram criadas para pessoas específicas.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Isso é verdade!

O Orador: E isto, Sr. Secretário, tenho muita pena que o Sr. Secretário tenha vindo a essa Câmara dizer que ia manter uma coisa que devia ter sido a primeira que o senhor devia ter acabado!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor,

Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, duas questões. Vou responder-lhe também diretamente às duas. Relativamente à redução ou não de despesa com os cargos dirigentes, sim. Foi o objetivo da explicação principal que estive aqui presente. Ela está contabilizada.

Deputada Andreia Costa (PS): Foram substituídos por quem? Pelos coordenadores.

O Orador: Representa cerca de 470 mil euros por ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que está isso?

O Orador: E, portanto, é real e mantém-se ao longo dos anos desta legislatura. Relativamente à questão que me pôs: por que razão se mantém? Eu tive o cuidado de dizer. No momento presente, foi considerado pelas forças vivas das ilhas onde atuam essas Centrais de Serviços como unidades úteis. Mas as coisas, portanto, não são um juízo definitivo. Eu ouvi-o, registei a sua questão e a sua preocupação. Vou estar atento. Mas não foi uma manutenção por voluntarismo, por vontade própria. Foi indagado junto das comunidades relativas às ilhas onde elas atuam e foi-me expressamente dito: não mexa, são ilhas muito frágeis, são serviços que contribuem para algum comércio. E, por isso, nesta primeira análise, estou em funções há um número de meses e não gosto de ter posições definitivas sobre assuntos que não conheço em pormenor. É uma questão de prudência. Se me dizem que é útil à economia das ilhas, que é útil às comunidades, que é melhor manter do que acabar, a medida de um dirigente prudente é manter e observar. Mas não deixei de ter em conta a sua observação, Sr. Deputado Nuno Barata. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Continuamos imbuídos nesta iniciativa apresentada pelo Partido Socialista, aliás, habilmente apresentada pelo Partido Socialista, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Ó Sr. Deputado, outra vez?

Deputado Miguel Costa (PS): Fale à vontade! Aliás, há Deputados da sua bancada que também podem falar, o Sr. Deputado Bruno Belo, o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Eles que falem!

O Orador: ... para não falarmos de autárquicas, para não falarmos de participação eleitoral do povo dos Açores nas eleições autárquicas, para não falarmos de garotos, para não falarmos de falsários, para não falarmos de incompetência e outros adjetivos que, recentemente, este maior Grupo Parlamentar, liderado pelo Deputado Vasco Cordeiro, não se coibiu de anunciar em variadíssimos fóruns.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Nesta medida, Sr. Secretário Regional das Finanças, já aqui tive oportunidade de dizer que este é um Governo que honra compromissos. E os compromissos que tem honrado com o povo dos Açores estão à vista, sobretudo nesses últimos três meses que passamos. Se bem me recordo, este foi um verão em que não se ouviu falar da SATA, não se ouviu falar de atrasos na SATA, de cancelamento de aviões, de cancelamento de viagens, de avarias de aviões.

Este é um Governo que, nos últimos três meses, aumentou para números maiores do que números de 2019 o turismo nos Açores.

Este foi o Governo que, com a Tarifa Açores a 60 euros, permitiu uma fortíssima mobilidade, como nunca antes vista na nossa Região Autónoma dos Açores, entre açorianos, com o sucesso que está à vista e que os números demonstram.

Este foi o Governo que honrou o compromisso de baixar os impostos, aumentando o diferencial fiscal, como estava estabelecido antes da Troika.

Este foi o Governo que integrou nos quadros da Administração Pública Regional trabalhadores precários.

Este foi o Governo que resolveu, finalmente, há mais de 10 ou 15 anos, o problema da colocação de professores e de integração de professores nos quadros da Administração Pública Escolar.

Este é o Governo que aumentou o Complemento Regional para Idosos.

Este é o Governo que disse presente aos açorianos e que honrou os compromissos que todos nós, à exceção do Partido Socialista, aprovamos aqui com o Programa do Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Este Programa do Governo, que foi aprovado por maioria nesta Assembleia, tem sido, é preciso reconhecer, devidamente executado por este Governo Regional.

E a pergunta que eu faço, Sr. Secretário da Finanças, é se o senhor está em condições de garantir que a eficiência e a honradez na assunção e na execução de compromissos assumidos pelo XIII Governo Regional dos Açores se irão manter,

...

Deputada Ana Luís (PS): O senhor não se esqueça do que está a dizer agora!

O Orador: ... em perfeita articulação com a diminuição da carga orçamental no que diz respeito às orgânicas. É esta a pergunta que lhe faço.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral, a característica principal da organização que estamos a procurar levar a cabo é o das contas certas, dos compromissos seguros, da competência técnica através de equipas que são nomeadas pelos seus méritos e não pelas suas cores partidárias, portanto, para que tudo se passe com uma eficiência e uma lisura maiores do que as anteriores. E é esse o compromisso que eu quero deixar aos açorianos e a este Parlamento, um compromisso muito firme. Portanto, Sr. Deputado, o compromisso é firme, é de cumprir e é de rigor. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Bem, neste debate aconteceram várias coisas. Uma delas, absolutamente inaceitável, foi os ataques que foram dirigidos a pessoas.

Deputada Ana Luís (PS): Não foi neste debate, com certeza!

O Orador: Não foi por parte do Partido Socialista, foi parte do Bloco de

Esquerda. Os ataques que foram dirigidos a pessoas, imagine-se, só porque não têm uma licenciatura.

Deputada Andreia Costa (PS): Não é verdade!

Deputada Ana Luís (PS): A falta de argumentos dá nisso!

O Orador: Eu lembro aqui que vários Deputados que aqui estão nesta Casa não têm licenciaturas e não é por isso que não têm qualidade. E a Região foi dirigida durante muitos anos por um Presidente do Governo que também não tinha uma licenciatura!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E este elitismo caviar é absolutamente inaceitável e ofensivo para muitos açorianos!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não foi dito nada disso!

Deputado António Lima (BE): Já podem interpelar as outras bancadas?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Incomoda! Incomoda!

O Orador: Devo dizer também que ficou aqui provado que há uma redução substancial da despesa.

Deputado Carlos Silva (PS): Não há!

O Orador: E o Partido Socialista vinha com a tese contrária. E confrontado constantemente com os números que o Governo apresentou, o que disse foi: bom, é agora, vamos ver no futuro. É agora e será no futuro! Não foi assim no passado!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Por isso, o que vos quero dizer é que neste debate ficou provado exatamente o contrário do que o Partido Socialista queria provar no âmbito deste debate. Este debate serviu de biombo para um fracasso, o fracasso eleitoral do

Partido Socialista no âmbito das eleições autárquicas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Contente (PS): O senhor devia ter deixado essa frase para se referir ao Corvo!

O Orador: A verdade é que os partidos da coligação e as candidaturas independentes apoiadas pelos partidos da coligação representam, hoje, 67% dos municípios. E isso é muito significativo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, a pergunta sobre orgânicas é...

O Orador: E a pergunta, exatamente, é sobre orgânicas e os resultados que estamos a alcançar. E termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: não foi certamente apenas pela nova definição e pelas novas orgânicas, mas foi também por elas que se alcançou uma redução de despesa e um aumento da eficiência.

E a pergunta é, Sr. Secretário: gostaria que nos testemunhasse aqui os ganhos de eficiência que se conseguiram com esta nova estrutura. Em relação à despesa, estamos conversados, reduziu. Em relação à eficiência, Sr. Secretário, é isso que lhe peço, o seu testemunho aqui neste Plenário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Alexandra Manes, pede a palavra para...

Deputada Alexandra Manes (BE): Uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sra. Deputada. Faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que foi feito aqui e o que foi dito não corresponde à verdade. E gostaria que fosse entregue a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados uma transcrição daquilo que eu disse.

O que eu disse foi, e passo a dizer novamente: tendo em conta aquilo que vinha referido, que era que aquele perfil daquela pessoa, à qual eu omiti o nome, o seu currículo correspondia exatamente ao que era necessário para aquele cargo. Foi essa a associação que eu quis que me explicassem. Qual era a relação entre o currículo e as funções.

Eu já o conheço, Sr. Deputado. Já o conheço e já conheço as suas manobras. Realmente, estar no seu lugar agora não deve ser fácil.

Presidente: Sra. Deputada Alexandra Manes, muito obrigado.

Será feita a entrega do Diário e tudo isso será clarificado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação.

Presidente: Faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Uma interpelação exatamente da mesma natureza da que foi feita pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que já não tinha tempo para participar no debate e, portanto, utilizou esta artimanha para falar quando já não podia. E dizer-lhe o seguinte: eu peço também a V. Exa. que sejam distribuídas também a todas as bancadas as palavras que foram proferidas pelo Bloco de Esquerda, em que existia

um claro desrespeito e um claro desprezo a quem não tinha licenciatura. Foi esse o objetivo e é isso que está escrito!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação. Assim será feito.

Para responder à sua questão, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu penso que a pergunta sobre o aumento da eficiência responde-se exatamente com o andamento deste ano, com o número de concretizações que foi possível realizar, num ano difícil, num ano em que se introduziram novos fundos comunitários, o PRR, necessidade de agendas mobilizadoras, mexer na SATA, fazer a sua reestruturação em Bruxelas, reestruturar as empresas públicas, atacar o problema do leite e dos agricultores, numa imensidão que não me compete sequer estar aqui a enunciar, mas eu penso que o próprio ambiente que se vive nos Açores e a aceitação da coligação são a prova maior da eficiência com que se tem procurado governar. E também sem grande prosápia, sem exagero nos anúncios, acima de tudo vindo a público dizer o que está feito e o que está concretizado. Eu penso que essa é a maior marca da eficiência.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais questões, àqueles que ainda as podem colocar. Parecendo não haver, vamos dar por encerrado este ponto da nossa agenda, o ponto n.º 1, e avançar na agenda.

Decidiu a Conferência de Líderes que os pontos n.ºs 2, 3 e 4 serão debatidos, respetivamente, nas manhãs de quarta, quinta e sexta.

O ponto n.º 5 da nossa agenda, deliberou por unanimidade a Conferência de Líderes retirá-lo da agenda.

E avançamos para o ponto n.º 6: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho”**. Esta é uma iniciativa apresentada, naturalmente, pelo Governo Regional.

Recordo os tempos: o Governo e o Partido Socialista dispõem, para este debate, de 22 minutos; o PSD, de 20 minutos, o CDS-PP, de 14 minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem, cada, de 12 minutos; as Representações Parlamentares, de 10 minutos; e o Sr. Deputado independente dispõe de 5 minutos.

Dou a palavra ao Governo Regional para a apresentação da iniciativa. Sr. Secretário Regional da Saúde, faça favor, para apresentar o diploma.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma sucinta, também porque este assunto já foi debatido em Comissão e clarificada a Assembleia, mas para apresentar a proposta de adaptação à Região do Decreto-Lei n.º 54-A/2021, que é relativo à emissão, controlo e verificação do Certificado Verde Digital.

O diploma nacional, o Decreto-Lei, como referi, n.º 54-A/2021 prevê que se aplique à Região de acordo com as competências cometidas aos Órgãos de

Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores ou alterações que venham a ser introduzidas em diploma regional.

No fundo, estas competências relativas aos Órgãos de Governo Próprio são, sobretudo, relativamente ao controlo e verificação, uma vez que as competências de emissão são competências nacionais relativamente ao Certificado Verde. Apenas no que diz respeito ao controlo e verificação é feita uma adaptação no sentido de que as equipas de saúde é que procedam exatamente a este controlo e verificação, as equipas de saúde nos aeroportos.

Esta matéria, verdadeiramente, está a funcionar sem que tenha havido qualquer tipo de recusa ou de intervenção no sentido de pôr em causa essa aplicação na Região. Têm sido, de facto, as entidades regionais, as equipas de saúde regionais a proceder a este controlo e verificação do Certificado Verde, sendo que o Certificado Verde tem estas três dimensões: ou comprovativo de vacinação, ou comprovativo de testagem, ou comprovativo de recuperação.

De resto, tal e qual acontece com as Resoluções que, regularmente, de uma forma tendencialmente quinzenal, têm sido aprovadas pelo Conselho do Governo e têm permitido este controlo no acesso e na entrada à Região. E este controlo e acesso de entrada à Região depende da realização de um teste à chegada, quando o respetivo passageiro não traga o comprovativo de teste ou o Certificado Verde, nos termos que referi, naquelas três dimensões: testagem, vacinação ou recuperação.

Apenas, no fundo, estamos a tratar de uma regularização de algo que está a ocorrer de uma forma normal e sem qualquer tipo de atropelo ou dúvida sequer por parte de todos os passageiros que entram na Região Autónoma dos Açores, sendo que também deu entrada uma proposta de alteração do Grupo Parlamentar do CDS-PP, em que, para além deste controlo ser feito nos aeroportos, nas empresas de cruzeiros, também seja aplicado às embarcações de recreio náutico.

Da nossa parte, conforme assumimos em sede de Comissão, entendemos que faz

todo o sentido este alargamento a este controle, nos termos em que referimos dos certificados. Por isso, da parte do Governo Regional, nada a opor a esta proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, verificamos uma lacuna na legislação. Não é que não estivesse sendo feito controlo às embarcações de recreio náutico. No entanto, em termos legislativos, havia aqui um vazio na Região que poderia causar algumas divergências de interpretação de um porto de recreio para outro porto de recreio. E consideramos importante deixar bem explícita a regra de que se aplique também à náutica de recreio.

O preâmbulo da iniciativa faz considerações muito importantes relativamente às competências da Região Autónoma dos Açores em relação à saúde, aos transportes, ao turismo, às especificidades sociais e geográficas próprias do arquipélago, nomeadamente a localização geográfica que os Açores têm no Atlântico Norte, que são o único ponto de escala possível para navios ou embarcações de recreio náutico que atravessem o Atlântico Norte entre as duas margens, a margem americana e a margem europeia. E, portanto, torna-se clarividente a necessidade de deixar bem explícito as normas que se apliquem à náutica de recreio, daí termos feito e apresentado esta proposta de alteração, que mais não faz do que esclarecer que as normas constantes do diploma apresentado pelo Governo também se aplicam à náutica de recreio.

E, portanto, consideramos que, a nível nacional, sendo uma omissão (é compreensível que o seja porque a náutica de recreio não tem o peso económico e social no Continente Português que tem na Região Autónoma dos Açores),

portanto, quer-nos parecer a nós, Grupo Parlamentar do CDS, que é oportuno este esclarecimento, daí apresentarmos esta proposta de alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Quental, faz favor.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Bem, depois das explicações do Sr. Secretário e também a colaboração do colega do CDS, resta-me apenas acrescentar que faz todo o sentido o pedido de adaptação à Região, tendo em conta as nossas especificidades de ilhas e uma vez que o controlo não é feito como no Continente, através da PSP e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

A inclusão, nomeadamente, das embarcações de recreio, realmente, torna o diploma mais pormenorizado e com maior rigor à entrada por via marítima.

Assim sendo, estas alterações vão ao encontro das especificidades da nossa Região, tornando assim o controlo da pandemia bastante mais eficiente, pelo que o Grupo Parlamentar do PSD, obviamente, votará favoravelmente.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos passar à votação deste diploma.

Vamos começar por votar este diploma na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII foi aprovada,

na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Votação e debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições. Não havendo...

Os artigos 1.º e 2.º do diploma não são alvo de alterações. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Estão à votação o 1.º e o 2.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 3 ao artigo 3.º, apresentada pelo CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 3.º do diploma com esta alteração que acabamos de efetuar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar os artigos 4.º e 5.º do diploma à votação em conjunto. Não havendo oposição, estão à votação os artigos 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está concluído este ponto da nossa agenda.

Avançamos para o ponto 7: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2022 a 2025”**. É uma iniciativa do Governo Regional.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para a apresentação do diploma.

Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: O quadro plurianual de programação orçamental relativo ao período de 2022 a 2025, tal como previsto no artigo 20.º da Lei de Finanças da Regiões Autónomas, Lei Orgânica n.º 2/2013, de 02 de setembro, deve ser apresentado pelo Governo Regional à Assembleia Legislativa até 31 de maio de 2021.

O Governo Regional ao apresentar a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional vem assim dar cumprimento ao disposto na lei sobre esta matéria e ao mesmo tempo acatar uma recomendação do Tribunal de Contas, que consta dos últimos pareceres à Conta da Região como recomendação não totalmente acatada.

A presente proposta de quadro de programação orçamental pouco difere do quadro constante do Orçamento Regional de 2021, publicado a 31 de maio do

corrente ano, dada a proximidade de data dos documentos, acrescentando apenas, nos termos da lei, mais um ano, o de 2025, e atualizando a receita fiscal ao nível do ISP devido à eliminação gradual da isenção dos combustíveis utilizados na produção de energia elétrica.

A proposta de quadro plurianual de programação orçamental integra todo o perímetro de consolidação da Administração Pública Regional e contempla a totalidade da despesa pública, incluindo, conforme recomendação do Tribunal de Contas, as operações de refinanciamento.

Este quadro plurianual de programação orçamental assenta no quadro geral de fontes de financiamento do Orçamento Regional conhecidos na data em que foi apresentado, isto é, em maio de 2021.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente. Esta proposta de quadro plurianual resulta daquilo que é uma obrigação da legislação.

E é bom lembrar os debates que tivemos aqui no passado sobre esta mesma matéria. Aquilo que o Sr. Secretário Regional das Finanças disse sobre esta matéria, nomeadamente que a mesma segue em linha com aquilo que é a norma do Orçamento, introduz porque a legislação vincula a que seja apresentado, depois da sua interpretação, até ao final de maio, esse quadro plurianual da despesa, o que necessariamente o mesmo é tendencialmente idêntico àquele que resulta do Orçamento aprovado alguns meses antes. Mas é uma obrigação legal, nós usamos sempre esta expressão, acaba por ser um pouco inócuo nessa matéria.

Mas também é bom lembrar que, quando nós tínhamos o argumento e o

enquadramento que o Sr. Secretário das Finanças aqui trouxe, os partidos que agora suportam o Governo criticavam-nos por estarmos a usar exatamente os mesmos argumentos para apresentar o mesmo documento.

Deputada Ana Luís (PS): É verdade!

O Orador: Portanto, é isso que estamos aqui a debater. Obviamente, este quadro plurianual reflete as opções deste Governo. Está em linha com as orientações a médio prazo. Está necessariamente desatualizado, porque, ainda, no final desta semana, será apresentada a Anteproposta do Plano para o próximo ano. Dentro de um mês, será entregue nesta Assembleia um novo quadro plurianual que reflete a realidade atualizada, mas é uma obrigação legal, que, tendo em conta o processo legislativo e o tempo que decorre, normalmente era analisada nesta Assembleia durante o mês de setembro e, portanto, fora do seu tempo útil de análise.

E sobre essa matéria não temos nada a acrescentar. Aquilo que o Sr. Secretário Regional das Finanças disse é aquilo que nós dizíamos no passado. E é bom lembrar que, também, os partidos que agora formam o Governo diziam algo diferente sobre estas matérias, mas depois a realidade dos tempos vem sempre acertar a verdade.

Nesse contexto, nós vamo-nos abster sobre esta matéria, porque, sendo uma obrigação legal e refletindo as orientações a médio prazo, o Partido Socialista, sobre essa matéria, votou nesse devido tempo contra essas opções, mas agora, em coerência, também, sendo o reflexo desse documento neste momento, vamo-nos abster porque decorre do argumentário que evidenciamos quando éramos Governo e apresentávamos esse documento, em coerência absoluta e plena com aquilo que dizíamos no passado, que é aquilo que dizemos no presente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins, do CDS-PP. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP não esqueceu as posições que tinha anteriormente e mantém exatamente a mesma posição que teve ao longo dos anos relativamente ao quadro plurianual de programação orçamental. E sempre defendemos que o mesmo deveria apresentar uma estrutura diferente e que a indicação das verbas no documento deveria ser acompanhada da respetiva fundamentação.

No entanto, atendendo ao contexto em que este documento foi apresentado, que foi pouco depois da aprovação do primeiro Plano e Orçamento e o novo Governo Regional, compreendemos que não tenha havido oportunidade e que pudesse até não ser muito avisado para os serviços propor um novo quadro, ou seja, fazer toda essa remodelação nesse tempo tão curto. E compreendemos que possa não ter havido essa oportunidade de proceder às alterações. Por isso, apenas por isso, votamos a favor.

Não se compreende é, então, agora, a abstenção do Partido Socialista. Nós o que esperamos é que este Governo venha efetivamente a fazer e a introduzir as alterações que nós sempre defendemos. E não se percebe é que o Partido Socialista se vai abster num documento que é apresentado exatamente nos mesmos moldes que sempre o fizeram.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faz favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que disse o Sr. Deputado Sérgio Ávila é parcialmente verdade, parcialmente não é. A questão central levantava-se na discussão dos pareceres sobre a Conta da Região, em que o Tribunal de Contas recomendava sucessivamente ao Governo que apresentasse este documento. E ele não era apresentado. Portanto, durante alguns anos foi uma recomendação não cumprida.

Outra coisa é relativamente à concordância ou não com a sua apresentação. E recordo que tivemos aqui algumas discussões sobre isso e até concordava consigo. De facto, há aqui uma sobreposição de informação que não faz sentido, no tempo que é, apresentar. Mas também dissemos, e aqui o Sr. Deputado Rui Martins já disse, que, sendo obrigatório, ainda que se entendesse que pudesse ser eliminado, mas aí implicava uma alteração da legislação, concordamos, mas, sendo obrigatório, essa informação deveria ser mais detalhada. E essa também foi uma crítica que fizemos. E agora este documento é apresentado nos mesmos termos.

Mas aqui também partilho o que disse o Sr. Deputado Rui Martins, ou seja, mantendo-se e não havendo alteração lei, aquilo que recomendamos ao Governo é que este quadro, no próximo ano, digamos que já com alguma estabilidade de funcionamento do Governo, que não acontecia em maio porque tinha praticamente iniciado as suas funções, que, a manter-se na lei, pois, no próximo essa informação seja mais detalhada, para que, de facto, a Assembleia possa analisar os números com o detalhe necessário e não apenas com um número global, que, de facto, tem pouca informação.

Mas, de qualquer maneira, há aqui alguma concordância. Há discordância relativamente ao passado e àquilo que gerou parte das discussões, que era uma recomendação não acatada e que constava do parecer da Conta do Tribunal de Contas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de quadro plurianual de programação orçamental, como já foi aqui referido, é o cumprimento de uma obrigação legal, mas que, de facto, tem pouco sentido, principalmente tendo em conta que daqui a dois meses estaremos a debater e a votar um Plano e Orçamento que terá, necessariamente, uma atualização desta programação orçamental.

Esta proposta que aqui nos traz o Governo deixa-nos muitas dúvidas. Não iremos, obviamente, votar a favor, não são as nossas opções, para além da forma vaga como é apresentado, mas é assim que decorre da lei. Não são as nossas opções, como é óbvio, mas deixa-nos aqui algumas preocupações, principalmente tendo em conta a fase que se aproxima de existência de vastos fundos europeus, que exigirão da parte do Governo Regional, e não só, um sério investimento público, que é exatamente para isso que aquele dinheiro serve.

Há aqui uma redução significativa do orçamento relativamente a 2021, aliás, como foi também referido e está referido no relatório da Comissão. E essa redução deixa-nos alguma perplexidade nesta fase, porque é uma redução muito significativa e tendo em conta a vastidão de fundos europeus que estarão à disposição da Região, nomeadamente o próximo quadro comunitário de apoios e o Plano de Recuperação e Resiliência.

Ainda mais perplexidade nos traz esta situação quando nós abrimos os jornais e

lemos declarações anónimas de Membros do Governo, preocupados com um possível corte transversal em todas as verbas do Orçamento da Região do próximo ano, que está à beira de chegar. Bem, o Governo não as desmentiu até agora. Tem aqui oportunidade de fazê-lo, mas parece-me que algum dos senhores que estão aqui, e senhoras, terá aquela opinião, a não ser que todos desmintam. Mas alguém tem aquela opinião. Ora, o Governo tem oportunidade, de viva-voz, de esclarecer ao Parlamento se vai existir ou não um corte de 20%, transversal a todas as Secretarias Regionais, na despesa, o que representará uma redução brutal do investimento ou então da despesa corrente. E isso terá um impacto muito significativo. E perguntamos como é que a Saúde vai funcionar com menos 20%, ou a Educação vai funcionar com menos 20%. Vamos andar para trás quantos anos? 5, 10, 15 anos? É isto que o Governo deve explicar, porque estas matérias não devem ser tratadas nos jornais sob anonimato, devem ser tratadas de viva-voz no Parlamento, a não ser que isto se trate apenas de recados entre Membros do Governo e não seja para ser tratado aqui.

Eu gostaria de perceber o que é que está em causa. E os açorianos, ainda mais, gostariam de perceber o que é que está em causa. Que Orçamento é que vamos ter? Vamos ter a resposta daqui a alguns dias, já sei, mas estamos a discutir programação orçamental e é uma boa oportunidade, tão boa quanto outra, para discutir o assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra, faz favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, vamos entregar ao Conselho Económico e Social e aos Conselhos de Ilha, no prazo legal, que termina no fim desta semana, o novo Plano e Orçamento. E, de facto, ele difere bastante do que estamos a apresentar aqui como quadro plurianual de programação orçamental. E a razão é essa que eu já dei na Comissão, mas acho que devo dar aqui em Plenário. A razão disso tem a ver, de facto, com o conhecimento posterior de elementos relativos às necessidades de investimento, à evolução da própria negociação do processo da SATA e também às fontes de financiamento que têm que ser definidas, portanto, no próximo ano, ainda de forma negociada, se quisermos, com o próprio Orçamento de Estado, porque ainda é um ano em que não se aplica o Plano de Estabilidade e Crescimento, que só volta a entrar em vigor em 2023.

E, portanto, com estes condicionamentos, que serão depois trazidos à discussão aqui no momento certo e não hoje, faz com que haja uma desadequação entre o que estamos aqui a apresentar. Agora, o que é verdade é que o que estamos aqui a apresentar não pode também ser estranheza para ninguém, muito menos para o Sr. Deputado António Lima, porque está absolutamente alinhado com as obrigações de médio prazo 21/24, que foram aqui aprovadas nos poucos dias antes de ser elaborado este. Estranho seria que nós tivéssemos aprovado as obrigações de médio prazo em abril e trouxéssemos em maio, sem novas informações, sem qualquer base certa, outros elementos.

Portanto, a breve trecho, estaremos aqui, com certeza, a discutir, na sessão de novembro, o novo Plano e Orçamento, com certeza com todo o entusiasmo que o novo ciclo de fundos comunitários nos obriga a todos. Entusiasmo, competência e determinação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Muito rapidamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Para fazer referência ao que disse o Sr. Deputado Rui Martins. A nossa abstenção é muito clara e objetiva. Nós não concordamos com o documento no seu conteúdo porque o mesmo reflete as orientações a médio prazo, em que não concordamos e votamos contra. Aceitamos porque vem linha exatamente do que era feito, na sua forma e no seu timing. É essa a razão da nossa abstenção, de forma clara e objetiva.

Em relação ao Sr. Deputado António Vasco, também dizer-lhe que o anterior Governo cumpriu, a partir do momento em que foi alertado, com a recomendação do Tribunal de Contas, apresentando, aqui, também, em maio, o quadro plurianual. Não o fez no ano de 2020, obviamente, pelas razões que todos nós sabemos, que o dissemos e assumimos integralmente, porque, a 31 de maio de 2020, com a situação da Covid e tendo em conta a falta de conhecimento do enquadramento financeiro de apoio de fundos comunitários, era impossível, a 31 de maio de 2020, alguém fazer um planeamento minimamente rigoroso e realista para os próximos quatro anos com os dados que havia a 31 de maio de 2020. E trazer à Assembleia um documento que não tinha qualquer base, qualquer sustentabilidade porque assentava em falta de informação, que à data não havia, não fazia qualquer sentido. E isso foi, na altura, devidamente justificado. E reafirmamos essa opção que foi, na altura, face à circunstância, a mais correta, mas isso referia-se apenas a 2020, porque no ano anterior nós cumprimos devidamente essa recomendação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste diploma. Vamos começar por votá-lo na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII foi aprovada, na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 2 contra do BE; e 24 abstenções do PS.

Presidente: Muito obrigado.

Votação e debate na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade. Não havendo, pergunto à Câmara se posso colocar os quatro artigos do diploma em conjunto à votação. Não havendo oposição, vamos votar então os quatro artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 2 contra do BE; e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Muito obrigado.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII foi aprovada, em votação final global, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 2 contra do BE; e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está, assim, encerrado o ponto 7 da nossa agenda. Avançamos para o ponto 8:

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – “Determina a extinção da Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A. e regula o processo de integração dos trabalhadores na Administração Pública Regional”. É uma iniciativa apresentada, naturalmente, pelo Governo Regional.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em 2010, o Governo Regional dos Açores, através da empresa pública regional Ilhas de Valor, adquiriu 51% do capital social da empresa Sinaga pelo valor de 800 mil euros.

Este negócio, de contornos que não foram totalmente esclarecidos, veio a revelar-se ruinoso para o erário público regional, tendo levado o Tribunal de Contas a recomendar ao então XII Governo Regional, passados oito anos, que ponderasse, em primeiro lugar, se existem condições para a subsistência da empresa no mercado (páginas 9 e 78 do relatório n.º 2/2018 da auditoria do Tribunal de Contas).

Nesse mesmo documento, o Tribunal de Contas concluiu (páginas 77 e 78): “Os objetivos, fixados pelo Governo Regional dos Açores, como fundamento para a intervenção pública na Sinaga, não foram alcançados, na medida em que não foi implementado qualquer plano de viabilização da empresa, os investimentos previstos no estudo de avaliação não foram concretizados e a cultura de beterraba tende mesmo a extinguir-se, face à recente decisão do Governo Regional de então de suspender a produção de açúcar a partir desta matéria-prima.

Entre 2010 e 2016, observou-se um substancial agravamento da situação económica e financeira da Sinaga, que se traduziu numa persistente incapacidade para gerar recursos através das suas atividades operacionais e na consequente intensificação do recurso ao endividamento para suprir as crescentes necessidades de financiamento, não obstante, neste período, a Região Autónoma dos Açores ter apoiado financeiramente a empresa, quer através de injeções de capital, na ordem dos 4,8 milhões de euros, quer através da atribuição de subsídios à exploração, totalizando 2,2 milhões de euros.”

E continuo a citar: “No período em apreciação, o Governo Regional não emitiu orientações estratégicas dirigidas à Sinaga, nem celebrou contratos de gestão com os gestores públicos, tendo a atuação do conselho de administração sido essencialmente direcionada para a gestão corrente da empresa, num contexto de ausência de liquidez e de recorrente necessidade do recurso ao endividamento bancário.”

Continua o Tribunal de Contas dizendo: “Em 31 de dezembro de 2016, as responsabilidades assumidas pela Região Autónoma dos Açores, por via da concessão de garantias pessoais no âmbito de operações de crédito contratualizadas pela Sinaga, ascendia a cerca de 20 milhões de euros, o que consubstancia riscos para as finanças públicas regionais, dado o grave desequilíbrio económico e financeiro da empresa.”

E para concluir: “Face à gravidade da situação económica e financeira da Sinaga,

ao contexto do setor em que opera e ao facto de não terem sido alcançados os objetivos subjacentes à intervenção pública, recomenda-se ao Governo Regional que pondere, em primeiro lugar, se existem condições para a subsistência da empresa no mercado.” Fim de citação.

Sem prejuízo da situação financeira desastrosa da empresa, com um passivo de 28 milhões de euros em 2018, o Presidente do Conselho de Administração da Sinaga, na altura, Paulo Neves, afirmou, em setembro daquele ano, aos jornalistas, após ter sido ouvido na reunião da Comissão Eventual de Inquérito ao Setor Público Empresarial Regional, que “a Sinaga não é um caso perdido, tem soluções, tem um projeto que está em curso, passa pelo fim da produção de beterraba nessa fábrica, que é obsoleta”, adiantando que a empresa está “a trabalhar seriamente na venda do património para reduzir os custos, para reduzir o endividamento e que a administração está convencida de que será suficiente para resolver o problema do passivo e para permitir à Sinaga enfrentar novos desafios”.

Aqui chegados, não restam dúvidas de que os desafios da empresa não foram superados e que a decisão sobre a extinção da Sinaga, 53 anos após a sua constituição, em 1968, é, além de acertada, a que melhor defende os contribuintes açorianos e a própria economia, em linha com uma nova estratégia política para o Setor Público Empresarial Regional deste XIII Governo Regional dos Açores.

Para tal decisão contribuiu de forma significativa o afastamento gradual do seu objeto social de exploração das indústrias agrícolas ao longo dos últimos anos. Longe vão os tempos da produção açucareira ligada ao setor agrícola e à produção de beterraba. Desde 2017 que a atividade da Sinaga se encontra limitada à comercialização de açúcar branco e álcool, ambos importados e embalados nas suas instalações.

Acresce que, à data de 31 de dezembro de 2019, a Sinaga encontrava-se numa situação de perda de metade do capital social, fundamentando a sua dissolução

nos termos legais. Vindo a este propósito, na certificação legal das contas levada a cabo pelo ROC da Sinaga e que faz parte integrante dos Relatórios e Contas de 2020 (página 2), incerteza material relacionada com a continuidade. E por aí fora, vem o ROC dizendo que, de facto, esta perdido mais de metade do capital.

À data de hoje, o passivo bancário ascende a 19 360 000 euros, estando em curso processos fiscais que poderão atingir 3 707 000 euros e cobrança de dívidas à Segurança Social na ordem de 1 703 000 euros, o que ilustra bem a situação financeira desastrosa, insustentável, da Sinaga. As dívidas a fornecedores totalizam cerca de 810 mil euros.

A somar a tudo isto, a Região transferiu para a Sinaga, entre 2015 e 2020, cerca de 8,9 milhões de euros. Se considerarmos o valor de aquisição da empresa pelo Governo Regional, 800 mil euros, estamos a falar de mais de 35 milhões de euros pagos e a pagar pelos contribuintes da Região.

Em relação a ónus ou encargos, estão constituídas hipotecas e penhoras sobre os imóveis propriedade da Sinaga no valor total de 6 333 000 euros.

Em relação aos trabalhadores da Sinaga, a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional prevê que os trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado e a termo sejam integrados nos diversos serviços da Administração Pública Regional após aprovação em concursos, através do quais serão sujeitos a um processo simplificado de seleção restrito. Findo este processo, serão celebrados contratos de trabalho em regime de direito público por tempo indeterminado com os trabalhadores, à semelhança do que ocorreu nos anteriores processos de extinção das empresas SPRHI, Saudaço e SDEA.

Dos 51 trabalhadores da Sinaga, encontram-se cedidos 21 trabalhadores a vários serviços públicos nos últimos dois anos. Dos restantes 30, considerando a diminuição da atividade comercial da empresa nos últimos meses, uma parte começou a ser cedida a 01 de agosto e a restante será cedida a partir de 01 de outubro.

Em alternativa à integração na Administração Pública Regional, os trabalhadores foram informados de que são livres de optar, de forma esclarecida, pelo direito à indemnização por extinção do seu posto de trabalho, nos termos do Código do Trabalho. Caso optem pela cedência de interesse público e celebrem contrato a termo incerto, os trabalhadores passarão a ter a categoria e carreira existente na Administração Pública que lhes foi reconhecida para efeitos de integração após o procedimento concursal, passando a ser remunerados de acordo com o estatuto remuneratório das mesmas.

Analisadas as propostas de integração, verifica-se que 32 trabalhadores têm um aumento de vencimento face ao vencimento de origem na empresa. E nos restantes 19 verifica-se uma diminuição no vencimento. Estas situações justificam-se porque algumas profissões tipicamente industriais não têm essa diferenciação salarial positiva, sendo integrados na carreira indiferenciada de assistente operacional. E alguns trabalhadores tinham remunerações associadas a determinadas categorias que têm um carácter administrativo, não podendo ser integrados como técnicos superiores.

O acervo histórico Sinaga com potencial museológico já foi transferido para a Região e está sob gestão da Direção Regional da Cultura, garantindo-se deste modo a preservação da sua história. Após conclusão do processo legislativo de publicação do diploma de extinção da Sinaga, caso seja aprovado, será avaliada a oportunidade de venda dos imóveis, marca, equipamentos industriais e participação societária na fábrica de cerveja Melo Abreu.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional das Finanças.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

De uma forma rápida, simples: que a Sinaga seja um exemplo daquilo que nunca se deve fazer, que é empurrar com a barriga os problemas para a frente. E daqui a uns tempos não estejamos aqui a discutir a SATA Internacional no mesmo grau de escândalo que é o endividamento que nós estamos aqui a assistir. Que os açorianos não tenham que pagar pelos erros dos políticos e pelos erros dos gestores, que pouco gerem a não ser prejuízos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

O assunto Sinaga já foi amplamente discutido neste Parlamento, desde o processo de aquisição, que também foi alvo de um processo de auditoria do Tribunal de Contas, passando pelas Comissões de Inquérito. Portanto, é um assunto recorrente, amplamente discutido e que merece toda a nossa atenção.

E importa, desde já, clarificar também algumas das afirmações que foram feitas pelo Sr. Secretário, aqui, hoje e também em Comissão, porque, no nosso entender, não correspondem na totalidade à verdade dos factos.

Em primeiro lugar, a intervenção do Governo na Sinaga, em 2010, foi alvo de um processo de auditoria do Tribunal de Contas e objeto de um relatório, que concluiu que “o preço de 800 mil euros pago pela aquisição da parte representativa de 51% do capital social da Sinaga conteve-se no intervalo de valores das avaliações efetuadas para o efeito”. Citei o que está no relatório do Tribunal de Contas. Portanto, daqui não percebo a afirmação do Sr. Secretário quando diz: contornos que não foram devidamente esclarecidos.

O Tribunal de Contas analisou por mais do que uma vez e concluiu, recentemente,

através de um despacho, que o processo estava encerrado. E creio que o assunto já está devidamente esclarecido.

Relativamente aos números que foram aqui apresentados, reparei que o Sr. Secretário voltou a falar de valores de 2018, 2019 e não teve o cuidado de apresentar os dados mais recentes, uma vez que já foi objeto de publicação as contas do primeiro trimestre das empresas públicas. E no final do primeiro trimestre, a empresa Sinaga apresentava um capital próprio positivo de 985 mil euros, o que significa que o valor dos ativos registados nas contas da empresa superava o passivo e as responsabilidades em 985 mil euros. Isso também é factual.

Relativamente aos prejuízos que o Sr. Secretário anuncia de 35 milhões de euros, confesso que não consigo verificar este valor, porque nas contas que existem este valor não aparece, nem no relatório e contas. E, portanto, não consigo compreender. O Governo, de facto, como acionista, entrou no capital. O valor do capital social é de 5,6 milhões de euros e não como disse aqui o Sr. Secretário ou tentou passar a imagem de que colocou cerca de 8,9 milhões de euros. Não é assim, Sr. Secretário. Não é possível confundir incentivos à exploração com capital social, porque qualquer empresa que opera no mercado, da área agrícola ou da atividade de serviços ou comercial, tem acesso aos incentivos à exploração, tal como a Sinaga teve. E o facto de ser uma empresa detida por capitais públicos não invalida esse facto. E, portanto, no nosso entender, não se deve misturar as duas coisas porque são matérias diferentes.

Por fim, compreendendo que, de facto, hoje, a Sinaga tem uma atividade que não é a mesma que tinha em 2010 e que os pressupostos que levaram à aquisição do capital social naquela altura eram essencialmente garantir a preservação da marca Sinaga e, sobretudo, dos postos de trabalho, que, hoje, pela atividade que desenvolvia, não se justifica que ela se mantenha na esfera pública. E creio que até aqui todos nós estamos de acordo.

O que nós não concordamos é com a opção estratégica que o Governo assume. O Governo opta pela extinção da empresa em detrimento da alienação do capital social. No nosso entender, se o Governo optasse por vender a empresa e não a desmantelar e vender às peças, a alienação teria mais vantagens, desde logo seria um processo muito mais rápido. Seria um processo mais rápido, poderia garantir a manutenção da empresa e a manutenção da marca Sinaga. E não como vai acontecer, que é: extinguir a empresa e proceder à venda dos ativos por peças, o que pode até desvalorizar a empresa.

Igualmente relevante é o facto, e foi confirmado pelo Sr. Secretário em Comissão, de que, aparentemente, existem interessados nos ativos da empresa, o que significa que ela tem algum valor. Se existem interessados, por que motivo o Governo não procedeu à alienação do capital social, que era, conforme referimos, um processo mais rápido, um processo totalmente transparente? Ao invés, opta pela extinção, o que depois poderá levar a um processo mais lento, mais caro para a Região, mais oneroso e que poderá levar também a uma desvalorização dos ativos, uma vez que poderão ser vendidos à peça e não como um todo dentro da empresa.

E, portanto, eu agradecia os seus esclarecimentos, de forma a termos uma posição sobre a nossa votação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, não fiz a pergunta de manhã, faço a pergunta agora. Isto é mesmo uma dúvida que nós temos relativamente à convenção coletiva de trabalho. É mesmo uma dúvida. E de uma forma transparente gostava de ter uma resposta, para nós termos a certeza de que os trabalhadores, como um

todo, têm a maior justiça.

Apesar da convenção coletiva de trabalho que temos com a Sinaga relativamente a uma pré-reforma, para quem tem esse direito, se também está intitulado dentro deste Decreto, e eu tenho essa dúvida, se há a possibilidade para os trabalhadores entrarem numa pré-reforma, mesmo que não tenham a idade para a reforma neste momento, visto a sua extensão. Esta é uma dúvida. Não é uma pergunta retórica. É mesmo uma pergunta da qual eu não tenho resposta e gostaria dessa resposta, porque isso vai dar ou não o sentido de voto do PAN.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faz favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bom, falar da Sinaga e desde o seu início, que é o processo de compra, remete-nos para a Resolução do Conselho do Governo de 2010, que, entre oito considerandos, tem um que é taxativo e diz o seguinte: “Considerando que o conselho de administração e acionista maioritário deixaram de ter condições para garantir a continuidade da atividade industrial da Sinaga.” Isso significa o quê? Que o Governo compra (e estou no âmbito do processo de compra) uma quota de 51%, reconhecendo na sua Resolução que esse acionista não tem condições para manter a empresa em atividade. Numa situação dessas, naturalmente que esta empresa está desvalorizada, que essa parte do capital está desvalorizada.

Mas o que é que faz o Governo? O Governo decide comprar, ainda assim, por 800 mil euros. Há uma avaliação com três valores diferentes em função de três cenários diferentes. E o Governo compra esse capital, faz o contrato através da Ilhas de Valor por 800 mil euros. Só que quando o contrato é enviado para visto do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas recusa o visto. E recusa o visto, porquê? Recusa o visto porque nessa minuta de contrato são acrescentadas

cláusulas que beneficiam o vendedor. E que cláusulas são essas? São a devolução de 800 mil euros de suprimentos, a libertação de garantias pessoais no valor de 500 mil euros e a devolução de garantias reais sobre imóveis de empresas do vendedor também de cerca de 500 mil euros. Ou seja, quando é feita, e há uma Resolução do Conselho do Governo que avalia, está dentro dos parâmetros da avaliação do Governo sob a qual baseou a compra, avaliou em 800 mil euros, mas na prática aquilo que seriam os benefícios para o vendedor são 1 800 000 euros a mais. Por isso, o Tribunal recusou o visto.

Bom, o que é que acontece de seguida? O Tribunal recusa o visto (e nós temos isso porque obtivemos essa informação no âmbito da Comissão de Inquérito ao SPER), e o Governo envia um novo contrato em que excluiu todos esses benefícios adicionais. E é nesse âmbito que o contrato é visado na versão que excluiu esses benefícios adicionais. Mas, depois, na prática (e nós tivemos informação através da Comissão de Inquérito), esses benefícios adicionais que levaram à recusa do visto, depois, na prática, a Sinaga cumpriu esses benefícios adicionais que não estavam na Resolução do Conselho do Governo e que o Tribunal de Contas tinha recusado. Ou seja, aquilo que era um preço, que supostamente estava dentro dos três cenários definidos no processo de aquisição, foi ultrapassado, violando aquilo que tinha sido uma decisão da Resolução através do Conselho do Governo e também violando aquilo que foi a recusa do visto. Ou seja, o Tribunal de Contas recusou o contrato, o Governo alterou o contrato, ou a Ilhas de valor, mas, depois, na prática, fez exatamente aquilo que estava no contrato que tinha sido recusado. Ou seja, na prática, a Sinaga foi adquirida negociando com um vendedor que estava fragilizado, que é a própria Resolução do Conselho do Governo que diz que ele está fragilizado porque não tem condições de manter a sua indústria em funcionamento, e o Governo paga quase 3 milhões de euros por 51% do capital.

E, portanto, esse processo de compra, ao contrário do que diz o Sr. Deputado

Carlos Silva, erradamente, nunca foi auditado pelo Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas tem uma auditoria de 2018, cujo objeto dessa auditoria não é o processo de compra. Aliás, nessa auditoria, o que diz o Tribunal de Contas é que os 800 mil euros estão dentro do intervalo que estava definido no processo inicial, mas, na prática, não estava. Mesmo que não tivessem existido os pagamentos adicionais, os benefícios adicionais, não estava, porque houve um erro da parte do comprador, porque havia processos judiciais da área fiscal que estavam a decorrer, gerados em 2004 e 2005, e que obrigaram a Sinaga a pagar, em 2019, 1 800 000 de valores fiscais do anterior acionista.

Ou seja, tudo aquilo que se passou nesse processo de compra é perfeitamente inaceitável. Eu diria que é uma vergonha. O termo é este. Compra-se capital social a alguém que se reconhece que não tem condições de manter a sua atividade e paga-se mais do que aquilo que a própria Resolução do Conselho do Governo tinha definido. E aí o mérito da Comissão de Inquérito, que permitiu a obtenção de todos estes documentos. Tudo aquilo que estou dizendo está documentado nos vários processos.

Mas chegando a 2018 e à auditoria do Tribunal de Contas, é bom que se diga o seguinte: aquilo que é a fatura para o Governo Regional, aquilo que é a fatura dos contribuintes, é tudo aquilo que foi pago ao acionista, é tudo aquilo que foram verbas injetadas na Sinaga e é tudo aquilo que terá que ser pago em termos de empréstimos que estão avalizados pela Região, tudo aquilo que são os passivos da Sinaga vão ser da responsabilidade dos contribuintes.

O que é que há a deduzir? Há a deduzir aquilo que são os ativos da Sinaga. Mas os ativos da Sinaga, o seu valor de mercado, com ou sem atividade, são valores que estão muito longe daquilo que são as responsabilidades do Governo. Aquilo que é o ativo contabilizado de 21 milhões de euros, todos nós sabemos que não é verdade.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o senhor sabe disso?

O Orador: Os imóveis da Sinaga não valem aquilo. Aliás, o Sr. Deputado que fala tanto no processo de compra, se visse aquilo que foi a avaliação que deu origem à Resolução do Conselho do Governo, essa avaliação dos imóveis sem atividade, partido do pressuposto que a empresa fechava a sua atividade, está avaliado em 13 milhões de euros em 2010. E que agora valem necessariamente menos, até porque há condições do próprio espaço, as limitações de construção. E, portanto, o que nós tivemos aqui foi um processo de compra irresponsável, que foi mal negociado, violou-se aquilo que foi a decisão do Tribunal de Contas, arranjou-se uma canada escondida para pagar ao vendedor aquilo que o Tribunal tinha recusado, que não estava na Resolução do Conselho do Governo.

E quando o Sr. Deputado Carlos Silva diz que isso já foi discutido aqui na Assembleia, foi discutido, nós apresentamos aquilo que são os dados. O Sr. Deputado e mais alguém apresenta outros que não são verdade. O Tribunal de Contas não fez auditoria ao processo de compra. É verdade que o Tribunal faz trabalhos muito meritórios, competentes. Nessa matéria falhou. E falhou, porquê? Porque, no âmbito da Comissão de Inquérito ao SPER, foi denunciado que tinha sido violada a Resolução do Tribunal de Contas que inviabilizou o visto e que, na prática, a empresa cumpriu aquilo que tinha sido recusado. E o Tribunal não fez nada e devia ter feito. E, portanto, da mesma maneira que elogiamos o Tribunal de Contas, nem tudo corre bem. E esse processo, do ponto de vista do Tribunal de Contas, correu mal, porque foi violada uma decisão do Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas não investigou.

Aquilo que é a discussão contabilística, os ativos, o capital... Não é, Sr. Deputado. Infelizmente, são os contribuintes que vão ter que pagar a fatura da Sinaga, de um erro que marca a anterior governação socialista, que poderia ter sido evitado, porque, de facto, não havia condições. Se não havia condições para a produção de beterraba e se o acionista na altura não tinha condições para manter a empresa, o que é que o Governo teria de mais-valia que conseguisse ultrapassar as limitações

do acionista, até porque havia mais um acionista, que era a Sociedade Açucareira Nacional? Portanto, o Governo não tinha qualquer know-how, não tinha qualquer experiência, qualquer mais-valia que permitisse inverter a situação. Foi uma opção errada e que vão pagar os açorianos. Já pagaram uma parte e vão continuar a pagar.

E é grave que no processo de avaliação inicial não houvesse uma verificação dos processos judiciais em curso, dos quais geraram um encargo para a Sinaga de 1 800 000 euros em custos fixos, que já foram pagos. E, portanto, também deveriam ter tido em conta aquilo que foi a avaliação da empresa. E o Governo fechou os olhos a isso ou não se interessou ou não sabia. A verdade é que falhou também em quase dois milhões de euros no processo de compra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pela Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este é um processo... eu não vou recuar a 2010, não vá ainda o Sr. Deputado José Contente recuar a 1995 ou 94 ou 93 ou uma coisa assim parecida. Mas lembrar que, mesmo em 2010, qualquer pessoa que estivesse atenta e que se lembrasse (eu tenho aqui um disco rígido, uma chatice, uma coisa que me incomoda às vezes) das manobras do anterior acionista da Sinaga já nas negociações com a Caixa Económica Açoreana, percebia que aquilo não era gente para a gente se sentar à mesa, muito menos meter o Orçamento da Região no barulho. Mas até aí ainda admito que em 2010 os pressupostos fossem outros. Em 2010, eu estava

preocupado era em pôr pão na mesa dos meus filhos e não estava nada fácil. Mas a Região continuava a esbanjar dinheiro a comprar, a quem não precisava de vender, uma empresa que não tinha pés para andar.

Passados estes anos todos, estamos nós todos e os mais pobres dos açorianos, que são aqueles que estão ali logo no primeiro escalão do IRS, que são estes que pagam mais, a pagar também os prejuízos da compra da Sinaga ao então acionista, que Deus o tenha num bom lugarinho, se não estiver ainda no Purgatório.

E, portanto, sobre esta questão da Sinaga e o passado, é isso que me apraz dizer. Sobre o futuro, gostava, também, e aí concordo com o Sr. Deputado Carlos Silva, que o Sr. Secretário nos explicasse por que razão não é alienado o património da Sinaga enquanto capital social, porque, de facto, dismantelar a empresa e depois vender só o património, património sobreavaliado (o Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem razão), até porque os terrenos da Sinaga, apesar de serem muito centrais na cidade de Ponta Delgada, têm constrangimentos à sua construção, que, também, qualquer um atento percebe rapidamente, estão instalados em cima do Algar do Carvão, o que quer dizer que em termos geológicos é difícil fazer ali construção em altura, e estão na área de aproximação do Aeroporto da Nordela – Aeroporto João Paulo II, o que também constrange bastante a construção naquela área.

Portanto, a algumas áreas políticas que entendem que se vai fazer especulação imobiliária com os terrenos da Sinaga, podem tirar o cavalinho da chuva, porque o que se vai passar ali é mais um prejuízo para a Região Autónoma dos Açores porque os terrenos não têm apetência para esse tipo de especulação. Antes tivessem, que era uma forma de a Região recuperar algum do capital que até então foi esbanjado.

Mas interessava perceber também, Sr. Secretário, além das razões que levaram o Governo Regional dos Açores a não alienar o capital social, mas sim a dismantelar a empresa e a alienar o património, qual é o reflexo que a quota que

a Região fica a deter na Melo Abreu terá num futuro próximo também nas contas da Região, porque, ao que sabemos, e corrija-me se estiver errado, Sr. Secretário, a Região fica a deter, ou então vai alienar, a quota que a Sinaga entretanto detém na fábrica de refrigerantes João de Melo Abreu, que tem um passivo, também, como sabemos, bastante avultado.

Ora, eram esses dois esclarecimentos que pretendia ter para, enfim, tomar a decisão final do sentido de voto da Iniciativa Liberal.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A produção do açúcar e a produção de beterraba foram indústrias muito importantes nos Açores, principalmente na ilha de São Miguel.

Nós estamos a discutir o passado recente, mas, também, neste momento em que certamente será aprovada esta proposta, este é o fim definitivo deste longo ciclo, que também faz parte da nossa história e que importa também não deixar de o lembrar, porque foi uma importante atividade económica que deu sustento a muita gente e que marca, de facto, a nossa história ao nível da agricultura, mas também da indústria.

A Sinaga e a produção de açúcar sofreram, na Região, com os constrangimentos que nós todos conhecemos da geografia, com o atraso tecnológico, com a própria liberalização deste setor, que tornou incomportável e inviável a produção de açúcar através de ramo de beterraba, que até, muitas vezes, era em parte importada a produção de açúcar na Região.

A intervenção da Região nesta empresa apenas teve um mérito, que foi salvar no imediato os postos de trabalho. Agora, todo o resto teve consequências negativas muito sérias, que nós ainda iremos, obviamente, arcar. E o contribuinte irá arcar

com elas durante muitos anos.

E chegados aqui, a opção de manter uma empresa e uma fábrica inviável do ponto de vista tecnológico da forma como está não é, de facto, opção. Parece evidente que não há neste momento qualquer viabilidade daquela indústria nos tempos atuais.

No entanto, temos aqui algumas questões e alguns problemas com a proposta que nos apresentam. Em primeiro lugar, à semelhança de praticamente todas, se não todas as propostas de extinção de empresas públicas, há um problema de fundo, que é: os contribuintes vão pagar a dívida que a Região vai arcar, como é natural. Não há outra forma de o fazer. Os trabalhadores, alguns deles, como disse o Sr. Secretário, 19, vão perder remuneração. Há duas entidades que perdem: o contribuinte e os trabalhadores. Os responsáveis pela situação da empresa, os acionistas, quem tomou decisões, seja lá quem for, não tem consequências, porque quem vai pagar do seu bolso são os trabalhadores e os contribuintes.

Ora, nós não podemos concordar com nenhuma extinção da empresa que não garanta que ninguém vai perder salários. E esse é um princípio do qual nós não vamos abdicar.

Posto isto, não é a primeira vez, este Governo também já o fez com outras empresas, esta questão não está salvaguardada, é assumido pelo Governo. É um princípio que, como referi, não abdicamos.

Por outro lado, eu percebo que os terrenos da Sinaga, não são apenas os que estão em Ponta Delgada, poderão ter problemas ao nível da construção, precisamente da construção em altura, mas são terrenos altamente valiosos. Aliás, há notícias recentes de que existiria já interesse em adquirir esses terrenos eventualmente com fins turísticos ou habitacionais também.

Nós consideramos que, pelo menos, já que o prejuízo vai ser pago pelos açorianos e açorianas, todo ele vai ser pago, ao menos que parte desses terrenos sejam, efetivamente, reservados a políticas públicas que lhes tragam algum benefício. E

esse benefício pode e deve ser, em nosso entender, benefício ao nível da habitação, na intervenção no mercado de habitação em locais onde ela é cara, inacessível e muitas vezes inexistente.

Por isso, aquilo que nós propomos como proposta de alteração a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional é a reserva de uma parcela dos terrenos, em zona urbana e, obviamente, urbanizável, que 25%, que é o que nos parece perfeitamente justo e aceitável, sejam reservados para políticas públicas de habitação, nomeadamente para construção de habitação a custos acessíveis.

O Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral está-me a dizer que não, mas, como futuro Presidente da Câmara de Ponta Delgada, certamente que gostaria de dizer aos seus munícipes que o Governo que apoia terá uma política de habitação para a sua cidade que inclui arrendamento a preços acessíveis na sua cidade. Se não quer, tem que dizer isso aos seus munícipes de Ponta Delgada, e eu sou um deles, porque é que não quer que haja habitação a custos acessíveis para quem não consegue sequer aceder à banca ou não consegue uma casa para arrendar que não custe tanto como um salário, porque é que não quer que essas pessoas tenham direito à habitação.

E é isso que nós propomos e pelo menos que se melhore esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, assumindo este compromisso de que aqueles terrenos não servirão apenas para construção de hotéis ou de habitação de luxo, mas servirão também para construção de habitação para quem precisa dela.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Admitindo que todo o debate sobre ativos e passivos e extinção de empresas

públicas é sempre muito importante e deve ser sempre feito com o rigor e da forma detalhada como este Governo tem feito, chegamos então à extinção da histórica empresa da Sinaga, mas não podemos, naturalmente, sair daqui sem deixar uma palavra a estes 51 trabalhadores e outra palavra à forma como este Governo Regional tem tido a sensibilidade para, também, a par de todos os prejuízos, ativos e passivos que temos falado até agora no debate, cuidar das pessoas, cuidar dos trabalhadores, dar-lhes a atenção que merecem e pelo facto de este Governo Regional ter feito, neste caso, também, 51 (é o número de trabalhadores) reuniões individuais com cada trabalhador, para os ouvir, para lhes dizer ao que iam e também para saber quais seriam as opções dos próprios trabalhadores.

Estamos a falar de pessoas que, nos últimos anos, com toda a certeza, pela instabilidade criada na empresa, viveram tempos incertos. Além das crises exteriores, tínhamos uma crise instalada na própria empresa, que já foi aqui muito bem explanado também pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, portanto, tínhamos uma crise a dobrar, uma crise externa e uma crise dentro da própria empresa, o que, naturalmente, para pessoas que têm que gerir o seu orçamento familiar, a sua estabilidade familiar e o seu dia a dia, não deve ser também uma tarefa fácil.

E isto constatamos, de facto, aquando da audição dos sindicatos, na Comissão de Economia, que nos disseram, logo à partida, que os trabalhadores estavam satisfeitos pela forma como lhes foi dada a oportunidade de escolher se, efetivamente, queriam ser integrados nas carreiras gerais equivalentes às suas funções na Administração Pública Regional, ou se, de facto, decidiam, a dada altura, rescindir os seus contratos.

Por isso, não podemos falar da Sinaga e da extinção da histórica Sinaga sem falar dos trabalhadores, porque as empresas também são feitas de pessoas. Pelo que nos dizem os sindicatos, porque são os sindicatos que representam os trabalhadores, e não qualquer partido político, os trabalhadores ficaram com muita atenção e muito

satisfeitos pela forma como foram tratados pelo Governo Regional.

Por isso, deixar esta nota a todos os trabalhadores da Sinaga.

Que no futuro não mais tenhamos que assistir todos a uma constante extinção de empresas públicas por gestões deficientes passadas.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins, do CDS-PP. Faz favor.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Efetivamente, a Sinaga é uma empresa com um histórico importante na Região Autónoma dos Açores, mas, efetivamente, aquilo que é uma crónica de uma morte anunciada teve o seu pior episódio em 2010, quando houve a decisão errada de adquirir esta empresa.

De lá para cá, pese embora salvar postos de trabalho, como dizia o Deputado António Lima, seja muito importante, também é muito importante saber a que custo. E esse salvamento de postos de trabalho demonstrou-se e demonstra-se mais oneroso para o contribuinte açoriano do que os postos de trabalho que na altura possa ter salvo.

Agora, a realidade é que houve uma acumulação de dívida superior a 35 milhões de euros, ou de 35 milhões de euros, desde essa altura e que nem a venda de ativos irá colmatar essa dívida. Terá sempre um impacto na dívida pública, que foi, na altura, também, em Comissão, anunciado pelo Sr. Secretário, na ordem dos 19 milhões de euros.

E a realidade é que esta proposta e dados os constrangimentos que são conhecidos

e que foram aqui bem elencados pelas intervenções que me antecederam, efetivamente, dados os constrangimentos, tanto pela localização junto ao aeroporto, como pela localização, ou seja, pelo facto de estar num Algar e não ser um terreno propício a construção em altura, esta proposta que o Bloco faz, também, dos 25% para habitação, eu acho que isto que o Bloco propõe, na melhor das hipóteses, dará para fazer duas moradias unifamiliares, que eu julgo que não é exatamente aquilo que pretendem, porque dessa forma julgo que continuamos a onerar ainda mais a Região do que aquilo que pretendem resolver com uma situação dessas.

É muito importante que seja, efetivamente, vista a questão da habitação pública em espaço urbano, mas não me parece que seja nesta zona dados os constrangimentos que são conhecidos.

Assim sendo, obviamente que saudamos a opção do Governo em, finalmente, resolver este assunto, que tardou em ser resolvido e que, na verdade, não deveríamos estar aqui a discutir isto se, em 2010, se tivesse deixado tomar o rumo natural das coisas, que é: quando um empresário e os fatores de mercado externos ditam o fim de uma área de negócio, não é o Governo que deve ir a correr tentar salvar aquilo que não tem qualquer viabilidade económica. E a prova é que, 11 anos depois, estamos, aqui, agora, finalmente, este Governo, a resolver uma situação herdada dos Governos anteriores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): A resolver o quê? E o que dizer da Santa Catarina, em São Jorge?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos, hoje, aqui, mais a falar do passado do que do futuro, das más decisões, provavelmente, da gestão privada da Sinaga no passado, da má gestão partilhada do Estado mais os privados na Sinaga que depois aconteceu a partir de 2010 e de todo um conjunto de circunstâncias que levaram ao desfecho daquilo que é a Sinaga, que hoje está-se aqui a determinar.

Devo-lhe dizer que, mais do que falar desses modelos de gestão falhada, temos que falar de um fator que é determinante: a globalização inviabilizou o modelo de produção da Sinaga. Os números não mentem. Portanto, há muito tempo que se percebeu que a Sinaga não tinha futuro, mas também há muito tempo que se percebeu (e virando-me aqui mais para a bancada rosa) que a Sinaga foi um marco emblemático do empresariado, quer micalense, quer regional, que foi um símbolo importante de empregabilidade durante muitas décadas nos Açores, que houve muitas pessoas que compraram casa, que pagaram casa, que sustentaram filhos a partir daquela Sinaga.

E devo-vos dizer que o encerramento da Sinaga, quando se percebeu, então, em 2010, que não era plausível manter aquela empresa, também seria uma morte muito fria, posso dizer assim, porque havia que fazer as tentativas necessárias para salvar aquele modelo de negócio, mesmo que as expectativas fossem muito baixas, porque estava ali um marco importante da nossa história.

Acima de tudo, hoje, temos que perceber que manter a Sinaga artificialmente, efetivamente, era impossível, mas aquilo que se vai fazer aqui hoje pelo menos que determine que o futuro dê um final feliz, dentro do possível, àquilo que foi o espaço que ocupou a Sinaga durante essas décadas todas em que esteve a operar. Para isso, obviamente, mesmo percebendo as limitações da localização daquelas

instalações, há que otimizar ao máximo o valor daqueles terrenos, o valor daqueles espaços, porque, acima de tudo, como também já foi aqui dito nesta Câmara, há agora que salvaguardar o interesse público. E salvaguardar o interesse público será, efetivamente, dar o melhor destino, valorizar ao máximo aqueles terrenos, porque aquele espaço já contribuiu para dar nome a esta terra noutros tempos, numa altura da produção industrial, que sirva agora de outros fatores ou de outra forma também para levar o nome dos Açores mais além. E estou a falar precisamente daquilo que também já alguém se manifestou contra, de que eventualmente aqueles espaços sejam aproveitados para promoção turística, para a instalação de complexos turísticos, que, no fundo, pela localização de excelência em Ponta Delgada, possam também eles contribuir para projetar cada vez mais os Açores como destino turístico pelo mundo fora.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, pede a palavra para...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Para requerer um intervalo regimental, Sr. Presidente.

Presidente: De quanto tempo, Sr. Deputado? 30 minutos?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): 30 minutos.

Presidente: Voltamos às 17h25. É regimental. Está concedido.

Eram 16 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradeço que reocupem dos vossos lugares.

Eram 17 horas e 33 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado José Gabriel Eduardo substituiu o Deputado Tiago Branco na Mesa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Pedi esta intervenção para alguns esclarecimentos que me foram solicitados. O pedido de esclarecimento que foi feito, quer pelo Sr. Deputado Carlos Silva, quer também pelo Sr. Deputado Nuno Barata, diz respeito à própria opção. Porquê extinguir e porque não privatizar, vender? E essa é uma questão que deve ficar bem clara.

Eu entendo que a tentativa de privatizar, de alienar património ainda como Sinaga, foi feita e não teve sucesso nenhum. É o que o Dr. Paulo Neves dizia aqui em 2018, que andava a fazer e que ia ter muito êxito. E, portanto, foi esse o seu mandato. O seu mandato era, de facto, depois de já não ter atividade relevante significativa que valesse a pena em termos públicos, era encontrar uma solução que custasse menos ao erário público. Ora, isso nunca foi encontrado.

E, entretanto, quando o XIII Governo apresenta o seu Programa do Governo e tem conhecimento... Por exemplo, eu, na qualidade de cidadão (sou sempre a mesma pessoa) e depois como Membro do XIII Governo, acompanho isto ao pormenor desde 2010 e tomo decisões públicas sobre a Sinaga desde 2010. E não há dúvida que também acompanhei a posição do Tribunal de Contas.

E trouxe aqui no meu próprio memorando, na apresentação inicial, exatamente porque a questão principal a perguntar é se existem condições para a subsistência da empresa no mercado. No momento presente e, muito mais, há quase um ano,

em novembro, quando se apresentou aqui o Programa do Governo, não havia condições. Com a própria Covid, quer dizer, uma situação económica deprimida, a empresa sem atividade relevante, pensar na sua venda em conjunto era pensar apenas na manutenção outra vez dos mesmos custos.

E estes custos não são pequenos. A empresa, para além das injeções de capital que tem recebido todos os anos na ordem dos 2 milhões de euros, tem custos de pessoal entre 80 mil euros para administração e 300 e tal mil euros para o pessoal, mais dispêndios aqui e ali. Se virmos, em 2020, por exemplo, foram 500 mil euros. O serviço da dívida é um serviço caro, é uma dívida mal constituída, numa empresa que não é rentável.

Depois, relativamente às próprias propostas que fomos recebendo ao longo do ano... Sempre que alguém nos quis falar, nós recebemos. Recebemos como equipa, não é uma receção pessoal minha. E, de facto, todas as propostas que nos fizeram relativamente a partes da empresa Sinaga foram parcelares e de valores insignificantes. As pessoas, de certa forma, queriam ser privilegiadas em relação a alguns dos salvados da empresa, já sem valor, com exceção da questão imobiliária, para a qual também terá que haver uma gestão prudente, para além, no fundo, do seu estudo urbanístico.

Está em alteração até dezembro o PDM da cidade de Ponta Delgada, portanto, do concelho de Ponta Delgada e áreas envolventes. Isso está em curso. Haverá oportunidade de olhar para o terreno das Capelas, que também tem capacidade urbanística de 18 500 metros quadrados, temos o terreno da Rua de Lisboa, há os terrenos da Lagoa. E, portanto, há aqui um misto de utilizações, de venda para rendimento, mas também de utilizações de interesse público. E, portanto, todas elas serão ponderadas no seu momento próprio, maximizando o interesse geral e não o interesse económico. Quer dizer, há casos em que será atendido em função da sua localização e das possibilidades do seu uso. Será entendido de forma responsável a sua utilização.

E, portanto, foi tudo isso que nos levou a tomar a decisão, que me parece ponderada, adequada, desta extinção e, digamos, da venda do património, por processos legais, no momento certo e de forma cuidadosa, que é ao que estamos obrigados. Portanto, relativamente a isso, eu julgo que dei a explicação.

Também se destaca aqui a questão da Melo Abreu. A Melo Abreu é uma empresa que também tem passado, tem uma situação difícil. Também é preciso analisar, agora na retoma da economia, o seu comportamento e manter a participação que a Região tem, falar, com certeza, com o seu parceiro privado, ver as condições de mercado e como é que tudo se desenvolve. Tem muitos trabalhadores, também precisa de muito cuidado.

Tomar decisões no meio de uma pandemia e com uma crise económica forte nunca é uma decisão avisada.

Para o Sr. Deputado Pedro Neves, relativamente à questão das pré-reformas, de facto, não é possível que o trabalhador, antes da integração da Administração Pública, opte por pré-reforma, porque a pré-reforma pressupõe a suspensão do contrato de trabalho. Portanto, o desaparecimento da Sinaga faz com que não seja possível essa opção. E não esteve em cima da mesa. Integrado na função pública ficará em condições de igualdade com todos os outros trabalhadores.

Aliás, temos sido bastante prudentes também na questão da concessão da pré-reforma, que tem sido sempre feita em função do interesse público e não do interesse particular. Portanto, não temos concedido por facilidade as pré-reformas com esse critério: a pessoa pede e é-lhe concedido. Não tem sido, mas também não lhe está recusado. Significa que os trabalhadores se integram na Administração Pública e ficam em condições de igualdade com os demais.

Penso que sobre a Sinaga não tenho mesmo mais nada para adicionar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas algumas notas adicionais àquilo que já aqui foi dito pelas Sras. e Srs. Deputados e também pelo Sr. Secretário Regional. Em primeiro lugar, importa clarificar, Sr. Deputado António Vasco, que, mais uma vez, eu sei que já tivemos esse debate aqui em algumas circunstâncias, o Sr. Deputado não gosta do relatório do Tribunal de Contas, mas ele é o que é. E vou citar para que seja esclarecido devidamente. O que é que o Tribunal de Contas auditou? E o relatório é de 2018. Diz assim, e passo a citar: “Procedeu-se à avaliação dos resultados da intervenção pública, promovida pelo Governo Regional, na SINAGA, concretizada, em 2010 (...)” E penso que o resto o senhor já sabe. E, portanto, o que foi auditado foi a aquisição do capital social. E o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu que, quando se compra uma participação social, compra-se a empresa no seu todo. E ela está representada por ativos e por passivos. Quando o Sr. Deputado fala aqui em suprimentos, suprimentos é uma dívida que a empresa tem que pagar aos seus credores. Portanto, é natural que essa dívida fizesse parte do seu passivo e teria que ser paga por quem quer que adquirisse a empresa. E, portanto, isso também fez parte da auditoria feita pelo Tribunal de Contas. E essa informação consta no contraditório. E o Governo, na altura, prestou todos os esclarecimentos. E o próprio Tribunal achou que não havia mais informação relevante a solicitar, porque, quando se compra a participação, compra-se a participação de uma empresa que tem ativos e que tem passivos. Os suprimentos é um passivo, que tem que ser respeitado e tem que ser cumprido, como em qualquer Estado de direito.

E, portanto, creio que este esclarecimento é relevante.

Relativamente ao valor dos imóveis, Sr. Deputado António Vasco, eu não sou avaliador imobiliário e penso que o senhor também não é. Eu não tenho qualquer razão para contestar os valores que estão apresentados nas contas. Os valores que

estão nas contas resultam de relatórios de avaliadores imobiliários certificados, resultam também da certificação legal de contas que comprova o valor dos ativos e passivos. E, portanto, eu tenho que fazer boa-fé dos valores que estão registados nas contas.

Por fim, uma palavra também para aquilo que foi referido pela Deputada Sabrina. Tem toda a razão quando fala dos trabalhadores e que devem ser acautelados os direitos dos trabalhadores. Eu penso que não restam dúvidas que a intervenção que foi feita pelo Governo em 2010 visou salvaguardar os mais de 100 postos de trabalho que existiam naquela altura. Se os objetivos depois foram alcançados ou não, isso é outra história. Mas a verdade é que os postos de trabalho foram salvaguardados, felizmente. E isso justificou a intervenção do Governo naquela altura. E penso que para os trabalhadores, muito sinceramente, para quem teve o seu posto de trabalho salvaguardado, se calhar, o valor do investimento que o Governo teve que realizar, para eles, foi um investimento bem feito.

Deputado Nuno Barata (IL): Foram carinhos!

O Orador: Não me cabe a mim julgar, mas se tivermos a mesma posição, se calhar temos que discutir também aqui a participação na empresa Santa Catarina. E aí também temos que adotar os mesmos princípios. Eu penso que essa não é a discussão que devemos ter, na minha humilde opinião.

Por fim, uma palavra para aquilo que referiu o Sr. Secretário Regional das Finanças. O Sr. Secretário Regional das Finanças referiu que o anterior administrador, Paulo Neves, citou a dizer que ele tentou alienar património e não teve sucesso. Ora, Sr. Secretário, isso é exatamente aquilo que o senhor pretende fazer, que é extinguir a empresa e alienar peça a peça, não como um todo. Isso funciona como um argumento exatamente contrário à extinção versus a alienação do capital social, que eu e outros Deputados aqui já referimos.

E, portanto, essa é a posição que nós entendemos que defende mais o interesse público. E é por essa razão que nos vamos abster em relação a essa iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez acerca da questão do património da Sinaga, que é uma questão em que se discute efetivamente o futuro. Já aqui referi aquela que é a nossa posição sobre os direitos dos trabalhadores e não vou entrar novamente nessa discussão, mas não queria deixar de referir que, independentemente das posições dos sindicatos ou independentemente das posições de conversas que houve individualmente ou deixou de haver com os trabalhadores, há uma posição de princípio e essa é nossa. E nós não seguimos necessariamente as posições dos sindicatos ou posições individuais que nós desconhecemos. Começar a esclarecer por aí, Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Mas, relativamente ao património, a discussão sobre o património tem ficado centrada muito naqueles que são os terrenos da Rua de Lisboa, em Ponta Delgada, mas, até como o Sr. Secretário referiu na intervenção anterior, não se resumem a estes, mas estes são, de facto, terrenos importantes e um ativo importante da empresa.

E eu acho que até... não vou dizer pouco sério porque acho que não é esse o objetivo, mas é um pouco ridículo dizer-se que naqueles terrenos poder-se-á construir uma ou duas moradias, porque, Sr. Deputado Rui Martins, não sei se conhece, mas o terreno é manifestamente grande para duas moradias, a não ser que esteja a falar de duas mansões.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O que é que o senhor propõe?

O Orador: E, mesmo assim, seriam efetivamente grandes, porque este é, em

traços muito largos, o retrato do terreno que estamos a falar.

(O Orador mostra uma imagem à Câmara)

E há, efetivamente, uma gruta naquela zona, mas aquela gruta, como também deveria saber ou se calhar sabe, atravessa uma grande parte da cidade de Ponta Delgada. Por isso, poderão existir condicionantes em alguns locais, mas não é em toda aquela zona. Por isso, o problema da Gruta do Carvão é, parece-nos, um problema que não impede a construção naquele local. Aliás, é o próprio Governo a assumi-lo. O Sr. Secretário Regional das Finanças, em Comissão, disse o seguinte, e cito: “Atendendo à sua boa localização e à forma como ele deve ser alienado”, acrescentando que “poderá haver alguma operação urbanística que seja necessária para valorizar”, concluindo que “o objetivo era maximizar o benefício público”. Ou seja, traduzindo, o Governo pondera fazer alguma operação urbanística nos terrenos, suponho eu, arruamentos, abastecimento de água e saneamento, entre outras coisas, operações urbanísticas, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): O Plano de Pormenor.

O Orador: ... ou o Plano de Pormenor, o que se entender, mas pressupõe-se que aquele terreno tem apetência para construção. E é isto que está aqui em causa, porque essas operações urbanísticas servem para uma coisa: para valorizar o terreno para ele ser vendido ao melhor preço possível. Não me venham dizer é que o terreno vai ser vendido para se fazer uma mata. Não me parece que seja isso. Alguém, certamente, poderá ter interesse em construir algum empreendimento turístico, apartamentos, que certamente não serão para o comum dos mortais.

Por isso, importa que, no âmbito das políticas públicas de habitação, não se envie, quem não tem dinheiro para comprar uma casa milionária, para um serrado no

meio de um pasto a 200 ou 300 metros de altitude, onde está nevoeiro 300 dias por ano. É preciso dar oportunidade a toda a gente para viverem em locais que são adequados para se viver e não, como muitas vezes se faz, construir casas a preços que se pode pagar, efetivamente, em locais onde não há serviços, não há transportes, com construções de péssima construção, como muitas vezes faz.

E aqui há uma oportunidade de fazer as coisas bem feitas, reservando uma parte desses terrenos para habitação a custos acessíveis. E há dinheiro para isso, 60 milhões de euros que o Governo terá, ao longo dos próximos anos, no PRR, para estes e outros projetos que possam ter na área da habitação.

É um contributo. Não querem, provavelmente, porque têm outros planos e esses planos não será uma habitação ou uma moradia ou duas. Eu vou esperar. E, certamente, estaremos aqui a discutir, um dia, que naquele local nasceu algo que é muito mais do que uma habitação ou duas e será, certamente, mais um hotel, porque, provavelmente, posso estar enganado, mas será um ou dois ou três, porque é uma zona com muita apetência para isso, como bem sabem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Silva insiste, há vários anos, aqui, na mesma tecla. O negócio foi feito e foi visado o contrato por 800 mil euros. Isso é taxativo. E o Tribunal diz: sim, senhor, 800 mil euros era o valor do negócio. E o Tribunal recusou a devolução de suprimentos, recusou a libertação de garantias pessoais e reais em função do património que estava hipotecado e que era da esfera pessoal ou empresarial do vendedor. São questões diferentes!

Portanto, se insiste com os 800 mil euros, tudo bem. O Tribunal teve um assunto

que desconhecia e que só é do conhecimento público mais tarde, que é o processo fiscal que gerou um encargo para a Sinaga de 1 800 000 euros e que já estava em litígio na altura da aquisição. E o Governo não teve isso em conta.

Portanto, não vale a pena andar aqui às voltas. Negociou mal, atribuiu benefícios ao vendedor que não eram compatíveis com o património da empresa e com a situação da empresa.

E a auditoria de 2018 do Tribunal de Contas foi para avaliar a intervenção pública na Sinaga e os seus resultados, não especificamente para o processo de compra. E aí digo que o Tribunal falhou porque recusou um contrato e depois não verificou se a entidade a quem foi recusado o contrato se, violando aquilo que tinha sido a recusa, fez exatamente aquilo que tinha sido recusado. E fez. E a Comissão de Inquérito permitiu que se aferisse isso.

Ou seja, o Governo fez um péssimo negócio. E depois o que vem daí dará um prejuízo para o erário público brutal. E o Sr. Deputado nisso não se preocupa muito e tenta defender aquilo que foi uma decisão errada em 2010.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa aqui, em todo este processo, e não quero voltar atrás outra vez, salvaguardar os interesses dos contribuintes, que, no fim das contas, é quem vai pagar todos esses desmandos e todos os disparates que se fizeram para trás e aqueles que se fizerem agora.

E isto responde um pouco também ao desafio do Sr. Deputado Carlos Silva sobre a Santa Catarina, onde se fizeram disparates no passado, com concorrência desleal a quem estava no mercado a trabalhar, e se continua a fazer!

Portanto, para os Srs. Deputados do CDS-PP é bom que também tenham isso bem presente, que também é preciso acudir ao problema da Santa Catarina, porque os contribuintes não vão continuar a pagar só porque é preciso salvaguardar postos de trabalho. Os postos de trabalho hão de se resolver. Se continuarem a trabalhar desta maneira, os postos de trabalho vão-se perder, como se perderam os da Sinaga, ou melhor, se estão a integrar na tal despesa pública em vencimentos que ninguém quer aumentar. Portanto, é fácil dizer que não se quer aumentar, mas depois integra-se. Integra-se, porquê? Porque se resolveu um problema da pior forma de resolver! Para salvaguardar os postos de trabalho compra-se uma empresa que não valia aquele dinheiro pelo qual se pagou, ponto final! Tanto não valia, que não valeu! E estamos agora aqui a liquidá-la da forma como estamos a liquidar.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor é um visionário!

O Orador: Não, isto foi alertado na altura. Da mesma forma que o agora Sr. Secretário Regional das Finanças alertou na altura para o desastre do negócio enquanto comentador político, eu também o fiz enquanto comentador político, só que os senhores viviam num autismo. Aliás, os senhores continuam a viver num autismo, por isso é que nós não estamos hoje aqui a discutir o resultado das eleições de domingo passado e estamos a discutir outra coisa! É porque os senhores continuam autistas! Nem é por causa disso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Senão estaríamos aqui hoje a discutir outra coisa em vez de estarmos a discutir o

que estivemos a discutir todo o dia.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor tem muita propriedade para falar nisso!

O Orador: Tenho, sim, senhor! Tenho sim, senhor! Graças a Deus!

Em relação ao terreno das Capelas, nem ia falar nesse assunto, mas o Sr. Secretário tocou nele e eu quero esclarecer aqui. É que o terreno das Capelas nem era propriedade da Sinaga. O terreno das Capelas era propriedade da Região Autónoma dos Açores, que incorporou no património da Sinaga, numa atitude irresponsável, já numa altura em que a Sinaga estava em grandes dificuldades financeiras! Como sempre estive, aliás. Desde 1968, sempre estive, que é outro dado histórico que pouca gente se lembra e pouca gente conhece. Não fora a Fundação Medeiros e Almeida a aguentar durante muitos anos aquele negócio até venderem aquilo à RAR e aos outros acionistas.

E, portanto, é bom que se perceba que a Região incorporou no património da Sinaga, já falida, já insolvente praticamente, património que fazia falta à Região. Fazia, nomeadamente, falta à Região como área de expansão da escola das Capelas.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Exatamente!

O Orador: E continua a fazer falta à Região como área de expansão da Escola das Capelas. E deve ser valorizado também por isso! E não deve ser vendido por isso!

E, portanto, é fácil falarmos de coisas assim no ar, fazer habitação social numa coisa, resolver o problema da outra, mais 19, menos 19 trabalhadores, se vão ganhar mais 100 euros ou menos 100 euros. O que nós estamos aqui a falar é de milhões que a Região perdeu e ia continuar a perder se continuasse no mesmo método, se continuasse a fazer da mesma maneira como fez até agora!

E, portanto, também, da nossa parte, não vamos condicionar o Governo no negócio que queira fazer. Não vou dizer ao Governo o que é que vai fazer nos

terrenos da Sinaga. O que eu vou dizer ao Governo é que o ponha no mercado para o vender da melhor forma, o mais bem vendido possível. E com este dinheiro resolver os problemas que a Sinaga deixou à Região Autónoma dos Açores, porque condicionar e fazer aquilo que o Bloco de Esquerda quer fazer é mesma coisa que dizer: vamos vender isso baratinho, porque o senhor só pode fazer aqui aquilo, ou seja, habitação social.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não, não é habitação social!

O Orador: Ó senhora, é o que a senhora quiser!

Deputado Carlos Silva (PS): E a escola?

O Orador: Qualquer cidadão...

Deputada Alexandra Manes (BE): É estigma!

O Orador: Não é estigma nenhum! Estigma tem é a senhora contra os privados! Qualquer cidadão desta Casa, até sexta-feira à noite, esteve em campanha eleitoral. Quase todos nós tivemos, salvo raras exceções. Qualquer um de nós sabe que o maior problema que a Região Autónoma dos Açores enfrenta neste momento é habitação. É desertificação porque não tem habitação. As pessoas não têm forma, as pessoas não têm condições de adquirir casa ou de arrendar casa porque não há sequer mercado para isso, apesar de haver habitações, como na Piedade Jovem, que estão fechadas, celadas, que ninguém as usa. O facto é que do Corvo a Santa Maria há falta de habitação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E, portanto, eu não estou aqui a fingir que a habitação não é um problema. Agora, não é por aí que se resolve, é de outra forma que se resolve.

Deputado António Lima (BE): Como é?

Deputada Alexandra Manes (BE): Como é que se resolve?

O Orador: É de outra forma que se resolve!

E, portanto, é hora de começarmos a olhar para políticas diferentes porque senão vamos ter os mesmos resultados. Ando a dizer isso desde outubro passado aqui

nesta Casa. É bom que sejamos mais objetivos naquilo que queremos fazer e menos líricos e menos, digamos, estigmatizados e menos preocupados com clientelas políticas, porque quando andamos aqui preocupados com as clientelas políticas não resolvemos os problemas das pessoas, criamos mais problemas às pessoas, criamos mais peso ao Estado e com este peso que criamos ao Estado não resolvemos os problemas daqueles que realmente precisam, que são os mais necessitados.

Deputada Alexandra Manes (BE): E que precisam de casa! Mas o senhor não quer que seja assim!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Grande intervenção!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas intervenções que já se realizaram, quer por parte do Governo, quer por parte das várias bancadas, já foram sinalizados os principais pontos e aqueles que são mais significativos no âmbito desta temática.

Devo dizer que todos concordamos, acho que até o próprio Partido Socialista, que este foi um péssimo negócio e que custou muito ao erário público. Foi algo que não deveria ter sido feito, pelo menos da forma que foi feito.

E eu tive a oportunidade, também, numa das Comissões de Inquérito, de observar aquele que era o projeto, o plano do Governo Regional e que o Governo Regional apresentou sinalizando que teria lucro, imagine-se, ao fim de alguns anos, no âmbito da exploração da Sinaga. E foi assim que se explicou e que se justificou a aquisição da Sinaga.

Deputado Carlos Silva (PS): Tem lucro, só não tem o suficiente!

O Orador: A história demonstrou que foi um negócio absolutamente ruinoso, que significava um prejuízo muito significativo para os contribuintes e que outra

forma de intervenção teria ajudado muito mais a manter os empregos das pessoas. E, portanto, foi uma intervenção péssima.

Agora, o que é preciso fazer é corrigir esta situação. E a proposta que nos traz aqui o Governo é correta. Não vale a pena continuar a eternizar uma intervenção que já se verificou que foi ruínosa. E enquanto se mantiver esta situação, continuará a significar milhões de prejuízo para o Governo Regional e para o contribuinte, que, no fundo, é quem paga este tipo de intervenções que se realizaram.

É evidente que se explica num contexto de crise, faz-se uma intervenção destas para tentar segurar os empregos. Nós temos que aprender, porque podemos ter e vamos ter, de certeza absoluta, mais crises no futuro, porque os Açores não são imunes às flutuações do mercado internacional, às crises internacionais. Nenhum país é imune a situações de crise internacional. Nenhum país tem essa capacidade, nem mesmo as grandes potências.

Por isso, é evidente que temos que retirar também daqui ilações. Este tipo de intervenção não resolve o problema e abre um conjunto de despesas, abre uma úlcera (era isto que eu ia dizer) na Administração Regional, no Governo Regional e que, com o tempo, evidentemente, vai acumulando um grande conjunto de prejuízos. Portanto, esta intervenção faz todo o sentido.

Em relação aos terrenos, pois, eu penso que não temos que adotar uma solução rígida, como defende o Bloco de Esquerda, nesta matéria. O Bloco de Esquerda, no âmbito da intervenção que realizou, não está a criticar aquilo que o Governo está a pensar fazer ou está a projetar fazer, está a criticar aquilo que o Governo pode vir a fazer no âmbito de um pesadelo qualquer, que o Sr. Deputado acordou hoje e lembrou-se que poderia ser aquilo. Não tem nenhum facto, nenhuma fundamentação. Não há uma análise racional que sustente aquele discurso, é apenas o pesadelo da manhã. E o Sr. Deputado desenha aqui um cenário absolutamente ridículo, que não tem nenhuma fundamentação, não tem nada que

justifique. Lembra-se: olhe, pode vir a acontecer isto. Mas pode vir a acontecer muita coisa hoje ou amanhã ou até no momento a seguir. E, portanto, a fundamentação do Sr. Deputado é pura e simplesmente os seus medos, aquilo que é o dogmatismo do Bloco de Esquerda nesta matéria.

Portanto, o que vier a ser feito tem que ser feito sem que exista, aqui, da parte do Parlamento ou da parte do Governo... O que se tem que aproveitar é os melhores negócios para a Região!

Deputado António Lima (BE): Exatamente! Um negócio! As pessoas não interessam!

O Orador: Pode ser vender, mas pode e é importante que uma parte desse património seja utilizado para fins públicos, por exemplo para a construção de um projeto museológico da indústria micaelense. Acho que é uma boa ideia. Porque é que temos que vender? Podemos aproveitar nesse sentido, porque é algo que falta fazer em São Miguel, um projeto nesse sentido, que acho que era importante. Deixo aqui, este sim é um desejo, não é um pesadelo. É um desejo de construir aqui um projeto museológico referente à indústria micaelense, que constituiria uma excelente oferta turística. Se olharmos para aquilo que é a oferta turística em São Miguel, não existe nada neste sentido. E é algo que temos também que preservar. O sentido de um projeto museológico é sempre a preservação da memória. Esta é uma ideia. Aproveitar para outros fins, para a habitação também. E, portanto, o que há que ter aqui é flexibilidade. E deixar ao Governo suficiente margem de manobra para que aquilo que vier a ser feito seja de facto aquilo que pode rentabilizar melhor este património.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, há aqui visões diametralmente opostas sobre concepções de sociedade,

sobre concepções do papel do Estado na sociedade. E felizmente que elas existem e que ficam claras. Repare-se, o Sr. Deputado Nuno Barata disse que o terreno que fica junto à Escola das Capelas não deve ser vendido, mas diz logo a seguir que não quer condicionar o Governo relativamente a este terreno porque quer deixar o Governo fazer o que quiser. Bem, é uma coisa verdadeiramente extraordinária.

O Sr. Deputado tem direito a fazer uma proposta de alteração em que diga que parte daquele terreno não pode ser vendido porque deve ser para expansão da Escola das Capelas e não o faz porque não quer condicionar o Governo. E eu pergunto o que é que está aqui a fazer. É, de facto, curioso a concepção não só de sociedade, mas também de democracia e do que é o parlamentarismo.

Ora, se o Sr. Deputado apresentar essa proposta, tem o voto a favor do Bloco de Esquerda. Estamos cá para aprovar. Oxalá haja mais Deputados e Deputadas que acompanhem. Se tiver essa coragem e essa vontade, estamos cá e o Bloco de Esquerda aprova porque concorda com essa visão.

Agora, dizer que quer alguma coisa mas não apresenta, é que fico verdadeiramente surpreendido.

Sobre a habitação, diz o Sr. Deputado Nuno Barata que não é assim que se resolve. O problema é que não diz como é que se resolve, nem apresenta nenhuma proposta! Pode não concordar com a nossa, é legítimo. Agora, chegar aqui e dizer que não é assim que se faz... Como é que se faz? Não digo. Adivinhem. Olhe, diga ao Governo que faça. Sr. Deputado, quem está aqui tem que apresentar propostas.

Deputado Nuno Barata (IL): Não é isso que estamos a discutir!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é no âmbito deste diploma!

O Orador: Não concorda, é legítimo. Não quer apresentar, também é legítimo. Mas diga qual é a sua visão. É deixar o mercado a funcionar? É o que parece, porque é isso que vai acontecer.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, agradeço que termine.

O Orador: De facto, tudo aqui à direita grita que é isso que vai acontecer. É deixar o mercado a funcionar, porque todo o mercado irá resolver, irá resolver a vida das pessoas, mas não vai resolver coisa nenhuma, porque aqueles terrenos serão para o que o mercado bem entender. E quem precisa de casa irá ser remetido para um qualquer baldio a 200 metros de altitude, no meio do nevoeiro e no meio das vacas. E essa não é a nossa visão de sociedade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Custa-me dar razão, porque eu não sou uma pessoa dogmática, mas eu tenho que dar razão àquilo que o Sr. Deputado António Lima está a falar. Não é preciso ser clarividente, não precisamos ser sequer feiticeiros para nós sabermos. À partida, quando o Sr. Secretário Regional diz, publicamente, no dia 24 de setembro, que nós temos é que, obviamente, capacitar e alienar os terrenos para conseguirmos ganhar o máximo de dinheiro com isso, nós sabemos o que é que vai acontecer. Não é preciso termos dois dedos de testa para nós sabermos o que é que vai acontecer. Sabemos, à partida, que vai ser para a parte urbanística. E nós sabemos, à partida, que vai ser, obviamente, para um tipo de cidadão que não somos todos nós. Isso é uma realidade.

E também nós sabemos que já foi tentado várias vezes que haja sempre uma percentagem, dentro dos terrenos, que será para a parte urbanística, que será sempre uma percentagem dividida entre o tipo de pessoas relativamente à sua classe económica. Isso sem dúvida que é o futuro. Isso já foi dito várias vezes. E nós sabemos, à partida, o que é que vai acontecer. Se nós vamos vender aqueles terrenos naquela zona, vai ser, obviamente, para apartamentos de luxo. Nós já vimos isso em Ponta Delgada e vamos continuar a ver isso.

A sugestão do Sr. Deputado Nuno Barata, ótimo, expansão da escola. Porque não? Nós também votamos. Porque isso são só sugestões... ou limitações, depende do ponto de vista.

A ideia do Sr. Deputado Paulo Estêvão, o projeto museológico...

Eu vejo outra, já agora, já que vamos para as prendas de Natal de forma antecipada: porque não uma estação rodoviária de Ponta Delgada, que todos nós pedimos? Nós não temos.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Quem ganhou a Câmara de Ponta Delgada fui eu!

(Risos)

O Orador: Nós não temos, por exemplo.

O que nós temos que fazer, obviamente, é uma sinergia da população que vive lá. E não podemos estar a fazer desertificação e gentrificação dentro de Ponta Delgada, que já acontece neste preciso momento. E com esses terrenos é o que vai acontecer! É o que nós estamos a ver ao longo dos anos. E daqui a dez anos, nós sabemos quem é que vive no centro de Ponta Delgada.

Sem dúvida que uma coisa é a retórica de todos os partidos quando se está em campanha, outra coisa é aquilo que nós vamos fazer e que o Governo faz relativamente à desertificação que está a existir em Ponta Delgada.

Por isso, obviamente, isto não é dogma, é, sem dúvida, olhar para o passado, para a história que nós temos, que é uma história não muito alargada. Não é preciso aqui o Sr. Deputado Paulo Estêvão para nós vermos o que é que é feito em várias cidades dos Açores, para sabermos, à partida, o que é que vai ser feito com esses terrenos. Por isso, sem dúvida, aquilo que foi pedido, obviamente, pelo Bloco de Esquerda não é tão dogmático assim.

Também podemos dar livre acesso aos mercados em tudo, mas não esqueçamos

uma coisa: quem pagou a dívida da Sinaga durante este tempo todo foram os contribuintes todos, não só alguns. Daí, obviamente, não podemos estar a dar um livre acesso dos mercados, porque aí também vemos uma físga, completamente, para esse tipo de terrenos, Sr. Deputado Nuno Barata. Nem tudo é liberalismo, porque são os contribuintes todos que pagam!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A ideia é desonerar os contribuintes!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, em primeiro lugar, embora tenha sido uma observação lateral do Sr. Deputado Nuno Barata, eu gostava de lhe dizer, obviamente, que o Grupo Parlamentar do PS não se revê na sua classificação quanto à nossa postura neste debate, nem neste Plenário. Qualquer uma das figuras regimentais que o Grupo Parlamentar do PS decidiu utilizar deu entrada antes das eleições. E, portanto, a sua afirmação carece de qualquer sentido e de qualquer fundamento.

Eu tenho uma dúvida em relação a esta discussão, fruto de algumas afirmações que já foram aqui feitas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Nuno Barata, e pedia, nomeadamente ao Sr. Secretário Regional das Finanças, se me pudesse esclarecer. A relevância destas questões tem a ver com a forma escolhida para dar seguimento a este processo de extinção da Sinaga, aquilo que ele permite do ponto de vista da alienação do seu património e daquilo que isso pode significar.

A questão em concreto é a seguinte: o Sr. Deputado Nuno Barata referiu que, no fundo, não se podia construir no terreno que está no núcleo urbano de Ponta Delgada, o terreno da atual fábrica da Sinaga. Bom, eu tive oportunidade de consultar, quer o Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada, quer o Plano de

Urbanização de Ponta Delgada, quer a legislação relativa às servidões aeronáuticas que abrangem (e aí o Sr. Deputado Nuno Barata tem razão) o espaço da antiga fábrica, mas em nenhum desses documentos está proibida a construção de novas edificações naquela área.

E, portanto, a possibilidade, que aqui já foi aferida, de um aproveitamento imobiliário daquele espaço, eu não encontro, pelo menos naquilo que consultei, nada que obste a isso, nada que obste a que, no fundo, aquele que foi o receio manifestado, nomeadamente, pelo Bloco de Esquerda, possa ocorrer.

O facto é que, no caso concreto do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada, no seu artigo 42.º, que se refere a grutas e cavidades naturais, o que é dito em termos de limitações é que “nos solos urbanos localizados sobre grutas ou outras cavidades naturais não preenchidas e numa faixa envolvente de pelo menos 40 metros, a realização de obras de construção nova, de alteração ou ampliação de construções existentes deve atender às condições estruturais de fundação do terreno”. Diz o n.º 2: “Na cidade de Ponta Delgada estão identificados três troços e respetivas áreas intermédias, designadamente: o troço da Rua de Lisboa; o troço da Rua do Paim; e o troço da Rua João do Rego.” Quem conhece o espaço sabe que é perfeitamente possível, 40 metros fora destas vias, ter ainda muito espaço para aproveitar.

Do ponto de vista do Plano de Urbanização, remete para a legislação geral em termos de servidões aeronáuticas, a qual não proíbe construções, mas faz depender essa construção da autorização da Autoridade Aeronáutica.

Ou seja, a questão do aproveitamento imobiliário daquele espaço, tendo em conta a metodologia que foi seguida, é possível. Essa é uma conclusão que eu retiro da análise que fiz.

O que eu pergunto ao Sr. Secretário é se esta conclusão está correta, ou se, porventura, existem mais alguns dados que o Sr. Secretário tenha conhecimento e que, no fundo, confirmem aquela que me pareceu ser a observação do Sr.

Deputado Nuno Barata, ou seja, a dizer que aquele terreno não teria grande valor imobiliário, ou se, pelo contrário, o terreno, efetivamente, não tem qualquer limitação, a não ser essas que eu acabei de referir, do ponto de vista de aproveitamento imobiliário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, existe, já, um estudo urbanístico, de ocupação urbanística, que já tem alguns anos, feito pela própria empresa.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada está, neste momento, a rever o PDM, como já tive ocasião de dizer aqui. E eu próprio já contactei, pessoalmente, os serviços camarários, no sentido de poder ter informação, no momento em que essa for disponibilizada, sobre qualquer incidência que pudesse haver entre elas naquele terreno.

Também sabemos o tipo de condicionamentos que há. E não são muitos. Relativamente à altura, há, de facto, a limitação da chaminé da fábrica. Relativamente à Gruta do Carvão, não há grandes restrições. E, portanto, estamos a falar de um terreno com boa capacidade urbanística.

A questão que se levanta e que será devidamente ponderada na altura certa é a adequação, quer de natureza urbanística, quer de natureza de mercado e de utilização pública, relativamente ao uso dos terrenos. E sobre isso, eu acho que deve ser feita uma cuidadosa reflexão sobre todos os pontos de vista, mesmo sobre o ponto de vista comercial, porque, também, é uma obrigação que temos a utilização do património com valorização adequada, de acordo, depois, com

regras que, ainda por cima, vão ser todas públicas. Qualquer alienação que se faça ali terá que obedecer a essas regras.

Mas uma primeira interrogação natural que qualquer gestor de uma matéria dessas faria é se o terreno é vendável no seu conjunto ou às partes. Eu, por exemplo, inclino-me, sem ter ainda estudado, que, muito provavelmente, atendendo aos diversos usos e ao que pode acolher, nestas intervenções que marcam as cidades e que são grandes, deve-se misturar objetivos de valorização económica com objetivos de valorização cultural e pública. E, portanto, isso tudo terá acolhimento.

Mas respondendo mais em concreto, é um terreno com boa valorização, que está apenas, neste momento, expectante relativamente ao seu uso no futuro próximo para efeitos de matérias de interesse público e de matérias, também de interesse público, mas de venda em mercado para privados.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faz favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelos vistos, o seu núcleo museológico já foi à vida.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi, não!

O Orador: Sr. Secretário, eu agradeço, em primeiro lugar, os seus esclarecimentos. E eles confirmam, no fundo, a leitura que fiz da legislação que rege esta área, mas, sobretudo, permitem-me outra conclusão: é que, não havendo obstáculos legais quanto à questão do aproveitamento daquele espaço, passa tudo para o domínio da opção política dos órgãos autárquicos e, naturalmente, da parte económica do interesse empresarial. E, portanto, isso, para mim, é claro em relação a esta matéria. Do ponto de vista legal, pode fazer-se naquele terreno bastantes coisas, que não aquelas que foram, no fundo, indicadas como estando

impedidas pela proximidade da Gruta do Carvão ou pela servidão aeronáutica.

Bom, isso entronca, no fundo, com aquilo que nós também já referimos, ou seja, retirada a questão legal, está unicamente dependente de opções políticas e também de avaliações comerciais aquilo que será para fazer naquele espaço.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta vai para o Sr. Secretário das Finanças, uma vez que informou aqui a Câmara que, do ponto de vista das Grutas do Carvão, da informação que lhe foi transmitida, não há grandes obstáculos relativamente àqueles que podem ser os constrangimentos de ordem geológica. Se nos pode informar, de forma mais concreta e mais objetiva, efetivamente, o que são esses constrangimentos e o que é que podem eles representar naquilo que é toda a área que constitui aquela zona. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Cont... José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): E na grande parte das vezes sou mesmo contente, Sr. Presidente.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Isso é que se chama marcação homem a homem!

O Orador: Isso cada um sabe de si e Deus sabe de todos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Amém!

O Orador: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do

Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estive aqui com alguma atenção a ouvir as intervenções e a conclusão a que chego é que estamos aqui no mundo da especulação, pode ser isso, pode ser aquilo, talvez seja aquilo, talvez seja aquele outro. Ora bem, aqui já foi dito, e bem, nós temos aqui um elefante com umas dezenas de milhões.

Os contribuintes, todos eles, é verdade, pagaram por isso. Então, acho que é mais do que justo que nós agora consigamos ir lá buscar uma parte deste descalabro que foi o enfiar dinheiro na Sinaga. E açúcar, zero, não é? Porque isto é um problema que devia ser doce e não é nada doce. É bastante amargo. Esta é a primeira visão.

A segunda visão prende-se com uma outra coisa que aqui também se falou, que foi a campanha autárquica. Todos nós falamos de mais habitação. E até concordei, de certa forma, quando o Bloco de Esquerda dizia: construção acessível. Mas não no centro urbano. Nós falávamos muitas vezes, eu pelo menos falei, no combate da desertificação do mundo rural. Então, estamos aqui a discutir, novamente, e não discordando com o que diz o Sr. Deputado Pedro Neves, que diz, com alguma razão, também, que há alguma desertificação dos centros urbanos, mas o maior problema neste momento é a desertificação do mundo rural.

E também é preciso perceber estas tais construções acessíveis, se não vamos ter novamente um bairro de Bagdade ou coisa que nos valha, porque eu vi uma série de bairros sociais nesta tal campanha autárquica, que a tinta caía das paredes, rendas de 20 euros e o carrito à porta, como deve ser... à porta, que era sinal de que não estavam trabalhando, estava à porta.

Ou seja, transformar os terrenos da Sinaga em mais um problema e mais um custo à Região não posso concordar. Os terrenos da Sinaga têm que ter, depois de um estudo sério... A especulação que deve ser feita é depois do estudo e não especulação anterior, em que nós andamos aqui a apanhar os bonés todos, mas ainda não percebi qual é o boné certo que vai caber na cabeça certa.

Neste momento, se queremos falar de habitação, vamos falar do mundo rural. Se queremos falar dos terrenos da Sinaga é recuperar o investimento que os Açores fizeram através dos seus contribuintes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Puseram-me a questão, o Sr. Deputado Carlos Furtado, relativamente às restrições e às possibilidades, no fundo, para eu clarificar ainda melhor o que procurei também transmitir ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Eu diria que, em relação ao que existe neste momento, portanto, neste momento, existe um estudo urbanístico para aquela zona, que eu considero, com certeza, como uma monografia de interesse para reflexão, mas, naturalmente, desadequado, porque o tempo, entretanto, passou e a cidade também mudou. É sempre necessário, nestas matérias, ter estudos atualizados.

Na perspetiva que tenho, e aí também tem um pouco da minha própria sensibilidade profissional, a questão urbanística é uma questão central no interesse público. Quer dizer, mais importante do que ter um estudo de valorização imobiliária, é importante refletir na ótica do urbanismo primeiro. Por isso, quando referi a operação urbanística na audição, eu não estava a pensar em opção urbanística, logo, loteamento, para valorizar ao máximo, estava a pensar na opção urbanística como uma reflexão pública à volta dos usos do terreno. E por isso é que eu depois estava a dizer que o museu do Sr. Deputado Paulo Estêvão não foi à vida. Não foi à vida porque a questão dos edifícios públicos e dos usos públicos são centrais no urbanismo. Portanto, o urbanismo não serve para servir privados

na especulação imobiliária ou na construção máxima. Neste caso e noutros está em causa, pela dimensão, muito mais do que um simples loteamento.

Por isso, utilizei a figura do Plano de Pormenor, porque, no fundo, na hierarquia do urbanismo, temos agora o PDM, terá que haver também a revisão do Plano de Urbanização de Ponta Delgada e depois a execução de diversos Planos de Pormenor.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Sim, senhor. É nestes que me posiciono como Governo Regional, no sentido de fazermos a nossa parte urbanística, que é a promoção, em colaboração, com certeza, com as autoridades camarárias, do Plano de Pormenor. E só depois dar o uso urbanístico, privado e público, àqueles terrenos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo Regional esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, eu posso ajudar ao seu esclarecimento. Nós estamos a falar, no caso do PDM, do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2007/A, no caso do Plano de Urbanização, também de um Decreto Regulamentar Regional, e no caso das servidões aeronáuticas, no Decreto Legislativo n.º 45987 (depois, posso-lhe fazer chegar o ano).

Sr. Secretário, conluo da minha parte com uma pergunta muito simples e muito concreta, embora o Sr. Secretário, no fundo, esteja já limitado em termos de tempo: o Sr. Secretário tem conhecimento de algum projeto privado ou alguma manifestação de interesse privada para o aproveitamento urbanístico e imobiliário daquele terreno?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já não tem tempo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que foi à vida é a resposta à sua pergunta. O Sr. Secretário já não tem tempo, como a Mesa informou. E V. Exa. não deve ter escutado, porque senão não teria feito a pergunta. O Sr. Secretário não lhe pode responder uma vez que não tem tempo regimental para isso. Eu posso ceder o tempo? Eu cedo à vontade. Por mim, não tem problema nenhum.

(Aparte inaudível)

Não, não posso dar resposta, não posso falar em nome do Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Pode!

Deputado António Lima (BE): O senhor sabe a resposta!

O Orador: Nunca o faço, como V. Exas. sabem.

Ora bem, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu dei aqui a sugestão, que é a sugestão do Grupo Parlamentar do PPM, que é algo que eu já defendo há muito tempo.

E eu também considero que a cultura é um dos aspetos mais importantes do século XXI. É absolutamente fundamental que se façam esses investimentos, para a preservação da memória, para a preservação daquilo que é um conjunto de valências muito importantes. São as valências culturais, a nível da indústria, a nível também das nossas fortalezas em São Miguel, que estão a precisar de uma intervenção muito significativa para a preservação desse património, do património rural. Muita coisa que é preciso fazer. Muita foi feita no âmbito dos Governos que teve a oportunidade de presidir, como de outros, como também será feito no âmbito dos Governos dos Açores, porque esta é a função de todos os

Governos dos Açores, seja qual for o partido que, na circunstância, tenha aqui a maioria parlamentar.

O que eu considero que é importante é que esta seja considerada. Da parte do Sr. Secretário, não existindo nenhum compromisso, há uma valorização, que essa é uma das hipóteses possíveis de aproveitar este conjunto de valências que fica agora então à disposição da Região.

E, portanto, eu considero que esta é uma parte importante. Não só esta, como outras. Portanto, o que eu considero é que, sempre que se tem que tomar uma decisão, é importante que o Governo tenha flexibilidade em relação à tomada de posição que venha a escolher.

O que eu critiquei, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, foi a inflexibilidade do Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda é absolutamente dogmático sempre em tudo, quer sempre estabelecer uma fortaleza. Aqui é uma fortaleza contra o liberalismo, não se pode vender nada. E isso não funciona.

A própria intervenção na Sinaga, que foi um fracasso, custou milhões de euros ao erário público, só se explica na base do dogmatismo ideológico, que é: ah, o mercado não quer, nós vamos forçar. Vamos forçar e vamos manter-nos no negócio que está provado que não dá e que vai piorar cada vez mais do ponto de vista do contexto nacional e internacional. E, portanto, vamos aqui dobrar a mão invisível do mercado. Pois, não dobrou. O que nós perdemos foram milhões de euros, graças ao dogmatismo de dirigentes como o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, dogmatismo ideológico. E isto não é uma ofensa. Portanto, eu estou apenas a referenciar aquelas que são as suas opções ideológicas.

(Aparte inaudível)

Portanto, como já não tem tempo, agora quer aproveitar para entrar outra vez no debate.

Portanto, pura e simplesmente, o que eu aqui condeno é o seu ataque ao liberalismo, o seu ataque ao mercado, o ataque que faz à liberdade do mercado. Portanto, é isto.

Em relação àquela que é a opção do Governo, a opção é certíssima. Aliás, o próprio Partido Socialista, como se viu no debate, não se opõe. Reconheceu, no jeito muito especial do Sr. Deputado do Partido Socialista que falou a maior parte do tempo, num jeito muito especial, sempre deixando umas deixas. Mas, no fundo, o que ficou aqui do Partido Socialista foi mea-culpa: temos culpa, realmente isto não correu bem (o que o Partido Socialista disse), não correu bem. E os senhores estão a fazer o que nós já deveríamos ter feito. É esta a síntese do debate que aqui ocorreu. Nós estamos a fazer aquilo que os senhores deveriam ter feito e não fizeram. E estão contentes que este Governo agora faça para vos tirar um pouco do peso na consciência que V. Exas. têm nesta matéria!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...

Deputado António Lima (BE): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Justifique, se faz favor.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, é um protesto porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão não insinuou, disse que o Bloco de Esquerda era responsável pelos prejuízos da Sinaga. E julgo que tenho que esclarecer.

Presidente: Vou-lhe dar a palavra, Sr. Deputado. Faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parece ridículo, mas foi isso que foi dito. O Sr. Deputado Paulo Estêvão, na sua

ânsia de limpar aqui um bocadinho a imagem do Governo porque lhe estava a correr mal e está a correr mal o debate, quis dizer que foi o dogmatismo (foram essas as palavras) ideológico do Bloco de Esquerda que levou à situação da Sinaga. Bem, Sr. Deputado Paulo Estêvão, consulte os anais da história e poderá ver que o Bloco de Esquerda nunca foi Governo nos Açores e nunca votou sequer um Orçamento da Região favoravelmente, ao contrário do senhor! Por isso, tenha memória e não minta descaradamente como fez!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, querendo, pode usar dois minutos para um contraprotesto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ó Sr. Presidente, eu tenho pena que V. Exa. não tenha estado aqui nos últimos 12 anos, porque, de facto, um protesto destes, em que se faz aqui uma alusão àquilo que é evidente todos os dias e que está no corpo ideológico do Bloco de Esquerda, que é a desconfiança em relação à iniciativa privada e a desconfiança que existe em relação aos empresários e a tudo o que cheire a atividade privada, isto está nos compêndios, é dito permanentemente. E, portanto, eu não vejo como é que alguém pode protestar.

O que eu disse foi que esta visão de intervencionismo por parte do Estado, o Estado deve acorrer para resolver problemas onde o mercado não funciona, foi o que V. Exa. disse... Bem, mas a verdade é: o que é que se resolveu? Ao fim destes anos todos, temos um passivo de milhões de euros de prejuízo para os contribuintes dos Açores, graças à visão ideológica de V. Exa. e de muitos que o acompanham nessa matéria! É evidente! O senhor não pode renegar aquilo que disse! É só isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Ou, de repente, converteu-se ao mercado e à liberdade do mercado e ao não intervencionismo do Estado? Eu não vejo que o tenha feito, o seu discurso foi todo noutra sentido. E, portanto, fazer um protesto a quê? Não é?

Se fosse no tempo da Sra. Deputada Ana Luís, eu tenho a certeza que teria sido recusado. Tenho a certeza. Pelo menos para mim, teria sido recusado esse tipo de referências.

(Risos)

O que eu lhe vou dizer é o seguinte, e reafirmo: a intervenção, e termino, na Sinaga foi um erro da forma como foi concretizado, era um contexto muito específico. O Governo previa lucros. Não existiram. E, portanto, nós todos tínhamos muita preocupação. Eu, na altura, em relação a esta matéria, também manifestei a minha preocupação. E a intervenção que foi feita, eu considereei que era uma intervenção de urgência que deveria ter sido feita. Qual é o problema? O problema foi o tempo todo...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ... em que a Região manteve esta intervenção e a forma como ela foi concretizada. São estes os erros.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Tomo a palavra para expressar à Câmara uma certa perplexidade que se me tomou. E digo na sequência da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque,

passadas sensivelmente duas horas de debate sobre esta iniciativa do Governo, que corresponde ao cumprimento de um desígnio consagrado no Programa, que é de extinguir, no caso, a Sinaga, tentando com isso reduzir o peso do SPER no bolso dos contribuintes, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, naturalmente, com toda a legitimidade e fazendo uso dos mecanismos regimentais, tomou a palavra para questionar o destino a dar aos terrenos da Sinaga. Uma manobra de diversão, de distração para, no fundo, desviar daquilo que é o assunto central que aqui estamos a debater.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: E o assunto central que aqui estamos a debater é este negócio, amargo para os contribuintes, que custou, em dez anos, 35 milhões de euros. Este é que é o objeto daquilo que nós efetivamente estamos a discutir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E em vez de pedir explicações sobre o destino a dar aos terrenos da Sinaga, que, certamente, o Governo Regional fará o melhor no sentido de acautelar o interesse público nesta matéria, que é compatibilizar os encargos que a Administração Pública Regional já teve com este processo ruinoso, iniciado e mantido durante dez anos pelos Governos do Partido Socialista, em vez de pedir explicações sobre isso, eu julgo, Sr. Deputado, com todo o respeito, permita-me que diga, que teria sido um tempo mais bem aproveitado se o Sr. Deputado tivesse esclarecido os contornos de todo este negócio que custou aos contribuintes 35 milhões de euros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Por que razão é que a Região se envolveu num negócio que toda a gente, objetivamente, reconhece que foi muito mal conduzido, ...

Deputado Francisco César (PS): Toda a gente, ponto e vírgula!

O Orador: ... no seu início, durante e até agora? Dos trabalhadores que, no entanto, já foram sendo cedidos à Administração Pública Regional, que, naturalmente, serão integrados, mais aqueles que ainda sobraram até aos dias de hoje na empresa, nomeadamente dos postos de trabalho que foram extintos e dos trabalhadores que foram despedidos pela extinção dos postos de trabalho.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E a questão central é, no fundo, saber se o Partido Socialista entende que a Sinaga deve ou não ser extinta. Deve ou não? Eu julgo que o Sr. Deputado nos acompanhará numa resposta afirmativa, de que a Sinaga deve ser extinta. Deve ser extinta porque foi um mau negócio.

E nós, hoje, em 2021, estamos a corrigir a gestão ruínosa do Partido Socialista, neste caso, na Sinaga, que custou 35 milhões de euros aos contribuintes.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É verdade, Sr. Deputado Joaquim Machado, duas horas depois do debate, eu fiz

uma intervenção, mas fico muito feliz por a minha intervenção, duas horas depois do debate, ter permitido que o senhor, duas horas e qualquer coisa depois do debate, tenha intervindo.

Bom, eu gostaria de dividir aqui em duas coisas:

Em primeiro lugar, há um dito que se aplica na perfeição em relação a esta situação e a algumas das intervenções que aqui assistimos, é que, depois da guerra, não faltam generais;

E não, Sr. Deputado Joaquim Machado, nós não estamos a discutir o negócio. Não é 11 anos depois que temos uma proposta neste Parlamento para que se discuta o negócio. Aliás, esse negócio foi já debatido, esmiuçado, inclusive na altura.

E eu acho que pode trazer alguma luz... dito de outra forma, que os senhores querem colocar apenas a questão de que esse negócio foi feito para ser uma operação empresarial, quando há bastas declarações proferidas na altura e que dão conta que o objetivo, como ouvi julgo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referir, que o negócio foi feito para que a Sinaga desse dinheiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: Portanto, há a necessidade, acho eu que deve ser feito assim... Nós podemos dizer: bem, os senhores, na altura, tiveram as motivações para fazer o negócio, que passava pela questão da diversificação, da situação do preço do leite na altura, por isso tudo. Nós discordamos. Isso é inteiramente legítimo. O que já não me parece inteiramente legítimo ou, para usar a forma delicada como o Sr. Deputado Joaquim Machado colocou a questão, teria sido tempo melhor gasto se, efetivamente, nos centrarmos naquilo que está em discussão neste momento. E o que está em discussão, neste momento, é a proposta de extinção da Sinaga, em determinado termos, que têm determinadas consequências.

Bom, Sr. Deputado Paulo Estêvão, efetivamente, eu fiz a pergunta ao Sr. Secretário das Finanças quando ele já não tinha tempo, mas eu só não tenho uma resposta porque V. Exa. não me quer dar esta resposta, porque V. Exa. tem sido,

enfim, useiro e vezeiro em ser um verdadeiro arauto deste Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): Porta-voz!

O Orador: Aliás, se V. Exa. fosse um jornal, teria, certamente, por título: A trombeta do Governo.

(Risos)

Mas só não tenho essa resposta porque V. Exa. não quer, porque, certamente, V. Exa. também tem conhecimento. Cuidadoso como é, V. Exa. sabe a resposta à minha pergunta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, folgo em saber que se contentou com a circunstância de eu ter feito uma intervenção na decorrência da sua, passadas duas horas do debate, mas há de reconhecer, e eu reconheço modestamente que não tenho, neste Parlamento, onde somos todos iguais, que há algumas funções que, aqui, no âmbito parlamentar, nós desempenhamos que nos distinguem. E o Sr. Deputado, desde logo como Presidente do seu Grupo Parlamentar, tem responsabilidades acrescidas em qualquer debate e neste também, mas mais ainda neste pela circunstância de, nos dez anos de gestão ruinosa deste negócio da Sinaga, que, repito, custou 35 milhões de euros aos contribuintes, V. Exa., como

Presidente do Governo, ter sido responsável por oito desses dez anos, sendo que nos dois anteriores, se a memória não me falha, como Secretário da Economia e como Membro do Governo terá outra tanta responsabilidade quanto durante o tempo em que foi Presidente do Governo Regional.

E, portanto, sobre esta matéria, eu continuo a achar que o seu tempo teria sido melhor utilizado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu agradeço o seu registo!

O Orador: V. Exa. assim não entendeu, está no seu direito.

Mas eu registo mais uma coisa, é que, apesar de ter feito mais uma intervenção, decorridas mais de duas horas, continua sem dizer se o PS é ou não a favor desta extinção.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Temos um sentido de voto!

O Orador: Mas sendo a favor desta extinção e sendo isso que, efetivamente, nós estamos a discutir, é verdade, uma extinção feita para determinados pressupostos e em determinadas condições, que, naturalmente, nos podem dividir, mas há coisa que é factual, objetiva e incontornável, é que nós só estamos a discutir a extinção da Sinaga porque, durante dez anos, ela foi o que foi nas vossas mãos. E isso tem um número e tem uma expressão: 35 milhões de euros de prejuízo para os contribuintes dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): É mentira!

O Orador: Foi um negócio amargo demais para que pudesse ser continuado. Felizmente que os açorianos, em outubro do ano passado, deram um sinal de sentido contrário, porque senão, por vossa iniciativa, por vossa vontade, essa gestão ruínosa continuaria por muito mais tempo.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Tem muito pouco tempo, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu sei que tenho pouco tempo, são 23 segundos. Mas são 23 segundos só para dizer ao Bloco de Esquerda que não estamos aqui a discutir a habitação, estamos aqui a discutir a extinção da Sinaga. São coisas bem diferentes. Quando estivermos a discutir a habitação, eu hei de apresentar, se eu entender apresentar, propostas de alteração para os problemas da habitação. Não é o senhor que vai decidir o que é que eu vou fazer em nome da Iniciativa Liberal, neste círculo em que estamos reunidos hoje!

Em relação ao dogmatismo ideológico, devo dizer que foi o dogmatismo ideológico que há dez anos ou há onze anos nos trouxe a este estado, a esta discussão e ao estado de pobreza resiliente em que os Açores se encontram neste momento. E o meu dogmatismo leva-me a levar a outros destinos.

Sr. Deputado Pedro Neves, eu quero que o senhor me explique como é que se vai vender habitação de luxo construída nos terrenos da Sinaga, se nem há dinheiro para a habitação, muito menos para a habitação de luxo!

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que não há dinheiro? E os 60 milhões?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, diz V. Exa. que eu toco trombetas...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, senhor. Eu não disse isso!

O Orador: Não foi isso? Eu já toquei de forma ruidosa, eu toquei as Trombetas de Jericó. E o poder e a fortaleza caíram. E é isso que preocupa V. Exa, porque V. Exa. sabe que eu fui um desses músicos. E V. Exa. sabe que eu tive um papel importante nessas trombetas.

Mas devo-lhe dizer que, em democracia, a participação é de todos. E eu não decido mais do que qualquer outro membro da coligação. E é evidente que sou apenas mais um. E participo no diálogo, desde logo, no Parlamento. E participo no diálogo, desde logo, no âmbito da coligação.

E, portanto, eu não sei responder à pergunta que V. Exa. fez, mas V. Exa., se me quisesse fazer uma pergunta, dirigia-me a pergunta e não a dirigia ao Sr. Secretário. E o que eu lhe disse foi uma coisa factual, ou seja, que o Sr. Secretário já não tinha tempo para responder. É tão simplesmente isso.

Mas eu tenho uma pergunta para fazer a V. Exa. ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já não sei se faço a pergunta, porque depois não tenho tempo para a réplica. Então, fico-me pela observação.

(Risos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Nuno Barata (IL): Vai comprar um apartamento de luxo!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, você também abriu a porta. Eu tenho que informar sobre várias notícias, daquilo que anda a acontecer, mas muito factualmente. Eu estou a ser factual e posso-lhe dar todos esses dados. Primeiro, o fosso entre os ricos e os pobres nunca foi tão alto nos Açores como agora e como os dados que nós temos de 2019. Isso é a primeira. Um fosso enorme. E distanciamos-nos completamente da Madeira e do Continente.

Segundo, a bolha imobiliária que nós estamos a fazer nos Açores, nomeadamente

em Ponta Delgada onde estão esses terrenos, é uma das mais caras de Portugal! E nós sabemos, também, basta olhar sobre a rotação de casas que estão a ser vendidas neste preciso momento. O preço que nós temos em Ponta Delgada eu não consigo pagar! Como Deputado, com o ordenado de Deputado eu não consigo pagar!

Deputado Nuno Barata (IL): Por isso mesmo!

O Orador: Nós temos de meio milhão de euros para cima! Isto é uma realidade, que eu não sei se as pessoas têm noção daquilo que se passa em Ponta Delgada. E, supostamente, com decisões, sejam elas camarárias ou governamentais, que não ajudam, e também do liberalismo, neste caso, livre-trânsito para qualquer transação monetária, faz estas bolhas imobiliárias que nós temos em Ponta Delgada.

Nós estávamos, e eu posso estar enganado, em oitavo a nível nacional, atrás de Évora. E isto é extremamente grave para Ponta Delgada, comparativamente com as outras cidades e as outras ilhas dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tinha pensado intervir mais, mas, perante as falsidades que foram aqui proferidas pelo Deputado Joaquim Machado, ele não está na sala, mas...

Sr. Deputado Nuno Barata, posso continuar ou não?

Eu estava a dirigir-me ao Deputado Joaquim Machado, ele não está na sala, mas também já foi aqui referido pelo Sr. Secretário das Finanças, hoje, que a intervenção na Sinaga trouxe um prejuízo para o erário público, para os contribuintes, de 35 milhões de euros. Este valor é mentira! É mentira e desafio o Sr. Secretário das Finanças e o Sr. Deputado Joaquim Machado a comprovarem,

porque é mentira. A intervenção que o Governo fez na Sinaga e no capital social ronda os 6,5 milhões de euros. E, portanto, se os ativos da empresa forem alienados e se isso resultar num valor parecido ao passivo, não resulta daqui mais nenhuma responsabilidade para a Região. E, portanto, expliquem-me onde é que estão os 35 milhões de euros! Isso é desonestidade! E não vale tudo, Sr. Secretário e Sr. Deputado Joaquim Machado. Falem a verdade e não tentem enganar os açorianos dizendo que a intervenção do Governo na Sinaga resulta num prejuízo de 35 milhões de euros! É mentira! Os factos são o que são, o capital social que foi investido na Sinaga ronda os 6,5 milhões de euros. É esse o valor da intervenção pública.

As contas finais temos que fazer no final e não é agora. Se os terrenos forem vendidos por um valor de mercado parecido às responsabilidades, daqui não resulta prejuízo adicional para o erário público, pelo contrário. Pela quantidade de avaliadores imobiliários que existe aqui na sala, vamos chegar à conclusão que os terrenos se calhar até valem mais do que aquilo que está no balanço. E, portanto, se assim for, melhor para a Região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Já no início da discussão, esta matéria foi aflorada por aquilo que disse o Sr. Secretário e por aquilo que também afirmei. É que 35 milhões de euros são as responsabilidades do Governo entre aquilo que são os avales e o dinheiro que foi

injetado na Sinaga ao longo desses anos, dos empréstimos avalizados pelo Governo.

Mas sobre esse valor já foi dito e já se mencionou aqui aquilo que constava da Resolução do Tribunal de Contas que recusou o visto ao contrato. Há uma base que será deduzida a este valor, que é a realização da liquidação da Sinaga. Mas esse valor não sabemos qual é que é. O único dado que existe é aquilo que serviu de base à avaliação da Sinaga e que foi feito e foi utilizado pelo Governo na altura que tomou a decisão da aquisição do capital, em que estimava que a venda dos imóveis todos da Sinaga poderia chegar a 13 milhões de euros. Isso foi o que disse.

Ainda assim, mesmo que chegue a 13 milhões de euros, tirando 35 milhões de euros, ficam mais de 20 milhões de euros à conta dos contribuintes. Mas é uma interrogação, os 13 ou os 14 ou os 15.

A questão aqui é que os 35 são responsabilidades do Governo, quer pelo dinheiro que injetou na Sinaga, quer pelos empréstimos que têm o aval do Governo. E, portanto, essa matéria dos 35 é básica.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não pode somar! O senhor sabe que não é assim!

O Orador: O que for deduzido é um ponto de interrogação. O que é certo é que se não fosse possível realizar qualquer capital com a venda do património da Sinaga, aquilo que são essas responsabilidades e o dinheiro injetado chegavam aos 35 milhões de euros.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é enganar as pessoas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação. Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII foi aprovada, na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 2 votos contra do BE; e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: O Sr. Deputado do PAN não está na sala. Faz favor de...

Secretário: Foi aprovada, na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 2 votos contra do Bloco de Esquerda; e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos prosseguir com o debate e votação na especialidade. Os Grupos Parlamentares que ainda têm tempo pretendem usar do tempo para o debate na especialidade? Há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação na especialidade.

Pergunto se podemos votar os três primeiros... Não. Vamos votar o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 25 votos de abstenção do PS e 2 do BE.

Presidente: Está à votação o artigo 2.º do diploma... O 2.º e o 3.º podem ser votados em conjunto? Sim. Estão à votação o artigo 2.º e o artigo 3.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O artigo 2.º e o artigo 3.º colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 3.º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi reprovada com 2 votos a favor do BE e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação o artigo 4.º, 5.º, 6.º, 7.º... Até ao 6.º? 4.º, 5.º e 6.º? Podem ser? Então, estão à votação os artigos 4.º, 5.º e 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 7.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que vota contra façam o favor de se sentar.

Faz favor.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos contra do BE.

Pergunto à Câmara se posso colocar o 8.º, o 9.º... Os outros todos que não têm alterações podem ser colocados em bloco? Também para o Partido Socialista?

Portanto, então, estão à votação os artigos 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao artigo 13.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 13.º do diploma com a proposta de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII foi aprovada, em votação final global, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 2 votos contra do BE; e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está, assim, encerrado este ponto da ordem de trabalhos. Vamos avançar nos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Eu pedia aos Líderes que se abeirassem da Mesa, e o Sr. Subsecretário, se fizerem o favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Conferencia de Líderes deliberou, por unanimidade, encerrar os nossos trabalhos por hoje e regressarmos amanhã às 10h.

Boa noite a todos e um bom jantar.

Eram 19 horas e 07 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo **Vieira**

Paulo Duarte **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: N.º 915/XIV (CR Deputada Não Inscrita) – Altera a Lei de Defesa do Consumidor consagrando o direito à proteção ambiental e ao consumo sustentável - n.º 80/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 07 – 22

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 08 – 11;

Assunto: N.º 921/XIV (NiCR) – Determina o fim das touradas e prevê apoios para a reconversão das praças de touros existentes em equipamentos culturais - n.º 83/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 08 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 09 – 20;

Assunto: N.º 942/XIV (PSD) – Altera o artigo 36.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, de modo a prorrogar o período de admissão de novas entidades ao regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira, ou Zona Franca da Madeira, até 31 de dezembro de 2023, em conformidade com o Regulamento (UE) 2020/972 da Comissão, de 2 de julho de 2020 - n.º 84/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 12;

Assunto: N.º 946/XIV (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) – Altera a Lei n.º 46/2005 de 29 de agosto e estende a limitação de três mandatos consecutivos ao exercício do cargo de Primeiro-Ministro e Presidente do Governo Regional - n.º 85/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 12.

2 – Propostas de Lei:

Assunto: N.º 107/XIV (GOV) – Altera os termos do exercício do mandato a meio tempo dos titulares das juntas de freguesia - n.º 81/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 07 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 08 – 17;

Assunto: N.º 108/XIV (ALRAM) – Alargamento da carreira especial de enfermagem às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas – alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro - n.º 82/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 08 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 09 – 05.

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que regulamenta normas da Lei de Bases da Habitação relativas à garantia de alternativa habitacional, ao direito legal de preferência e à fiscalização de condições de habitabilidade - MIH” - (Reg. DL 1063/XXII/2021) - n.º 38/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 08 – 03

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 08 – 23;

Assunto: Que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento - MAAC” - (Reg. DL 1159/XXII/2021) - n.º 39/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 08 – 12

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 09 – 01;

Assunto: Que altera o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais - METD” - (Reg. DL 1102/XXII/2021) - n.º 40/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 08 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 09 – 06;

Assunto: Que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução na ordem jurídica interna as obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003 - METD” - (Reg. DL 520/XXII/2020) - n.º 41/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 09 – 26;

Assunto: Que cria o mapa das coberturas das redes de comunicações eletrónicas fixas e móveis - METD” - (Reg. DL 1127/XXII/2021) - n.º 42/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 09 – 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 04;

Assunto: Que altera a lei da pesca nas águas interiores, permitindo a pesca lúdica nas zonas de pesca profissional - MAAC” - (Reg. DL 1201/XXII/2021) - n.º 43/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 09 – 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 04;

Assunto: Que estabelece o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos - MAAC” - (Reg. DL 1053/XXII/2021) - n.º 44/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 09 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 07.

4 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 37/XII

Assunto: Regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 07 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2021 – 08 – 30;

N.º 38/XII

Assunto: Regime jurídico de classificação do Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM/PAN

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2021 – 10 – 08.

5 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 14/XII

Assunto: Regula a extinção da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 25

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 10 – 04;

N.º 15/XII

Assunto: Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, que criou o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 21

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2021 – 10 – 22;

N.º 16/XII

Assunto: Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 21

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 10 – 22;

6 - Projetos de Resolução:

N.º 72/XII

Assunto: Apoio à Mobilidade Geográfica Laboral

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2021 – 07 – 20

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2021 – 08 – 23.

7 - Propostas de Resolução:

N.º 5/XII

Assunto: Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2021 – 08 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2021 – 09 – 20.

8 - Petições:

N.º 12/XII

Assunto: Contra a extinção da Direção de Serviços de Conservação da Natureza

Proveniência: Emanuel José Fernandes Veríssimo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 20

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2021 – 09 – 28;

N.º 13/XII

Assunto: Nomeação da Graça Morais para Coordenadora da AJEmCIA da ilha de Santa Maria

Proveniência: Rosa Maria Sousa Cabral

Data de Entrada: 2021 – 08 – 19

Comissão: -----

A PETIÇÃO FOI ARQUIVADA A PEDIDO DA SIGNATÁRIA

N.º 14/XII

Assunto: Contabilização do tempo integral do serviço prestado no SRSA

Proveniência: Carla Isabel Lopes Amaral

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: Em processo de admissão

9 - Requerimentos:

Assunto: Apoios à raça do Ramo Grande

Autores: Rui Espínola, Vânia Ferreira, Paulo Gomes, Luís Soares, Paulo Silveira e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 22

Referência: 54.03.03 – N.º 170/XII;

Assunto: Acumulação de funções públicas e privadas no Hospital do Divino Espírito Santo

Autores: Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 26

Referência: 54.01.02 – N.º 171/XII;

Assunto: Inação do Governo leva acumulação de algas no interior da Ribeira da Conceição no Faial

Autores: Tiago Branco e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 27

Referência: 54.02.07 – N.º 172/XII;

Assunto: Solicitação da correspondência entre Governo Regional e entidades por ele tuteladas e IPSS e Santas Casas da Misericórdia no âmbito do processo de vacinação – Pela 3.ª vez

Autores: Berto Messias, João Vasco Costa, Manuel Ramos, Tiago Branco, Vilson Gomes e Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 173/XII;

Assunto: Contratação de Psicólogos

Autor: Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 174/XII;

Assunto: Testes gratuitos de despiste ao vírus SARS-CoV-2 nas farmácias da Região

Autor: Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 175/XII;

Assunto: Solicitação de contrato de fornecimento de fuelóleo entre a EDA e a BENCOM

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 176/XII;

Assunto: Solicitação de documentos mencionados em sede de audição na Comissão Permanente de Assuntos Sociais por parte do Secretário Regional do Mar e das Pescas sobre a Escola do Mar dos Açores

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 07 – 30

Referência: 54.06.07 – N.º 177/XII;

Assunto: Conservação Ambiental da Baía de Porto Pim

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 03

Referência: 54.06.07 – N.º 178/XII;

Assunto: Atraso superior a sete meses na aprovação do Programa de Manutenção do Emprego II

Autores: Carlos Silva, Sérgio Ávila, Francisco César, José Ávila, Miguel Costa e Rui Anjos (PS)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 179/XII;

Assunto: Recuperação da chaminé no novo Museu Francisco Lacerda

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 04

Referência: 54.01.05 – N.º 180/XII;

Assunto: Vacinação contra a COVID-19

Autores: Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 04

Referência: 54.01.00 – N.º 181/XII;

Assunto: Transporte marítimo de passageiros

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 182/XII;

Assunto: Transporte marítimo ilha de Santa Maria

Autora: Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 10

Referência: 54.03.01 – N.º 183/XII;

Assunto: Documentos do Procedimento Concursal – Posto de Saúde da Maia –
Ribeira Grande

Autores: Ana Quental, Délia Melo, Jaime Vieira e Alberto Ponte (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 13

Referência: 54.03.02 – N.º 184/XII;

Assunto: Aquisição de duzentos e cinquenta mil testes rápidos e alternativas aos
testes antigénio gratuitos para ilhas com farmácia sem protocolo

Autores: José Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 185/XII;

Assunto: Pescadores açorianos estão a ser prejudicados na descarga de Atum-
Bonito

Autores: Tiago Branco, José Ávila, Mário Tomé e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 186/XII;

Assunto: Projeto de execução do Mercado Municipal e Silo Automóvel, em
Angra do Heroísmo

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 30

Referência: 54.06.03 – N.º 187/XII;

Assunto: Deslocação à Unidade de Saúde da Ilha das Flores de médicos

especialistas

Autores: Gustavo Alves e Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2021 – 08 – 31

Referência: 54.07.08 – N.º 188/XII;

Assunto: Documentos/Informações – Ex-Diretor do Serviço de Informática do HDES

Autores: Pedro do Nascimento Cabral, António Vasco Viveiros, Délia Melo, Ana Quental e Flávio Soares (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 09 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 189/XII;

Assunto: Proposta de reconhecimento de elegibilidade da inventariação e da quantificação dos danos e prejuízos causados pelo furacão Lorenzo enviada pelo Governo Regional ao Governo da República

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 09 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 190/XII;

Assunto: Verbas destinadas à recuperação de danos provocados pelo furacão Lorenzo

Autores: Vasco Cordeiro, Sérgio Ávila e Francisco César (PS)

Data de Entrada: 2021 – 09 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 191/XII;

Assunto: Controlo de população de gamos no Monte Brasil

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22

Referência: 54.06.03 – N.º 192/XII;

Assunto: Cancelamento de tratamentos oncológicos dos doentes da ilha do Corvo

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22

Referência: 54.02.09 – N.º 193/XII;

Assunto: Cópia da carta enviada a 17 de junho de 2021 pelo Presidente do Governo Regional ao Primeiro-Ministro

Autores: Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria e Miguel Costa (PS)

Data de Entrada: 2021 – 09 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 194/XII.

10 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: Comissão Especial de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia por COVID-19

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 128/XII;

Assunto: Comissão Especial de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia por COVID-19 (substituição)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 128/XII;

Assunto: Atribuição de apoio extraordinário ao serviço público de transporte em táxi

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 163/XII;

Assunto: Remuneração do coordenador do processo de vacinação e especialista em comunicação e saúde pública

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 138/XII;

Assunto: Atraso na obra das instalações do serviço de ambiente da ilha do Corvo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 02

Referência: 54.02.09 – N.º 160/XII;

Assunto: Incumprimento das medidas sanitárias por parte de responsáveis políticos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 161/XII;

Assunto: Solicitação de contrato de fornecimento de fuelóleo entre a EDA e a BENCOM

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 176/XII;

Assunto: Inação do Governo leva acumulação de algas no interior da Ribeira da Conceição no Faial

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 06

Referência: 54.02.07 – N.º 172/XII;

Assunto: Pedido de informação sobre assessorias de imprensa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 10

Referência: 54.09.00 – N.º 150/XII;

Assunto: Recuperação da chaminé no novo Museu Francisco Lacerda

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 12

Referência: 54.01.05 – N.º 180/XII;

Assunto: Solicitação de documentos mencionados em sede de audição na Comissão Permanente de Assuntos Sociais por parte do Secretário Regional do Mar e das Pescas sobre a Escola do Mar dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 20

Referência: 54.06.07 – N.º 177/XII;

Assunto: Apoios à raça do Ramo Grande

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 24

Referência: 54.03.03 – N.º 170/XII;

Assunto: Conservação Ambiental da Baía de Porto Pim

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 24

Referência: 54.06.07 – N.º 178/XII;

Assunto: Transporte Marítimo ilha Santa Maria

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 08 – 27

Referência: 54.03.01 – N.º 183/XII;

Assunto: Processo de vacinação COVID-19

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 113/XII;

Assunto: Horários de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 136/XII;

Assunto: Ponto de situação vacinação do pessoal docente e preparação do início do ano letivo 2021/2022

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 151/XII;

Assunto: Vacinação de estudantes deslocados e preparação do início do ano letivo 2021/2022

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 165/XII;

Assunto: Dados sobre o processo de vacinação COVID-19

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 126/XII;

Assunto: Viaturas das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 131/XII;

Assunto: Acumulação de funções do diretor clínico do Hospital do Divino Espírito Santo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Referência: 54.06.02 – N.º 153/XII;

Assunto: Atividade dos Hospitais da Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 154/XII;

Assunto: Plano de atividades da Inspeção Regional da Saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 168/XII;

Assunto: Solicitação de correspondência entre Governo Regional e entidades por ele tuteladas e IPSS e Santas Casas da Misericórdia no âmbito do Processo de Vacinação – pela 3.ª vez

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 173/XII;

Assunto: Pedidos de mobilidade intercarreiras

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 158/XII;

Assunto: Falhas no transporte marítimo de mercadorias

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 08

Referência: 54.02.00 – N.º 166/XII;

Assunto: Acumulação anormal de algas na praia de Porto Pim

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 167/XII;

Assunto: Atraso superior a sete meses na aprovação do Programa de Manutenção do Emprego II

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 08

Referência: 54.02.00 – N.º 179/XII;

Assunto: Transporte marítimo de passageiros

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 182/XII;

Assunto: Ataques informáticos ao Hospital do Divino Espírito Santo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 13

Referência: 54.06.02 – N.º 156/XII;

Assunto: Contratação de Psicólogos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 174/XII;

Assunto: Aquisição de duzentos e cinquenta mil testes rápidos e alternativas aos testes antigénio gratuitos para ilhas com farmácia sem protocolo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 185/XII;

Assunto: Projeto de execução do Mercado Municipal e Silo Automóvel, em Angra do Heroísmo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 15

Referência: 54.06.03 – N.º 187/XII;

Assunto: Deslocação à Unidade de Saúde da Ilha das Flores de médicos especialistas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 15

Referência: 54.07.08 – N.º 188/XII;

Assunto: Testes gratuitos de despiste ao vírus SARS-CoV-2 nas farmácias da Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 175/XII;

Assunto: Vacinação contra a COVID-19

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 23

Referência: 54.01.00 – N.º 181/XII;

Assunto: Documentos do procedimento concursal – Posto de Saúde da Maia-Ribeira Grande

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 23

Referência: 54.03.02 – N.º 184/XII;

Assunto: Execução do Plano de Recuperação e Resiliência nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 164/XII.

11 - Informações:

Assunto: Correio eletrónico a informar que, passará a exercer o mandato como Deputado Independente e que, para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 36.º do Regimento, deseja integrar a Comissão Especializada Permanente de Economia

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2021 – 07 – 14;

Assunto: Ofício n.º 3/2021 a informar que, de acordo com o deliberado na Conferência de Líderes e com o Projeto de Resolução n.º 71/XII – Primeira alteração à Resolução da ALRAA n.º 1/2021, de 6 de janeiro, que aprova o elenco das Comissões Especializadas Permanentes, a Representação Parlamentar do CH pretende integrar a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais e, participar, sem direito a voto, na Comissão Especializada Permanente de Economia

Proveniência: Olivéria Santos, Secretária da Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2021 – 07 – 16;

Assunto: Ofício n.º 4/2021 a informar que, será o Deputado José Pacheco a representar o CH na Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia e na Comissão Eventual para a Reforma do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Olivéria Santos, Secretária da Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2021 – 07 – 16;

Assunto: Correio eletrónico a remeter informação prestada pela Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural sobre o Projeto de Lei n.º 903/XIV (PAN) – Aprova a Lei de Bases Gerais da Caça

Proveniência: Duarte Pimentel, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Subsecretário Regional da Presidência do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 07 – 16;

Assunto: ofício ref.^a 1006-ST, remetendo os relatórios de auditoria aprovados pelo Tribunal de Contas, em sessão de 23 de junho de 2021, a saber:

- Relatório n.º 06/2021 – FS/SRATC (Ação n.º 21/D262-03ARF1) – Auditoria à falta de prestação de contas, relativas a 2018, pela Associação Turismo dos Açores – Convention and Visitors Bureau (ATA) (Apuramento de responsabilidade financeira);

- Relatório n.º 07/2021 – FS/SRATC (Ação n.º 21/D262-04ARF1) – Auditoria à falta de prestação de contas, relativas a 2018, pela Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira (Apuramento de responsabilidade financeira)

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2021 – 07 – 19;

Assunto: Ofício 4904/2021 remetido por correio eletrónico a acusar a receção da Resolução n.º 41/2021, aprovada por esta Assembleia Legislativa em 18 de junho de 2021, e a informar que a mesma foi encaminhada para o Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Proveniência: Patrícia Melo e Castro, Chefe do Gabinete (em substituição), do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2021 – 07 – 19;

Assunto: Agradecimento pelo envio de Voto de Pesar, pelo falecimento de David Nicodémio Tavares

Proveniência: Tracy Tavares, Mike Tavares e Daniel Tavares, filhos

Data de Entrada: 2021 – 07 – 19;

Assunto: Correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da ALRAA, em nome dos 31 médicos e farmacêuticos signatários, a Declaração “Crianças e Jovens não devem ser vacinados para a COVID-19”

Proveniência: Teresa Gomes Mota, Relatora

Data de Entrada: 2021 – 07 – 20;

Assunto: Ofício n.º 2840 P.º 7.2.2/P, a informar que, em aditamento ao ofício n.º 2737, de 29 de junho de 2021, remetem a Sua Excelência o Presidente da ALRAA, a publicação da Resolução - “Resolve aprovar o texto comum de revisão à Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, publicada no Diário da República n.º 135/2021, Série I, de 14 de julho de 2021

Proveniência: João Casanova de Almeida, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Data de Entrada: 2021 – 07 – 21;

Assunto: ofício ref.^a 1033-ST, remetendo o relatório n.º 08/2021 – FS/SRATC – Auditoria aos limites remuneratórios nas unidades de saúde de ilha, aprovado pelo Tribunal de Contas, em sessão ordinária de 8 de julho de 2021

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2021 – 07 – 21;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a prorrogação de prazo para emissão de relatório e parecer dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 30/XII (PS) – Cria o apoio regional à frequência de estágios curriculares e 32/XII (BE) - Sétima alteração ao DLR n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, alterado pelo DLR n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro, pelo DLR n.º 2/2013/A, de 22 de abril, pelo DLR n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, pelo DLR n.º 1/2019/A, de 7 de janeiro, pelo DLR n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro e pelo DLR n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio - Complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos COMPAMID, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII - Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho, do Projeto de Resolução n.º 69/XII (PS) - Plano Regional de apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens e da Petição n.º 9/XII – Manifesto Açoriano – Pelos direitos fundamentais

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 26;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 25 de julho de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 07 – 26;

Assunto: Correio eletrónico informando que na reunião Plenária do CESA de 26 de julho de 2021, tomaram posse os membros do CESA que ainda não tinham sido empossados, que foram constituídas as três CEP do CESA, a saber:

Economia e Desenvolvimento, Educação e Formação e Setores Sociais e que o CESA ouviu o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, sobre o Plano de Recuperação e Resiliência para os Açores (PRR-Açores), a execução regional dos fundos comunitários relativa ao primeiro semestre de 2021 e a preparação do Novo Quadro Comunitário para os Açores.

Proveniência: Gualter Furtado, Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 07 – 27;

Assunto: Agradecimento pelo envio de Voto de Congratulação, pelos 125 Anos da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Proveniência: António Bento Fraga Barcelos, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2021 – 07 – 27;

Assunto: Envio por correio eletrónico da Composição dos Órgãos do CESA com mandato correspondente ao período da XII Legislatura da ALRAA

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do CESA

Data de Entrada: 2021 – 07 – 30;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 30 de julho de 2021 a CPG admitiu a Petição n.º 12/XII – Contra a extinção da Direção de Serviços de Conservação da Natureza

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 08 – 02;

Assunto: Ofício XIV-2494/GPAR-1g, remetido por correio eletrónico a acusar a

receção da Proposta de Lei n.º 2/2021 – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social, e a informar que a mesma foi encaminhada para os serviços competentes da Assembleia da República, para os efeitos tidos por convenientes

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 08 – 03;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 24/XII (PAN) – Regime jurídico de transporte marítimo de animais na RAA e 31/XII (PAN/IL) – Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Projeto de Resolução n.º 52/XII (PAN) – Atualização do inventário das espécies notáveis dos Açores, e por 60 dias dos Projetos de Resolução n.ºs n.º 29/XII (PPM) – “Recomenda a Atualização do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte e do Licenciamento Ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores, 31/XII (BE) – Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores, 33/XII (PAN) – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na Ilha de São Miguel – MUSAMI, e 37/XII (CH) – “Recomenda ao Governo Regional a negociação com a AMISM no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis, e da Petição n.º 47/XI – Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 08 – 04;

Assunto: Exposição das ORTs enviada a Sua Excelência o Presidente da ALRAA, solicitando intervenção na defesa dos trabalhadores, contribuindo para a estabilidade laboral na Altice Portugal e para que o despedimento coletivo seja evitado

Proveniência: Manuel Gonçalves, Delegação Sindical do SINTTAV da Horta – Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual

Data de Entrada: 2021 – 08 – 04;

Assunto: Correio eletrónico a acusar a receção da Resolução n.º 41/2021 – Divulgação dos custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta, aprovada por esta Assembleia Legislativa em 18 de junho de 2021

Proveniência: Joana Gomes da Silva, Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes” da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 08 – 05;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Mário Tomé, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 08 – 06;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Manuel José Ramos, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 08 – 06;

Assunto: Ofício XIV-2545/GPAR-Ig, remetido por correio eletrónico a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Implementação do Rendimento Social de Inserção e de informar que do mesmo foi dado conhecimento a todos os Senhores Deputados com assento na Assembleia da República, bem como à Comissão de Trabalho e Segurança Social

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 08 – 09;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a remeter um exemplar do Relatório Anual de Atividades do Provedor de Justiça no ano de 2020, bem como o seu anexo relativo ao trabalho desenvolvido pelo Mecanismo Nacional de Prevenção Contra a Tortura

Proveniência: Selma Pedroso Bettencourt, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Provedor de Justiça

Data de Entrada: 2021 – 08 – 09;

Assunto: Ofício remetido por correio eletrónico a informar que os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2021, devidamente assinados, foram enviados para publicação em Diário da República

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 08 – 13;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro – Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 08 – 19;

Assunto: Ofício SE/2021/971, remetido por correio eletrónico, remetendo os

links dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2020 das empresas do Sector Público Empresarial Regional, que podem ser acedidos e descarregados na página da Direção Regional do Orçamento e Tesouro, dando assim cumprimento ao disposto no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro

Proveniência: Pedro Chaves de Faria e Castro, Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 08 – 20;

Assunto: Agradecimento pelo envio de Voto de Congratulação, pelos 25 Anos de Ordenação Episcopal de D. António de Sousa Braga

Proveniência: Pe. João Nélio Simões Pereira, Superior Provincial da Província Portuguesa dos Sacerdotes do Coração de Jesus

Data de Entrada: 2021 – 08 – 23;

Assunto: Ofício 54_15975, da AP/CR/AM, a agradecer o envio de Voto de Saudação ao povo de Cuba que se manifesta pacificamente pelo direito da Liberdade e vida condigna, aprovado por esta Assembleia Legislativa em 15 de julho de 2021

Proveniência: P/lo Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República

Data de Entrada: 2021 – 08 – 24;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 25 de agosto de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 08 – 27;

Assunto: Ofício 6964/2021 remetido por correio eletrónico a acusar a receção do Voto de Congratulação pelo Dia Internacional do Serviço Público, e a informar que foi prestada a devida atenção

Proveniência: Patrícia Melo e Castro, Chefe do Gabinete (em substituição), do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2021 – 08 – 31;

Assunto: Ofício 6972/2021 remetido por correio eletrónico a acusar a receção do Voto de Saudação ao povo de Cuba que se manifesta pacificamente pelo direito à liberdade e vida condigna, e a informar que o mesmo lhe mereceu a melhor atenção

Proveniência: Patrícia Melo e Castro, Chefe do Gabinete (em substituição), do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2021 – 08 – 31;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII (IL) – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro, que aprova o Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2021 – 09 – 01;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII (BE) – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro - Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Resolução n.º 72/XII (PSD) – “Apoio à mobilidade geográfica laboral”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06;

Assunto: Correio eletrónico a remeter, para conhecimento, o ofício n.º 2868/10.14, de 30 de agosto, sobre a Aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Proveniência: Luís Virgílio de Sousa da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Velas

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07;

Assunto: Correio eletrónico a remeter a Revista Municipal n.º 8

Proveniência: Luís Virgílio de Sousa da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Velas

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07;

Assunto: Correio eletrónico a remeter o Relatório e Contas de 2020 e respetivos documentos de apreciação e certificação das referidas contas, aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

Proveniência: Nuno Henrique Oliveira Pimentel, Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07;

Assunto: Solicitação de retirada do Projeto de Resolução n.º 52/XII (PAN) – “Atualização do inventário das espécies notáveis dos Açores”

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2021 – 09 – 08;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 45 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII (PAN) – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 09 – 09;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 60 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII (PS) – “Regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 09 – 09;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, da Petição n.º 8/XII – “Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 09 – 09;

Assunto: Ofício ref.^a 279/COORD/MG/Lisboa, a agradecer o Voto de Congratulação pelo Dia Internacional do Serviço Público

Proveniência: Isabel Camarinha, Secretária-Geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN)

Data de Entrada: 2021 – 09 – 13;

Assunto: Ofício ref.^a IRS-SAI/2021/410, a solicitar autorização para prestar declarações dos Senhores Deputados Vasco Ilídio Alves Cordeiro e Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Proveniência: Sílvia Marau Pinto, Inspetora Regional de Saúde

Data de Entrada: 2021 – 09 – 13;

Assunto: Ofício a informar que pretende formular perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre a Administração Pública Regional, nos termos do n.º 1, do artigo 180.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 09 – 17;

Assunto: Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo Regional sobre transporte marítimo de passageiros e viaturas, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 183.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 09 – 21;

Assunto: Ofício a informar que pretende provocar uma interpelação ao Governo

Regional sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 183.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2021 – 09 – 21;

Assunto: Ofício a informar o objeto das perguntas com resposta oral que pretende formular ao Governo Regional, nos termos do n.º 2, do artigo 180.º do Regimento da ALRAA, sobre as Orgânicas dos Departamentos do XIII Governo Regional dos Açores

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22;

Assunto: Pedido de suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA conjugado com a alínea d) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 24 de setembro e termo a 3 de outubro

Proveniência: João Bruto da Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação da suspensão do mandato do Deputado João Bruto da Costa, a vaga será preenchida pelo candidato do círculo eleitoral da Graciosa, Marco Nuno Costa e Silva, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 24 de setembro de 2021, inclusive

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 24 de setembro de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 09 – 24;

Assunto: Correio eletrónico a enviar a declaração de suspensão de funções de operador de rampa na Empresa SATA, a partir de 24 de setembro, inclusive

Proveniência: Marco Nuno Costa e Silva, candidato pelo círculo eleitoral da Graciosa afeto ao PSD

Data de Entrada: 2021 – 09 – 24;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento, para a sessão legislativa de setembro de 2021 de um debate de urgência relativo ao tema: análise do investimento público

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 09 – 27.

12 - Relatórios:

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 903/XIV (PAN) – Aprova a Lei de Bases Gerais da Caça - Audição n.º 78/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 08 – 02;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Regulamentar que – Institui o Conselho Nacional da Caça e da conservação da fauna e regula a sua natureza, as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento – MAAC – (Reg. DR 1022/XXII/2021 - Audição n.º 36/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 08 – 02;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que -Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 281/2000, de 10 de novembro, no que respeita ao teor de enxofre dos combustíveis e às contraordenações aplicáveis – MM - (Reg. DL 481/XXII/2020) - Audição n.º 33/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 08 – 02;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Altera o quadro aplicável às zonas sensíveis relativas ao tratamento de águas residuais urbanas – MAAC - (Reg. DL 985/XXII/2021) - Audição n.º 37/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 08 – 06;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução do Conselho de Ministros que – Aprova o plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 – PCM (MM) - (Reg. R 994/XXII/2021) - Audição n.º 34/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 08 – 16;

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 5/XII (MESA) – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII (PAN/IL) – Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22.

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 891/XIV(PS) – Aprova a Lei-Quadro da atribuição da categoria das povoações - n.º 76/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 07 – 22;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 107/XIV(GOV) – Altera os termos do exercício do mandato a meio tempo dos titulares das juntas de freguesia - n.º 81/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 08 – 17;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Regulamenta normas da Lei de Bases da Habitação relativas à garantia de alternativa habitacional, do direito legal

de preferência e à fiscalização de condições de habitabilidade – MIH” - (Reg. DL 1063/XXII/2021) - Audição 38/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 08 – 23;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento – MAAC” - (Reg. DL 1159/XXII/2021) - Audição 39/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 09 – 02;

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 53/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 09 – 20;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro - Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 09 – 24;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII (BE) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro - Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 09 – 24.

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece um regime de inclusão, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública – MC – (Reg. DL 916/XXII/2021) - Audição 35/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 23;

Assunto: Sobre a Petição 7/XII – Pela revogação do despacho da Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital que determina a cedência de um exemplar taxidermizado do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 26;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII (IL) – Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro, que aprova o Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 07 – 26;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 105/XIV (ALRAM) - Pela majoração do financiamento da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores - Sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior - Audição 79/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 08 – 05;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 108/XIV (ALRAM) – Alargamento da carreira especial de enfermagem às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas – Alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro - Audição 82/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII (PS) – Cria o apoio regional à frequência de estágios curriculares

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 09 – 14;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII – Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 09 – 14.

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 901/XIV(PCP) – Plano Estratégico para a Soberania Alimentar Nacional - n.º 77/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais, transpondo para o direito interno as Diretivas (UE) 2019/771 (UE) e 2019/770 – METD” - (Reg. DL 1049/XXII/2021) - Audição 32/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 915/XIV (Deputada Não Inscrita) - Altera a Lei de Defesa do Consumidor consagrando o direito à proteção ambiental e ao consumo sustentável - n.º 80/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 09 – 06;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – altera o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais – METD” - (Reg. DL 1102/XXII/2021) - Audição 40/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 09 – 07;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII – Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2022 a 2025

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 09 – 23;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XII – Determina a extinção da Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A. e regula o processo de integração dos trabalhadores na administração pública regional

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 09 – 23.

13 - Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 e as Separatas n .^{os} 9-A, 10 e 11

O redator, André Silva